

PRISCILA BRASIL GONÇALVES LACERDA

**BASES SINTÁTICAS DA ENUNCIÇÃO EM PORTUGUÊS:
UMA PROPOSTA SOBRE O ADJUNTO ADVERBIAL**

Belo Horizonte

2013

PRISCILA BRASIL GONÇALVES LACERDA

**BASES SINTÁTICAS DA ENUNCIÇÃO EM PORTUGUÊS:
UMA PROPOSTA SOBRE O ADJUNTO ADVERBIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Estudos da Língua em Uso

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Belo Horizonte
Faculdade de Letras da UFMG

2013

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

L131b

Lacerda, Priscila Brasil Gonçalves.
Bases sintáticas da enunciação em português [manuscrito]
: uma proposta sobre o adjunto adverbial / Priscila Brasil
Gonçalves Lacerda . – 2013.
142 f., enc.

Orientador: Luiz Francisco Dias.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos da Língua em Uso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 139-142.

1. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. 2. Língua
portuguesa – Análise sintática – Teses. 3. Enunciação – Teses.
4. Referência (Linguística) – Teses. I. Dias, Luiz Francisco. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III.
Título.

CDD : 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



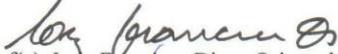
FOLHA DE APROVAÇÃO

**BASES SINTÁTICAS DA ENUNCIÇÃO EM PORTUGUÊS: UMA
PROPOSTA SOBRE O ADJUNTO ADVERBIAL**

PRISCILA BRASIL GONÇALVES LACERDA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Linha C - Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem.

Aprovada em 01 de agosto de 2013, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Luz Francisco Dias - Orientador
UFMG


Prof(a). Valdir do Nascimento Flores
UFRGS


Prof(a). José Carlos Santos de Azeredo
UERJ


Prof(a). Meliandro Mendes Galinari
UFOP


Prof(a). Sueli Maria Coelho
UFMG

Belo Horizonte, 1 de agosto de 2013.

*Dedico este trabalho à memória do vovô Adylson, que aconselhou,
às vésperas da minha entrada na universidade:
“faça um curso para que você seja chamada de Doutora.”*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Anjo da Guarda, que não me desampara, nem de noite nem de dia, sendo minha doce e constante companhia.

Ao Prof. Luiz Francisco Dias, pelo tanto que aprendi durante todos esses anos de orientação. Agradeço não só pelos ensinamentos de semântica, de sintaxe ou de linguística geral, mas também pelo exemplo de sensibilidade, de respeito à individualidade de cada um de seus orientandos, enfim, pela humanidade com que conduz toda a dinâmica envolvida na difícil tarefa de fazer pesquisa.

Ao Prof. Eduardo Guimarães (Unicamp) e, novamente, ao Prof. Luiz Francisco Dias, pela oportunidade de estar na École Normale Supérieure de Lyon como leitora.

Às professoras Sueli Maria Coelho (UFMG) e Sheila Elias de Oliveira (Unicamp), pela criteriosa leitura do texto de qualificação.

Aos professores da Faculdade de Letras da UFMG e, principalmente, aos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, pela generosidade com que contribuíram para minha formação profissional.

Aos meus pais, Patrícia e Hudson, que estão comigo nesta vida, cada um a sua maneira. Agradeço especialmente pela força de vontade que meu pai cultivou em mim e, ainda mais, pelo apoio sem limites que encontro no abraço de minha mãe.

Aos meus irmãos, Lucas e Anna, por dividirem comigo a dor e a delícia de ser o trio que somos.

Ao Eduardo, pelos dias felizes, por compreender meus momentos de reclusão, pelo jeito entusiasmado (tão seu) de me incentivar, pelo crescimento mútuo, pelos sonhos compartilhados, com amor. Edu, “isso de a gente querer ser exatamente o que a gente é ainda vai nos levar além.” (Leminski)

Aos meus amigos, Igor, Vivi, Cynthia, Ana Virgínia, Pri Viana, Letícia, Amanda, Marcelo, Luciana, Cidinha, Vinícius... pelo precioso incentivo, pelas conversas sobre a vida, sobre a Linguística, sobre o amor, sobre o Brasil, sobre mim e sobre vocês. Também agradeço à Deborah, especialmente, por tudo isso e mais.

Aos meus familiares, pela história que nos une. Agradeço especialmente aos meus padrinhos, Tia Anna Maria, por me ensinar o exercício da fé, e Tio Toninho, por me mostrar, com o próprio exemplo, que os caminhos podem ir mais adiante do que inicialmente imaginávamos.

Às “meninas” do *Grupo de Estudos da Enunciação*, Luciani, Elke, Emiliana, Joana, Eloisa, Rivânia, Nágila e Alessandra, porque muitas ideias apresentadas aqui foram despertadas lá. Agradeço também, imensamente, pela verdadeira amizade que tenho com algumas de vocês.

Aos funcionários (e ex-funcionários) do PosLin, sobretudo à Malu, à Gracinha, à Cidinha e ao Divino, pela eficiência com que conduzem toda a parte burocrática da pós-graduação.

À querida Universidade Federal de Minas Gerais, por ser um espaço de livre pensamento e por ser a “minha” universidade desde 2002.

À École Normale Supérieure de Lyon, pela incrível experiência de ensinar português para estrangeiros, e à linda Lyon, cenário do meu sonho francês, que superou Paris (!) no meu coração.

Ao CNPq, pela bolsa concedida nos últimos anos e pelo valioso incentivo aos trabalhos de pesquisa no Brasil.

RESUMO

Nesta tese, temos por objetivo principal delimitar o âmbito de pertinência do lugar de adjunto adverbial dentro de uma abordagem teórica que lança o seu olhar sobre os fatos sintáticos da língua pelo prisma que compreende a materialidade linguística atravessada pela enunciação. Essa abordagem, que se nomeou sintaxe de bases enunciativas, conta com as seguintes premissas: a) o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”, sendo esse emprego – a enunciação – fenômeno tão necessário que parece se confundir com a própria língua (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 82); b) os fatos sintáticos se fundam na relação entre a materialidade articulada da língua e o acontecimento enunciativo (DIAS, 2009); c) o acontecimento enunciativo é o colocar a língua em funcionamento, que se configura pela relação da memória de dizeres com o presente da enunciação e as regularidades da língua (GUIMARÃES, 2005); d) as expressões linguísticas funcionam pelas relações que estabelecem entre si e pela relação do locutor com o que fala (GUIMARÃES, 2009); e) as tradicionais funções sintáticas são entendidas como lugares sintáticos, que são lugares de constituição ou de configuração de referência; e, finalmente, f) a referência, ao estabelecer uma relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, configura-se por um efeito de sentidos atribuídos pela relação de um enunciado com outros enunciados. Partindo dessas premissas, procedemos a investigação de sentenças do português que abrigam em sua composição ocorrências de formações adverbiais (FAdvs), principalmente aquelas encabeçadas pela preposição ‘em’, por nos permitirem vislumbrar a diversidade constitutiva do lugar de adjunto adverbial. Procuramos delinear a configuração enunciativa desse lugar sintático, tomando como parâmetro as reflexões desenvolvidas até então a respeito dos lugares sujeito gramatical e objeto (DIAS, 2009). Enfim, propomos que a sentença é atravessada por três eixos: o eixo enunciativo 1, que chamamos de eixo enunciativo propriamente dito, o eixo enunciativo 2, que chamamos de eixo enunciativo de incidência do locutor, e o eixo temático-referencial. Esses eixos estariam entrelaçados na constituição da sentença e revelariam, de forma proeminente, a configuração da identidade de cada um dos lugares sintáticos. Na configuração do lugar adjunto adverbial parecem atuar de forma proeminente os eixos enunciativo 2 e temático-referencial. Considerando essa configuração, estabelecemos um contínuo, em que se colocam de um lado as FAdvs de proeminência enunciativa, em uma zona intermediária as FAdvs que parecem híbridas e em outro extremo as FAdvs de proeminência temático-referencial. Para essas últimas, a metodologia dos contínuos foi reaplicada, desta vez para estabelecermos uma escala entre as FAdvs mais agregadas ao domínio semântico memorável (DSM) do predicador da sentença e as FAdvs que estariam menos agregadas ao DSM do verbo. Por fim, discutimos como algumas FAdvs podem atuar como elementos que sustentam a instanciação do domínio referencial de uma sentença.

Palavras-chave: adjunto adverbial; enunciação; lugar sintático; referência.

ABSTRACT

In this dissertation, my main objective is to delimitate the pertinence of the adverbial adjunct site within a theoretical approach that looks at the language's syntactic facts understanding linguistic materiality as an entity crossed by enunciative traits. This approach, named as enunciative-based syntax, counts with the following premises: a) the employment of the language is a "total and constant mechanism that, in a way or another, affects the whole language", this employment – the enunciation – being a phenomenon so necessary that it seems to get mingled with the language itself (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 82); b) the syntactic facts fuse in the relationship between the articulated materiality of the language and the enunciative event (DIAS, 2009); c) the enunciative event is the act of putting the language in use, that is configured by the relation of memory of sayings with the enunciation present and language's regularities (GUIMARÃES, 2005); d) the linguistic expressions work in the relations established between themselves and in the relationship established between the speaker and what he says (GUIMARÃES, 2009); e) the traditional syntactical functions are comprehended as syntactical sites, which are places of constitution or configuration of reference; and, finally, f) the reference, when establishing a relation between language and a world entity, configured by the effect of meaning assigned by the relation of an enunciation and other enunciations. From these premises, I investigate Portuguese sentences that hold in their composition occurrence of adverbial formations (FAdv), especially those headed by the preposition "em", for allowing us seeing the constitutive diversity of the adverbial adjunct site. I attempted to draw the enunciative configuration of this syntactical site, taking the reflections developed so far about the sites of grammatical subject and object as parameter (DIAS, 2009). After all, I propose that the sentence is crossed by the axis: the enunciative plan 1, that I call properly said enunciative, the enunciative plan 2, that I call enunciative axis of the speaker incidence, and the thematic-referential plan. These axis would be intertwined in the constitution of the sentence and would reveal, prominently, the configuration of each one's identity in one of the syntactical sites. In the configuration of the adverbial adjunct place the enunciative axis 2 and thematic-referential seems to act prominently. Considering this configuration, I established a continuum, where the FAdv of enunciative prominence are placed on one side, the FAdv that look like hybrids on an intermediary zone and FAdv of thematical-reference prominence on the other edge. For these last ones, the continuum methodology was reapplied, this turn to establish a scale between the FAdv more aggregated to the memorable semantic domain (DSM) of the sentence predicator and the FAdv that would be less aggregated to the verb's DSM. Finally I discuss some FAdv that may act like elements sustaining the instantiation of the referential domain of a sentence.

Keywords: adverbial adjunct; enunciation; syntactical site; reference.

Sócrates – Eis o que me suscita dúvidas, sem nunca eu chegar a uma conclusão satisfatória: o que seja, propriamente, conhecimento. Será que poderíamos defini-lo? Como vos parece? [...]

(Platão, no diálogo *Teeteto*)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – ADJUNTOS ADVERBIAIS: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR	12
1.1 SOBRE A PLURALIDADE DOS ADVERBIAIS	12
1.2 POR QUE INVESTIGAR OS ADJUNTOS ADVERBIAIS?	19
1.2.1 Os lugares de sujeito gramatical e de objeto	19
1.2.2 O adjunto adverbial: questionamentos sobre o estatuto de lugar sintático	23
1.3 SÍNTESE	26
CAPÍTULO 2 – POR UMA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS	28
2.1 A ENUNCIÇÃO ATRAVESSA A LÍNGUA	28
2.2 A ENUNCIÇÃO COMO ACONTECIMENTO	30
2.3 DO INVESTIMENTO DA ENUNCIÇÃO NA SINTAXE: PRINCÍPIOS GERAIS	33
2.3.1 Da tensão entre as dimensões material e simbólica da língua	33
2.3.2 Sobre as noções de regra e de regularidade	37
2.4 SOBRE A NOÇÃO DE REFERÊNCIA	50
2.4.1 A constituição da referência no acontecimento enunciativo	50
2.4.2 A articulação como mecanismo de constituição de referência	56
2.5 A NOÇÃO DE LUGAR SINTÁTICO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES	60
2.5.1 Do estatuto dos componentes da relação sintática: entre termos e lugares	60
2.5.2 As formações morfossintáticas	66
2.5.3 Nota sobre a distinção entre lugar sintático e posição na ordem da sentença	73
2.5.4 Nota sobre a noção de silêncio sintático	75
2.6 SÍNTESE	77
CAPÍTULO 3 – UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA	79
3.1 A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA NA CONSTITUIÇÃO DO FATO LINGUÍSTICO	79
3.2 O DISTINTIVO DA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS	84
3.2.1 A reincidência metodológica dos contínuos de referência	85

3.2.2	Regularidade e enunciação: contrastando pontos de vista	89
3.3	PROCEDIMENTOS	92
3.4	SÍNTESE	94
CAPÍTULO 4 – COMO O LUGAR DE ADJUNTO ADVERBIAL SE INSTALA NO CAMPO DA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS?		95
4.1	PROPOSTA GERAL: OS EIXOS QUE ATRAVESSAM A CONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA	95
4.2	SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO LUGAR DE ADJUNTO ADVERBIAL	101
4.2.1	Considerando a proeminência do eixo enunciativo 2	101
4.2.2	Considerando a proeminência do eixo temático-referencial	113
4.3	DA DISPOSIÇÃO MIGRATÓRIA DO LUGAR DE ADJUNTO ADVERBIAL: A CONSTITUIÇÃO DA BASE DE REFERÊNCIA DA SENTENÇA	129
4.4	SÍNTESE	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS		135
REFERÊNCIAS		138

APRESENTAÇÃO

Nesta tese, apresentamos os encaminhamentos de um trabalho que tem por finalidade compreender um fato linguístico localizado na confluência entre a sintaxe e a semântica da língua. Lançamos o nosso olhar especificamente sobre o adjunto adverbial, buscando situá-lo no quadro de uma sintaxe de bases enunciativas. Nesse sentido, procuramos compreender as regularidades associadas ao fato linguístico em análise, considerando que a materialidade linguística está eivada por determinações de ordem enunciativa.

Desenvolvemos uma reflexão seguindo o propósito de explicar como se determinam e se agregam os distintivos sintático e enunciativo na constituição do adjunto adverbial, considerando sentenças do português. Pretendemos com isso trazer contribuições à sintaxe de bases enunciativas, perspectiva teórica em desenvolvimento, cujas premissas direcionam a nossa pesquisa e a partir da qual assumimos serem os fatos sintáticos atravessados por injunções de ordem enunciativa.

Os questionamentos levantados ao longo da tese nascem em duas frentes. A primeira delas concerne ao que estaria sedimentado sob o signo da adjunção adverbial em pelo menos uma proposta de cunho tradicional. Essa frente coloca o nosso objeto de análise no domínio de pertinência dos estudos gramaticais, justificando, inclusive, a denominação “adjuntos adverbiais” no título da tese, muito embora tenhamos redimensionado o olhar sobre esse objeto a partir da perspectiva que adotamos, operando com a noção de lugar sintático dentro de uma metodologia de contínuos. A segunda frente, responsável pelas hipóteses que montamos no decorrer da tese, está enraizada nos trabalhos que até então foram desenvolvidos dentro da perspectiva sintática de bases enunciativas e cujo foco incidia sobre os lugares de sujeito gramatical e de objeto. Acreditamos que a articulação dessas frentes, ao congregarem o que já estaria mais ou menos estabelecido sobre o nosso objeto de estudos aos postulados da nova perspectiva teórica que investimos sobre esse objeto, trouxe resultados positivos para o trabalho, mostrando o ganho de se lidar com os adjuntos adverbiais por um viés que entende a enunciação como um fator transversal à constituição da língua.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. No Capítulo 1, apresentamos uma discussão preliminar, mostrando as razões que conferem relevância à nossa pesquisa a respeito dos

adjuntos adverbiais, os quais ainda não receberam um estudo sistemático dentro do quadro teórico da sintaxe de bases enunciativas. No capítulo seguinte, apresentamos os fundamentos da perspectiva teórica da sintaxe de bases enunciativas, colocando relevo no modo como se compreende a interdeterminação das dimensões material e simbólica da língua na constituição dos fatos sintáticos. O Capítulo 3 é destinado a uma reflexão geral acerca do modo como a perspectiva teórico-metodológica seria determinante para se enxergar o objeto de análise nos diversos campos de estudo da linguística e explicitamos, nesse ponto, o que seria uma metodologia de contínuos. Finalmente, no último capítulo propomos o enquadramento do lugar de adjunto adverbial no que compreendemos por eixos enunciativos e eixo temático-referencial, considerando que esses eixos atravessam constitutivamente a sentença.

CAPÍTULO 1

ADJUNTOS ADVERBIAIS: UMA DISCUSSÃO PRELIMINAR

1.1 SOBRE A PLURALIDADE DOS ADVERBIAIS

Como este estudo versa sobre os adjuntos adverbiais, não poderíamos começar o nosso percurso de outra forma senão reconhecendo a dificuldade de se encontrar as bordas desse objeto de pesquisa. Perini (2008), ao mencionar as falhas do sistema tradicional de classificação gramatical, refere-se à categoria dos advérbios, que seriam empregados prototipicamente como adjuntos adverbiais na sintaxe, como uma classe do tipo “cesta de lixo”, devido à extrema heterogeneidade que certamente se reproduz no emprego sintático dessa categoria.

Milner (1989), dando visibilidade à distinção entre morfologia e sintaxe, disciplinas que, dentre outras, se unem para constituir um saber sobre a língua, pensa justamente na suposta correspondência entre categorias morfológicas e seus respectivos empregos sintáticos. O autor observa que

dizer que um termo seria por natureza um N ou um A ou, o que é a mesma coisa, dizer que ele pertence à categoria N ou A, não é evidentemente a mesma coisa que dizer que o lugar (*site*) ocupado por esse termo é portador de tal ou qual etiqueta.¹ (MILNER, 1989, p. 358, tradução nossa)

Podemos afirmar que Milner faz uma demarcação de espaços, distinguindo a categorização dos termos – espaço da morfologia – da etiquetagem dos lugares – espaço da sintaxe, já que nesse caso ele se refere a lugares dentro da sentença. A partir dessa distinção, adiante ele reconhece que há lugares sintáticos que são intrinsecamente *policategoriais*, os quais acolhem normalmente e sem distorções diferentes tipos de categorias.

O lugar de adjunto adverbial parece enquadrar-se no perfil dos lugares policategoriais apresentados por Milner, uma vez que está aberto à possibilidade de ser ocupado por estruturas pertinentes a categorias diversas. Kato e Nascimento (2009) enumeram essas

¹ No original: *dire qu'un terme est par nature un N" ou un A", ou, ce qui revient au même, dire qu'il appartient à la catégorie N" ou A", ce n'est évidemment pas la même chose que dire que le site occupé par ce terme porte telle ou telle étiquette.*

variadas formas das unidades linguísticas passíveis de ocupar esse lugar sintático. Vejamos os exemplos a seguir, que ilustram essa variedade.

- (1) Caso deseje incluir o Calculador de Preços em seu site veja **aqui** as instruções de como fazê-lo.²
- (2) Foi também na década de 1920 que surgiu **em Belo Horizonte** a geração de escritores de raro brilho que iria se destacar no cenário nacional.³
- (3) **Essa semana** iniciei a minha dieta maluca.⁴
- (4) **Onde você vê a teimosia**,/ Alguém vê a ignorância.⁵
- (5) **Contando com um erro do português Helder Rodrigues**, o piloto espanhol venceu sua quarta especial na edição 2011 e abriu 18 minutos de vantagem na classificação geral.⁶
- (6) De fato, estava aberto a um pedido de desculpas **faz tempo**.⁷

Podemos ver, pelos elementos destacados nas sentenças de (1) a (6) a gama de estruturas que podem preencher o lugar de adjunto adverbial. Em (1) temos um elemento pertencente à categoria dos advérbios, em (2) encontramos um grupo preposicional e em (3) um grupo nominal. Já as três últimas sentenças têm o seu lugar de adjunto adverbial ocupado por grupos oracionais, sendo que em (4) temos uma oração finita, em (5) uma oração de gerúndio e, finalmente, em (6) encontramos um exemplo do que Kato e Nascimento (2009) chamaram de “subordinada sem cabeça (sem núcleo realizado)”, i.e., uma oração subordinada que não vem introduzida por “elemento subordinador”.

A aparente heterogeneidade nos impede, a princípio, de contar com uma espécie de “harmonia natural” (MILNER, 1989, p. 370), que poderia existir entre a pertinência categorial do termo ocupante e a etiqueta do lugar sintático ocupado, para concretizar o objetivo mais amplo de nossa proposta de trabalho, que é determinar a configuração do lugar de adjunto adverbial pela perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas. Se não podemos contar com o traço referido de harmonia categorial para determinar a configuração sintático-enunciativa do lugar de adjunto adverbial, somos levados naturalmente a nos perguntar em que medida a

² <http://goo.gl/qXfu>. Acesso: 15/01/2011.

³ <http://goo.gl/UplLB>. Acesso: 15/01/2011.

⁴ <http://goo.gl/WHJ7W>. Acesso: 15 de janeiro de 2011.

⁵ Trecho do poema “Onde você vê”, de Fernando Pessoa. Fonte: <http://goo.gl/UCuZM>. Acesso: 15/01/2011.

⁶ <http://goo.gl/86Vmf>. Acesso: 15/01/2011.

⁷ <http://goo.gl/0axCa>. Acesso: 16/01/2011.

heterogeneidade seria relevante para explicitar tal configuração e o que conferiria identidade sintática e enunciativa a um grupo tão heterogêneo do ponto de vista categorial. Chegamos, assim, ao nosso primeiro questionamento: como essa heterogeneidade relativa à pertinência categorial dos elementos passíveis de ocupar o lugar de adjunto adverbial pode reunir-se em uma formação única que apresente identidade à configuração enunciativa desse lugar sintático? Esta na base desse questionamento a concepção de que os fatos sintáticos se fundam na relação entre a materialidade da língua e o acontecimento enunciativo (DIAS, 2009).

O traço da heterogeneidade não se revela apenas pela variedade estrutural dos elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial, ainda mais heterogêneos são os valores semânticos associáveis a esses elementos. Bechara (2006, p. 439-449), citando apenas os principais tipos de adjuntos adverbiais, apresenta-nos uma lista de onze classificações, enquanto Rocha Lima (2007 [1972], p. 258) chega ao cômputo geral de dezessete classificações. A heterogeneidade estrutural associada à heterogeneidade semântica dos adjuntos adverbiais leva a que constantemente estejamos “a não delimitar com nitidez as fronteiras com outras funções sintáticas [...] e com conteúdos de pensamento designado vizinhos” (BECHARA, 2006, p. 439). Observamos pontos de contato na fronteira entre adjuntos adverbiais e complementos relativos, na terminologia de Bechara (2006), ou complementos circunstanciais, na terminologia de Rocha Lima (2007 [1972]).

O complemento relativo ou oblíquo é introduzido por preposição e, assim como o complemento direto, na visão de Bechara (2006), tem o papel de especificar a experiência comunicada, delimitando a extensão semântica do verbo. Se, por um lado, há ocorrências em que o complemento relativo parece ter comportamento funcional idêntico ao do complemento direto, o que explicaria o fato de até a norma admitir com indiferença a alternância entre esses complementos, como em “Satisfazer o pedido” e “Satisfazer ao pedido”; por outro lado, incluem-se também na categoria dos complementos relativos proposta por Bechara (2006, p. 420) “os argumentos dos verbos ditos locativos, situativos e direcionais, o que permite sua comutação com advérbios de equivalência semântica”. O distintivo desses últimos argumentos manifesta-se com mais clareza através da nomenclatura adotada por Rocha Lima (2007 [1972], p. 252), que os coloca em uma categoria à parte dos complementos relativos, chamando-os de complementos adverbiais, os quais também se mostram tão indispensáveis “à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais”. Os

chamados complementos circunstanciais não só têm valor semântico semelhante ao que podemos reconhecer nos adjuntos adverbiais de lugar e de tempo, mas também, em certos casos, apresentam formação estrutural coincidente com a que constitui essas duas classes de adjunto. Observemos os exemplos:

- (7) Nós morávamos **em Lyon**.
- (8) O show foi um sucesso **em Lyon**.

Manipulando as sentenças por meio de um teste de redução, podemos notar que o grupo preposicional (doravante, GPrep) ‘em Lyon’ não pode ser retirado em (7), pois produz um efeito de incompletude⁸ na sentença, ao passo que a redução pode ser feita sem prejuízo para a saturação da sentença em (8). Assim o GPrep ‘em Lyon’ parece ocupar o lugar de complemento circunstancial no primeiro exemplo. Em contrapartida, constatamos que o referido GPrep parece ocupar o lugar de adjunto adverbial de lugar no segundo exemplo, pois seria dispensável ao efeito de completude dessa sentença.

A diferença entre adjuntos adverbiais e complementos circunstanciais nem sempre pode ser mensurada pelo teste de redução com o grau de evidência que observamos no par de exemplos em (7) e (8). Ao aplicar esse teste aos GPreps encontrados na sentença “A criança caiu da cama durante a noite”, Bechara (2006, p. 436) sugere que ‘da cama’ seja uma expressão obrigatória, um complemento relativo que, na classificação mais precisa empregada por Rocha Lima (2007 [1972]), seria chamado de complemento circunstancial. Diferentemente, o GPrep ‘durante a noite’ seria avaliado como “mero acréscimo à informação, à realidade comunicada” (BECHARA, 2006, p. 437), recebendo a classificação de adjunto adverbial. Devemos admitir, entretanto, que a diferenciação feita por Bechara (2006) não se sustenta por uma clássica percepção do investimento desses GPreps no grau de saturação da sentença. Podemos observar nas sentenças “A criança caiu” ou “A criança caiu durante a noite” um

⁸ Referimo-nos a um efeito porque, segundo a perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas, uma sentença pode estar saturada mesmo tendo um lugar correspondente a uma função sintática essencial na oração não ocupado. Basta verificarmos fatores articulatórios, textuais e enunciativos, que configuram as chamadas condições operativas de ocupação dos lugares sintáticos, condições essas que configuram o modo de enunciação da sentença. Assim, uma sentença proverbial, como “Quem planta colhe”, tem um modo de enunciação mais genérico e, por isso (além de outros fatores), apresenta-se saturada, ainda que os lugares de objeto dos verbos “plantar” e “colher” não estejam ocupados. Por outro lado, a sentença “(?) Pedro colheu” constitui-se por um modo de enunciação mais especificador e, destituída de vínculo com uma textualidade, mostra-se insaturada. Entretanto, é apenas porque está fora de uma textualidade que essa sentença está insaturada, e tal razão nos obriga a afirmar que saturação ou insaturação é um efeito da condição de isolamento da sentença e não uma condição de fato.

grau de saturação notoriamente semelhante ao que encontramos na sentença “A criança caiu da cama”, se entendermos como grau de saturação um efeito de completude semântica e sintática. Vale dizer ainda que o *Dicionário prático de regência verbal* (LUFT, 2008) registra a possibilidade de o verbo ‘cair’ ocorrer sem complemento ou, para utilizar a terminologia da perspectiva que adotamos em nossa proposta de trabalho, o verbo ‘cair’ ocorrer com o lugar de objeto não ocupado⁹. Se imaginássemos, portanto, uma divisória que colocasse de um lado a atuação sintático-semântica dos adjuntos adverbiais e de outro a atuação dos complementos circunstanciais, não poderíamos contar apenas com a percepção de um suposto grau de importância informativa da expressão alocada em um ou outro lugar sintático.

Cançado (2009) faz uma proposta que apresenta direcionamentos interessantes a respeito dessa diferenciação entre complementos e adjuntos verbais. Enquanto Milner (1989) realça a distinção entre os domínios da morfologia e da sintaxe, Cançado propõe uma explicação que traz à tona os limites da sintaxe e da semântica. A autora define “os complementos e adjuntos como noções estritamente sintáticas, que envolvem a posição estrutural e a atribuição de casos”, ao passo que os argumentos compõem “uma noção estritamente semântica” (CANÇADO, 2009, p. 35). Ela questiona o julgamento tradicional de que as informações que estão associadas à posição de complemento seriam selecionadas pelo verbo, diferentemente das informações alocadas em adjunção, que seriam dispensáveis, em alguma medida. Os verbos ‘comprar’ e ‘vender’ acarretariam em seu sentido um *agente*, um *tema* e um *alvo/fonte* como argumentos; e “não existe nenhum tipo de motivação sintática, nem semântica”, para considerarmos que tais verbos não tenham também “um *valor* como parte de sua estrutura argumental” (Idem, p. 42, grifo nosso). Da mesma forma, ela questiona a avaliação que a tradição gramatical faz da transitividade verbal e pondera:

Se seguirmos a definição de que os verbos que não têm sentido completo são transitivos, teríamos que afirmar que os verbos *ir*, *vir* e *sair* são verbos transitivos: alguém vai para um lugar necessariamente, ou alguém vem ou sai de algum lugar obrigatoriamente. Entretanto esses verbos podem aparecer em sentenças sem que sejam explícitos todos os argumentos que saturam seu sentido. (CANÇADO, 2009, p. 43)

⁹ Qualquer verbo, em princípio, pode ocorrer com o lugar sintático de objeto vazio, segundo a perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas, pois a própria noção de lugar já traz consigo a possibilidade de ser ou não ser preenchido.

Ao analisar a relação “estabelecida via regras de correspondência entre as propriedades semânticas e as posições sintáticas de uma sentença” (Idem, p. 46), a autora conclui que a diferença entre complementos e adjuntos está vinculada à atribuição de caso. Enquanto os primeiros recebem caso acusativo atribuído pelo verbo, o estatuto sintático de adjunto será conferido ao argumento pela preposição que lhe atribui caso oblíquo. Assim, Cançado (2009) elimina o complemento indireto, uma vez que todos os elementos encabeçados por preposição ganhariam o estatuto sintático de adjunto.

Nós, em contrapartida, como não trabalhamos diretamente no esteio de uma teoria de caso, optamos por conservar o complemento indireto no rol dos lugares sintáticos a serem cotejados por uma abordagem de bases enunciativas. Entretanto, para evitar que o nosso estudo esbarrasse de antemão no problema da etiquetagem desses lugares sintáticos que se instalam em zonas de entremeio, como o adjunto adverbial e os chamados complemento relativo ou complemento circunstancial, decidimos fazer um recorte inicial que nos criasse a oportunidade de encarar esse mesmo problema da etiquetagem.

Assim, as sentenças que figuram inicialmente em nossas análises contêm o GPrep encabeçado pela preposição ‘em’, que pertence a uma categoria compatível com ambos os lugares citados. Se tal seleção é conveniente, pois nos obriga a enfrentar uma importante questão, ela também é necessária, uma vez que nos permite lidar com a referida pluralidade categorial associada ao lugar de adjunto, que é realmente o foco deste trabalho. Além disso, restringir dessa maneira o nosso escopo parece-nos razoável para uma pesquisa de médio prazo de duração. Devemos esclarecer, contudo, que o nosso investimento não será feito a fim de explicar a semântica ou a articulação interna do GPrep em si; antes, o nosso objetivo é produzir explicações acerca da identidade do lugar sintático de adjunto adverbial. Pretendemos fazer um percurso metodológico, partindo da conformação referencial do elemento ocupante em direção à etiqueta do lugar sintático ocupado por esse elemento.

Essa primeira escolha pela categoria dos GPreps encabeçados pela preposição ‘em’ ainda nos favorece por duas razões. A primeira razão, já mencionada, vincula-se ao fato de essa categoria se prestar à ocupação tanto de um lugar sintático de complementação verbal, como podemos ver em (9), quanto de adjunção, como exemplificamos em (10) e (11).

(9) Pensei **em** você.

- (10) Pensei em você **na noite de ontem**.
 (11) **Em tese**, ele disse a verdade.

Essa possibilidade nos permite abrir uma discussão interessante a respeito da vinculação dos lugares sintáticos ao verbo ou, em outras palavras, uma discussão a respeito das noções tradicionais de complementação e de adjunção, por uma abordagem que considera a constituição referencial operada nos diferentes lugares sintáticos. E ainda podemos discutir a respeito de duas configurações distintas do adjunto adverbial exemplificadas em (10) e (11), cujo contraste deixa entrever que a ocupação do lugar de adjunto pela expressão ‘em tese’ parece comportar, com uma clareza não encontrada na ocupação realizada pelo GPrep ‘na noite de ontem’, um movimento de incidência da perspectiva do Locutor (GUIMARÃES, 2009) na construção da referência da sentença.

A segunda razão refere-se à peculiaridade dos adjuntos de localização temporal constituídos pelos GPreps encabeçados pela preposição ‘em’. Esses adjuntos são passíveis de alternância com aparentes grupos nominais (doravante GNs), como mostra o par de exemplos em (12).

- (12) a- **No ano passado**, tivemos um crescimento econômico.
 b- **O ano passado**, tivemos um crescimento econômico.

Observando esse fenômeno, perguntamo-nos de que modo a sintaxe, perpassada por determinações semântico-enunciativas, poderia ser distinta na alternância entre GNs e GPreps como ocupantes do lugar de adjunto adverbial, vista em (12), ou como ocupantes do lugar de complemento relacional ou oblíquo, que podemos observar no par de sentenças em (13).

- (13) a- Pisei **a grama**.
 b- Pisei **na grama**.

Móia (1999 apud MIRA MATEUS et al, 2006, p. 167 [nota 55]), ao tratar dessa alternância, considera que os “sintagmas nominais de localização temporal são sempre sintagmas preposicionais (nomeadamente com a preposição *em*) em que a preposição se encontra a um nível abstrato de representação”. Distanciamos-nos dessa perspectiva, pois admitimos que essa alternância possa ser um fato linguístico revelador de diferentes “modos de ocupação” dos lugares sintático em questão ou possa mesmo configurar diferentes fatos sintáticos, o que justificaria a sua investigação.

Segundo Dias (2009, p. 20), que retoma as ideias de Frege (1978 [1892]), “o GN é uma unidade que exprime o modo de apresentação da entidade referida”. O GN constitui uma delimitação temática, produzindo um recorte que “passa pelas condições de referência na enunciação enquanto acontecimento histórico”, ao passo que o GPrep constituir-se-ia por um GN submetido ao investimento da preposição. A preposição ‘em’, por exemplo, traz consigo um índice de localização temporal ou espacial. Partindo desses conceitos, chegamos à constatação de que esses diferentes modos de ocupação do lugar de adjunto adverbial produziram desdobramentos na constituição da referência no âmbito desse lugar sintático, ainda que esses desdobramentos sejam de tênue diferenciação. Perguntamo-nos, então, em que medida essa alternância é relevante para explicar a sintaxe, i.e., em que medida a alternância entre GN e GPrep proporciona uma configuração diferente ao lugar sintático que elas ocupam e, em última análise, questionamo-nos se os GNs ou GPreps alternantes estariam efetivamente ocupando o mesmo lugar sintático.

1.2 POR QUE INVESTIGAR OS ADJUNTOS ADVERBIAIS?

O lugar sintático de adjunto adverbial suscita questionamentos cujas respostas seriam importantes para conferir abrangência explicativa à sintaxe que adotamos, de bases enunciativas. A nossa primeira justificativa, portanto, é simples: devemos contribuir para uma abordagem teórica em desenvolvimento e que já apresenta um quadro de reflexões a respeito dos lugares de sujeito gramatical e de objeto. Logo, queremos expandir esse quadro, abordando o lugar de adjunto adverbial.

1.2.1 Os lugares de sujeito gramatical e de objeto

Explicar a relação entre a configuração enunciativa das sentenças e a regularidade sintática apreendida nos lugares de sujeito gramatical e de objeto foi, até então, o mote principal do empreendimento da sintaxe de bases enunciativas. DIAS (2007), ao fazer uma análise do campo de produções gramaticais no Brasil, reconhece três condições que atuam na determinação dos fatos gramaticais¹⁰, quais sejam, as condições distributivas, atributivas e operativas. As condições distributivas do fato gramatical (Idem, p. 85) concerniriam à conformidade dos termos constituintes da sentença, os quais estão organizados por relações de interdependência. Dentro da tradição gramatical, tais relações são contempladas, na sintaxe,

¹⁰ Neste caso, fato gramatical deve ser entendido como fato sintático.

basicamente pelas noções de concordância, regência, coordenação e subordinação. Se do ponto de vista distributivo, a sentença é entendida como uma sequência de “termos”, do ponto de vista atributivo, ela é concebida como um “lugar-suporte” para os termos, pois as condições atributivas (Idem, p. 86) diriam respeito à projeção de lugares na sentença, lugares esses previstos, desde o léxico, pela estrutura argumental dos verbos da língua. Por fim, as condições operativas do fato gramatical (Idem, p. 87) referir-se-iam ao preenchimento de tais lugares, aos fatores de ordem semântica ou discursiva que direcionariam esse preenchimento e às repercussões dele para além da sentença.

Vamos considerar aqui as condições atributivas e operativas do fato sintático, elucidando alguns aspectos relativos à projeção e à ocupação dos lugares sujeito e objeto. Vale lembrar que, na medida em que tanto um como outro lugar sintático são fundamentalmente lugares de constituição de referência (DIAS, 2006a), tal condição perpassa as formulações apresentadas a seguir.

Começemos pelo lugar sujeito, que guarda relações estreitas com o verbo em estado de finitude. A sentença, ou oração, ao ser definida pela tradição gramatical, “se caracteriza por ter uma palavra fundamental que é o *verbo* (ou sintagma verbal) que reúne, na maioria das vezes, duas unidades significativas entre as quais se estabelece a *relação predicativa* – o *sujeito* e o *predicado*” (BECHARA, 2006, p. 408). Compreendemos, assim, que o lugar de sujeito seria aquele que institui a sentença, sendo o responsável pelo acionamento do verbo (DIAS, 2002), o que significa dizer que esse lugar sintático é responsável pela retirada do verbo de seu estado de dicionário para a instalação de um predicado, unidade mínima da sentença. Ao fazer isso, o lugar de sujeito dá perspectiva ao verbo, i.e., agrega ao verbo “coordenadas de enunciação” que passam a ser expressas preferencialmente por um investimento morfológico desinencial. Estamos lidando, portanto, com a ideia de que o lugar de sujeito se constitui por uma anterioridade de predicação, que consiste exatamente na sustentação de uma base de referência a partir da qual se dá a “instalação da perspectiva de enunciação apreendida pelo verbo” (DIAS, 2009, p. 20) na constituição da sentença. E a anterioridade de predicação, de acordo com a perspectiva que adotamos aqui, “se sustenta na passagem da instância do virtual para a instância do atual no acontecimento enunciativo” (Idem). Consideremos (14) e (15).

(14) Pegar metrô em São Paulo é mais fácil do que em Belo Horizonte.

(15) Pegaram o ladrãozinho na estação do metrô.

Reforçamos a tese de que o sujeito é responsável pela instalação da sentença ao encontrarmos uma sequência em cuja constituição podemos nos questionar sobre a presença de um sujeito gramatical. É o caso da sequência “Pegar metrô em São Paulo”, em (14). E, ao formularmos tal questionamento, conseqüentemente levantamos outro, que diz respeito ao estatuto de sentença que seria conferido a essa sequência. Para ser categorizado como sentença, o trecho em questão precisa constituir referência no escopo de seu lugar de sujeito gramatical, seja uma referência indeterminada, como “alguém pegar metrô em São Paulo”, uma referência ancorada nas figuras da enunciação, “você pegar metrô em São Paulo”, por exemplo, ou uma referência generalizante, como “todos pegarem metrô em São Paulo”. Parece-nos importante observar ainda que é o lugar de sujeito o responsável pelo acionamento do verbo, e não propriamente o termo ocupante, pois, em sentenças em que o lugar de sujeito não está ocupado, produzindo uma indeterminação da identidade no escopo desse lugar, o verbo também se apresenta em perspectiva, ou seja, é portador de desinência número-pessoal, que carrega as coordenadas de enunciação, como podemos ver na sentença (15).

Além disso, admitimos que o lugar de sujeito é a base de sustentação do predicado. Esse entendimento pode ser justificado pela rejeição da língua a uma sentença em que uma negação esteja incidindo sobre o elemento ocupante desse lugar, como vemos em (16).

(16) (??) Não Maria ama Pedro.

Vale ressaltar que estamos falando em negação e não em exclusão, pois, caso fizéssemos uma leitura exclusiva dessa sentença, ela tornar-se-ia aceitável, e poderíamos até completá-la com uma sentença adversativa: “Não Maria ama Pedro, mas Rosa”. Fazemos uma leitura negativa do escopo do elemento ‘Não’ sobre o GN ‘Maria’ tal como a negação incidiria sobre o verbo ‘amar’ se a sentença fosse “Maria não ama Pedro”. E é perfeitamente possível que essa sentença signifique tão somente a negação de um amor de Maria por Pedro, sem vislumbrar qualquer outro sentimento existente entre eles, como em “Maria não ama Pedro, o despreza”, em que teríamos uma leitura exclusiva no lugar de uma leitura negativa. Assim, entendemos a sequência linguística em (16) como se não houvesse constituição de referência no escopo do lugar de sujeito, cuja paráfrase seria **Ama Pedro*, imaginando que ‘Pedro’ continue a ser ocupante do lugar de objeto. Sendo o lugar de sujeito, como dissemos anteriormente, o lugar

da constituição de uma base de referência para a sentença, ele não pode operar com essa leitura negativa, i.e., com ausência de referência em seu escopo. A referência deve se constituir, ainda que esteja ancorada em um silêncio que produz um recorte na memória histórica de enunciações. É precisamente o investimento dessa memória inscrita na virtualidade da língua que confere, por exemplo, aceitabilidade à sentença “Amam Pedro” na constituição de uma referência indeterminada.

O objeto, por sua vez, é um lugar sintático projetado pelo verbo que pode ou não ser ocupado, a depender das condições enunciativas que, ajustando a demanda de saturação da sentença, se investem na materialidade do arranjo sintático. “Os verbos em português apresentam a potencialidade da projeção do lugar de GN-objeto” (DIAS, 2009, p. 25), pois, como núcleos do predicado, guardam um percurso de enunciações em que aparecem acompanhados por um elemento ocupante desse lugar sintático. Trata-se de uma memória de regularidades imersa nos limites da materialidade da língua. Assim, podemos dizer que o verbo, subsidiado pelo percurso de enunciações que carrega, é responsável pela projeção do lugar de objeto (DIAS, 2005) e pela configuração da referência constituída no escopo desse lugar. Consideremos mais um exemplo.

(17) Quem ameaça, uma tem e outra guarda.

Em (17), o lugar de objeto da forma verbal “ameaça” apresenta um vazio cuja significação é circunscrita às possibilidades de ocupação delineadas pelo percurso de enunciações do verbo ‘ameaçar’, em outras palavras, a referência constituída no lugar de objeto é centrada na forma verbal. Igualmente, a indefinição constituída no âmbito dos lugares de objeto das formas verbais ‘tem’ e ‘guarda’ também está circunscrita à determinação do percurso enunciativo dos verbos que respectivamente os projetaram. Essa determinação, entretanto, ganha matizes próprios segundo a articulação sintática em que os predicados estão inseridos, ou seja, não podemos perder de vista que as formas verbais ‘ameaça’, ‘tem’ e ‘guarda’ estão articuladas e que o estão em uma sentença genérica, pois é fato que a articulação também é determinante para delinear a referência constituída no escopo de cada um dos lugares sintáticos. Ainda verificando essa questão, comparemos as sentenças (18) e (19) observando a relação que se estabelece entre as formas verbais e seus respectivos lugares de objeto.

(18) Eles alugaram seu antigo apartamento e compraram uma casa.

(19) Esta imobiliária aluga mais do que vende.

Podemos verificar que na primeira sentença temos exemplos do que Dias (2006b) chama de predicação dirigida, porque os lugares de objeto dos verbos ‘alugar’ e ‘comprar’ estão ocupados, respectivamente, por ‘seu antigo apartamento’ e ‘uma casa’. Já na segunda sentença, temos casos do que ele chamou de predicação centrada, pois o predicado está concentrado nas formas verbais em si. A significação do predicado da sentença “Esta imobiliária aluga mais do que vende” está arraigada, como acabamos de mencionar, nas possibilidades determinadas pelo percurso enunciativo dos verbos ‘alugar’ e ‘vender’ e no contraste de significação que há entre eles. Temos um vazio em seus lugares de objeto significando quaisquer bens passíveis de serem alugados ou vendidos. Vale dizer que, nesse caso, a articulação se encarrega de restringir as possibilidades temáticas da sentença a bens suscetíveis de aluguel ou venda por intermédio de uma imobiliária, assim como na sentença em (17) a articulação aponta que a indeterminação no escopo dos lugares de objeto dos verbos ‘ter’ e ‘guardar’ se restringe a elementos que possam ser possuídos ou guardados e que tenham valor agregado para subsidiar uma ameaça. São as injunções da memória de sentidos que se investem na articulação sintática das sentenças constituindo referência.

Resumindo, podemos afirmar que o lugar de sujeito é a contraparte pertinente à sentença que “apresenta uma relação mais direta com os fatos de enunciação”, situando o verbo em uma instância enunciativa. O lugar de objeto, por sua vez, embora esteja evidentemente submetido às injunções enunciativas que se investem na constituição da sentença, parece estar comprometido de forma mais explícita com a construção da temática da sentença (DIAS, 2009, p. 28).

1.2.2 O adjunto adverbial: questionamentos sobre o estatuto desse lugar sintático

Considerando o foco da presente proposta de trabalho, decorrem naturalmente do quadro de reflexões que apresentamos na seção anterior os seguintes questionamentos: qual é a instância de projeção e quais são as condições de ocupação do lugar de adjunto adverbial? Entretanto, para além de definir qual é a instância de projeção e quais são as condições de ocupação do lugar de adjunto adverbial, é mister contemplarmos outras duas questões que alcançam o cerne da nossa perspectiva teórica: Qual é o compromisso do lugar de adjunto adverbial na

constituição referencial da sentença? Qual é o eixo de estabilidade desse lugar sintático na sentença, i.e., o que confere a esse lugar identidade na interface entre sintaxe e enunciação?

Explicitemos melhor os motivos que nos levam a esses últimos questionamentos. Dalmaschio (2008), ao tratar da não ocupação do lugar de objeto, mobiliza a noção de silêncio constitutivo, que se refere às condições em que “para dizer é preciso não dizer” (ORLANDI, 2010, p. 24), e desenvolve a noção de silêncio sintático. Nos moldes de uma sintaxe de bases enunciativas, compreendemos o objeto dos verbos ‘alugar’ e ‘vender’ na sentença (19), “Esta imobiliária aluga mais do que vende”, distanciando-nos de uma perspectiva que o considera como um constituinte inexistente. Antes, para nós, o objeto consistiria em um lugar sintático projetado por esses verbos “que não se configura como elemento linguístico explícito, mas que precisa fazer parte da sentença para que ela ganhe completude” (DALMASCHIO, 2008, p. 53). É a esse mecanismo de constituição de referência *in absentia* que Dalmaschio (2008) chama de silêncio sintático. Acreditamos que a noção de silêncio sintático não só sustenta a tese apresentada pela autora a respeito do silêncio significativo no escopo do lugar de objeto, mas também sustentaria a própria noção de lugar sintático.

O estatuto dos lugares sintáticos, conferido pela sintaxe de bases enunciativas às tradicionais funções sintáticas, está enraizado no conceito de lugar (*site*) apresentado por Milner (1989). Ele diferencia lugar (*site*), lugar qualificado, de posicionamento (*place*), lugar não qualificado (DIAS, 2009), sendo esses último variável segundo as palavras e a ordenação das palavras na sentença. De acordo com Milner (1989, p. 380, tradução nossa):

Para que se tenha sintaxe, é necessário que se admita a hipótese dos *sites* e a distinção entre *place* e *site*. Ora, admitir a hipótese dos *sites* é admitir que há uma sólida referência para a diversidade eventual dos *places*: consequentemente, pode-se medir a diversidade dos *places* possíveis para um único sistema de *sites*.¹¹

Ou seja, é pertinente à sintaxe tratar dos lugares qualificados, que estão na base da sentença independentemente das variações acidentais, que observamos, por exemplo, em (20a) e (20b). A análise sintática das sentenças em (20) permaneceria a mesma para (a) ou para (b).

¹¹ No original: *Pour qu'il y ait syntaxe, il faut qu'on admette l'hypothèse des sites et la distinction entre place et site. Or, admettre l'hypothèse des sites, c'est admettre qu'il y a un solide de référence pour la diversité éventuelle des places: dès lors, on peut mesurer la diversité des places possibles par rapport à un système des sites unique.*

- (20) a- Júlia comprou um livro ontem.
 b- Ontem, um livro Júlia comprou.

Nas palavras de Milner (1989, p. 380, tradução nossa):

O fato de que não se deve mudar a análise sintática significa que o que há de comum entre essas diversas disposições é justamente a sintaxe, ou seja, o sistema de sites; **ela [a sintaxe] é, então, única por definição.** Reciprocamente, não se pode deduzir de uma sintaxe única uma ordem de palavras única.¹² (Grifo nosso)

Já que a sintaxe é sempre a mesma, “é única por definição”, podemos considerar que os lugares sintáticos estão sempre projetados pelas condições atributivas imbuídas na constituição da sentença, muito embora nem sempre eles estejam ocupados. Essa constatação associa-se à noção de silêncio sintático. Vejamos (21) e (22), para melhor entendermos tal questão.

- (21) Lula é gente que faz.
 (22) Lula é gente que faz **no Brasil**.

Na sentença (21), temos a não ocupação do lugar de objeto do verbo ‘fazer’. Trata-se de um vazio significativo, um silêncio sintático que faz o lugar de objeto significar pela integração à memória do verbo. Estabelecendo um contraste com a sentença (22), percebemos que em (21) o vazio no lugar de adjunto, diferentemente, parece não deixar o rastro significativo deixado no lugar de objeto. Esse fenômeno nos mostra que a memória do verbo não seria suficiente para sustentar um silêncio significativo no lugar de adjunto adverbial e, de fato, nos conduz à questão levantada anteriormente a respeito da estabilidade desse lugar na constituição da sentença, porque a própria noção de lugar, independente da situação em que se usa esse termo, supõe um espaço que tem estabilidade de existência, a despeito de ser ou não ser ocupado. Entretanto, como podemos afirmar que o lugar de adjunto faz parte da sintaxe da sentença (21) se não há nenhum traço significativo que indique a sua existência na composição da sentença? A ideia de uma sintaxe única aceita o fato de um lugar participar da composição sintática de uma sentença sem ser, nem mesmo “silenciosamente”, atuante?

¹² No original : *Le fait qu'on ne doive pas changer l'analyse syntaxique signifie que ce qu'il y a de commun entre ces diverses dispositions, c'est justement la syntaxe, c'est-à-dire le système des sites; elle est donc par définition unique. Réciproquement, on ne peut déduire de la syntaxe unique un ordre des mots unique.*

1.3 SÍNTESE

Até aqui fizemos algumas reflexões de base e, a partir delas, levantamos hipóteses e perguntas sobre o lugar de adjunto adverbial dentro de uma perspectiva da tradição gramatical e, especialmente, no cenário de uma sintaxe de bases enunciativas. Em síntese, recuperamos as questões que nos fizemos ao longo deste breve capítulo, assinalando os pontos em que a teoria e os fatos linguísticos ainda não travaram um acordo coerente.

A direção em que nossa pesquisa deve caminhar e os pontos pelos quais pretendemos passar no curso deste trabalho podem ser compreendidos justamente ao se perscrutar o compromisso que firmamos com as questões a seguir:

- i. Como a pluralidade relacionada à pertinência categorial dos elementos passíveis de ocupar o lugar de adjunto adverbial poderia explicar a configuração enunciativa desse lugar sintático? Qual seria a identidade sintático-enunciativa de um lugar passível de ser ocupado por elementos tão heterogêneos do ponto de vista categorial?
- ii. O que podemos apreender a respeito do lugar de adjunto adverbial, considerando a alternância entre GNs e GPreps na ocupação desse lugar sintático e na ocupação do lugar de complemento circunstancial? Em que medida as alternativas GN e GPrep proporcionam uma percepção diferente do lugar sintático que elas ocupam?
- iii. Os GNs ou GPreps alternantes estariam efetivamente ocupando o mesmo lugar sintático?
- iv. Considerando a proposta da sintaxe de bases enunciativas de que os lugares sintáticos são determinados por condições atributivas e operativas, qual é a instância de projeção e quais são as condições de ocupação do lugar de adjunto adverbial?
- v. O que explica a alienação do adjunto adverbial ao preceito do silêncio sintático?
- vi. Como se efetiva, na configuração de uma sintaxe única, o fato de um lugar participar da composição sintática da sentença eximindo-se de deixar rastro significativo quando de sua não ocupação? O que sustentaria a estabilidade de existência do lugar de adjunto adverbial na constituição da sentença?

Esses questionamentos, especialmente o último, obrigam-nos a revisitar os moldes de análise desenvolvidos até então pela sintaxe de bases enunciativas para os lugares de sujeito e de objeto, explorando os limites de eficácia desses mesmos moldes para o entendimento do adjunto adverbial.

CAPÍTULO 2

POR UMA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS

Já anunciamos breve e espaçadamente a sintaxe de bases enunciativas ao apresentarmos nossas discussões preliminares sobre o adjunto adverbial. O presente capítulo será dedicado à explicitação mais detalhada de alguns pontos de ancoragem dessa perspectiva teórica cujos fundamentos, a um só tempo, dão suporte a nossa pesquisa e a motivam parcialmente.

Tomamos, como premissas da abordagem sintática de bases enunciativas, as seguintes formulações: a) o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”, sendo esse emprego – a enunciação – fenômeno tão necessário que parece se confundir com a própria língua (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 82); b) os fatos sintáticos se fundam na relação entre a materialidade articulada da língua e o acontecimento enunciativo (DIAS, 2009); c) o acontecimento enunciativo é o colocar a língua em funcionamento, que se configura pela relação da memória de dizeres com o presente da enunciação e as regularidades da língua (GUIMARÃES, 2002); d) as expressões linguísticas funcionam, “de uma lado, por uma relação do locutor com aquilo que ele fala; e, de outro, por uma relação entre os elementos linguísticos.” (GUIMARÃES, 2009, p. 50); e) os lugares sintáticos são lugares de constituição ou de configuração de referência; e, finalmente, e) a referência, ao estabelecer uma relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, configura-se por um efeito de sentidos atribuídos pela relação de um enunciado com outros enunciados. Neste capítulo, desenvolvemos algumas reflexões de modo a explicitar essas premissas.

2.1 A ENUNCIÇÃO ATRAVESSA A LÍNGUA

Dentre outros textos de base para os estudos que lidam de alguma forma com a enunciação, destacamos *O aparelho formal da enunciação* (2006 [1974], p. 81-90), de Émile Benveniste, por trazer contribuições primordiais às nossas reflexões sobre a enunciação na estrutura da língua. Diferenciando-se das descrições linguísticas mais recorrentes, que se dedicam ao “emprego das formas” e preocupam-se primeiramente em fixar as condições sintáticas, os

arranjos possíveis para as estruturas linguísticas, as reflexões apresentadas nesse texto tratam das “condições de emprego da língua”.

Lembramos, portanto, a primeira premissa que orienta a proposta da sintaxe de bases enunciativas: o emprego da língua é um fenômeno essencial, tão necessário e banal, que “afeta a língua inteira”. Tanto que, antes da enunciação, antes de ser efetuada em instância de discurso, “a língua é senão possibilidade de língua”. Esse emprego da língua teria lugar na enunciação (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 82).

Flores (2010) faz uma leitura dessa importância capital atribuída à enunciação em *O aparelho formal da enunciação* propondo a noção de “*transversalidade enunciativa*, a qual se caracteriza por permitir ver a língua como um todo atravessado pelas marcas de *enunciação*” (p. 396). A partir dessa noção, o autor defende que “a abordagem enunciativa de linha benvenistiana não se limita a um determinado nível da língua, mas atravessa todo o estudo da língua” (p. 398). Essa leitura é de suma importância metodológica para o presente trabalho e justifica amplamente a procura por marcas enunciativas no escopo da sintaxe da língua, uma vez que gera a percepção de que “a enunciação está presente em todos os níveis da análise linguística” (p. 398). Assim, aos julgamentos até então difundidos, que relacionam, privilegiada e burocraticamente, a enunciação aos estudos discursivos, é mister esclarecer que a perspectiva teórica adotada no desenvolvimento desta pesquisa adere ao seguinte princípio: “qualquer fenômeno linguístico de qualquer *nível* (sintático, morfológico, fonológico etc) pode ser abordado do ponto de vista da *enunciação*” (p. 400).

Benveniste define a enunciação como o “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 82), e, justamente em função da essencialidade que reportou a esse ato, ele propõe-se a investigá-lo “no quadro formal de sua realização”. Dentro desse quadro, o autor confere “centralidade a figura do locutor, que mobiliza a língua por sua conta” ao dizer *eu*. Os “caracteres formais da enunciação” estão, portanto, enraizados na “manifestação individual que ela atualiza”, pois é a “relação do locutor com a língua [que] determina os caracteres linguísticos da enunciação”.

Contamos, na estrutura formal, com os “índices de pessoa” e com os demais “indivíduos linguísticos” que emergem na e pela enunciação, designando cada vez algo novo. Ou seja, são “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada

a instância do termo” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 84-85). A enunciação promove, segundo o olhar de Benveniste (2006 [1974]), a existência de “nomes” metalinguísticos indicadores da própria instância enunciativa.

A centralidade do locutor se coloca mais uma vez quando Benveniste faz uma afirmação que parece crucial para o desenvolvimento de um olhar sobre a sintaxe que considere, como ponto de partida para qualquer discussão, a ordem enunciativa. Falamos da passagem em que o autor afirma ser a enunciação fornecedora das “condições necessárias às grandes funções sintáticas” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 86), pois essas funções estariam a serviço do locutor para o estabelecimento de um diálogo de interrogação, de intimação, ou de asserção com o seu alocutário, sendo esse diálogo condição *sine qua non* para a enunciação.

Diríamos, portanto, que essa condição disparadora da enunciação, i.e., essa conversão individual da língua em discurso, configurando um processo de apropriação, é a que rege, segundo a visão de Benveniste (2006 [1974]) sobre o fenômeno, todo o investimento da enunciação na estrutura da língua. Em outras palavras, na medida em que ele instaura “o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (p. 83), é pelo viés desse parâmetro que o autor apreende a dimensão enunciativa na dimensão estrutural da língua.

2.2 A ENUNCIÇÃO COMO ACONTECIMENTO

A percepção de como a enunciação se investe na materialidade da língua naturalmente decorre da construção de uma identidade para o fenômeno enunciativo, já que a enunciação, como os demais fatos linguísticos, ganha matizes diversos segundo a determinação dada a ela pelas diferentes perspectivas que a abordam. Do contrário, estaríamos sob o risco de reduzi-la ao ato psicofisiológico de dizer algo.

Se para Benveniste (2006 [1974]) é a relação do locutor com a língua que determina os caracteres da enunciação, para a semântica a qual nos filiamos – cujas bases estão explicitadas em Guimarães (2002) – é a configuração do acontecimento enunciativo que determina, em parte, a disposição da estrutura linguística. Lidamos com a concepção de que enunciação é o “acontecimento que produz enunciados” (GUIMARÃES, 1989, p. 78). Assim, antes de discorrermos, em linhas gerais, sobre a abordagem que norteia a nossa proposta de estudos, devemos ponderar acerca da noção de acontecimento, tal como ela é compreendida dentro da

semântica da enunciação com a qual dialogamos para construir as diretrizes da sintaxe de bases enunciativas.

A enunciação, segundo Guimarães (2002), é um acontecimento no qual se instala uma temporalidade própria. No presente da enunciação, convergem um passado e um futuro: uma memória histórico-social corroborada por enunciações anteriores releva-se na constituição dos sentidos configurados no presente do acontecimento, e essa configuração produz uma latência de futuro que constituirá, sob o signo da regularidade, o corpo memorável de outras enunciações.

Entendemos, pois, a enunciação como o “acontecimento sócio histórico da produção do enunciado” (GUIMARÃES, 1989, p. 78). Emerge nessa formulação, portanto, uma diversidade crucial entre a nossa concepção de histórico e um entendimento que poderíamos atribuir a uma vertente mais pragmática e, sem muitas reservas, ao senso-comum. Esses últimos costumam entender o histórico como uma pontualidade marcada no tempo cronológico e, por isso, o acontecimento ganharia o estatuto de evento irrepetível em sua singularidade. Para o senso comum, histórico é um evento datado e lembrado de tempos em tempos como marco. Nós, entretanto, compreendemos o histórico por uma perspectiva que o coloca na relação constitutiva entre memória e devir, relação essa vinculada ao social.

Nesse domínio, “o enunciado se caracteriza como um elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições [sociais] do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de conformações imaginárias” (GUIMARÃES, 1989, p. 73). Acreditamos que tal relação com um conjunto de conformações imaginárias – a memória – se dá de forma concreta pela relação do enunciado com outros enunciados, e essa relação entre enunciados, por sua vez, só é possível porque, segundo a proposta de Guimarães (1989), o enunciado constitui os signos linguísticos, os quais se definem de forma relacional. Nas palavras de Guimarães (1989, p.76),

esta constituição de signos é o modo de o enunciado se destacar de uma situação específica. É porque ele constitui signos que o enunciado não é o que emerge numa situação específica. Mas se define por sua historicidade (social). [...] Se os enunciados não constituíssem signos a relação linguística não teria se destacado da situação em que ela se deu.

O acontecimento, dessa forma, se destaca da pontualidade em que foi produzido, sendo espaço de retorno e prospecção, porque, ao mesmo tempo em que se vincula à regularidade histórica que o produz, é também possibilidade de reconfiguração sobre essa regularidade. Como afirma mais uma vez Guimarães (1989, p. 79), “no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo”. E isso, em nosso entendimento, dar-se-ia na materialidade da sentença.

Em certa medida, definições de acontecimento que o distanciem de uma pontualidade efêmera podem ser encontradas em outros trabalhos, os quais reforçam, naturalmente, os fundamentos da proposta apresentada aqui. Um desses trabalhos é o de Sousa Dias (1995), que trata a questão do acontecimento vislumbrando a relação entre o que chamou de virtual e atual. Vejamos como ele define esses termos:

Com efeito, o virtual representa a dimensão ideal da objectividade, o plano imanente de toda realidade objectiva, pressuposto por esta, ou sem o qual esta, ou toda a criatividade real, permaneceria ininteligível: a actualidade, ou realidade em acto, é apenas a face ontológica do real, quer dizer, a face efectuada, a face transcendente, o desdobramento energético. (SOUSA DIAS, 1995, p. 90)

O acontecimento seria a “virtualidade tornada consistente no plano de imanência”, seria o virtual feito real, mas distinguível de toda atualidade. Essa distinção se dá porque a relação do virtual com o atual não é a de uma possibilidade lógica, limitada por sua preexistência, antes, a relação entre as dimensões virtual e atual é de divergência e de criação, ou seja, “a actualidade é sempre assimétrica da ‘sua’ própria virtualidade” (SOUSA DIAS, 1995, p. 92). E é sobre essa relação discrepante que se constitui, no entendimento de Sousa Dias, o acontecimento, evenemencialidade que paira sobre as suas atualidades, conferindo-lhes inteligibilidade, contudo, sem jamais se reduzir a elas.

Vale lembrar ainda as perspectivas de Quéré (2005) e Milán-Ramos e Baldini (2000) sobre acontecimento, uma vez que também encontramos nelas afinidades com a nossa abordagem. Quéré (2005) lida com o acontecimento através de um olhar que parte das ciências sociais e confere a essa noção um poder hermenêutico. Como fenômeno de ordem hermenêutica, “por um lado, ele pede para ser compreendido [...] por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem um poder de revelação”, faz descobrir novas potencialidades. Segundo o autor em questão, “o acontecimento faz emergir uma descontinuidade, só perceptível num fundo de

continuidade”, porque tendo um caráter inaugural, se prolonga como um processo. Portanto, longe de ser colocado como uma pontualidade factual, para Quéré, o acontecimento é uma fonte de inteligibilidade que tem um passado e um futuro relativo ao seu presente evenemencial. A compreensão do acontecimento recai, desse modo, sobre a interpretação colocada por Mead (1932 apud QUÉRÉ, 2005), que diz ser o acontecimento aquilo que se torna, ou sobre a colocada por Arendt (1980 apud QUÉRÉ, 2005), que afirma ser o sentido do acontecimento algo que transcende sempre as causas que lhe podem ser associadas.

Finalmente, Milán-Ramos e Baldini (2000) tratam o acontecimento na relação entre estrutura e singularidade, o que significa que eles o tratam considerando a relação entre estabilidade e equívoco. Esses autores trabalham pelo esvaziamento da vontade de um “ritual sem falhas”, vontade essa que está em função de um “narcisismo da estrutura”, e, simultaneamente, pelo esvaziamento da ideia de singularidade independente de memória e de trajetos sociais. Em suas palavras, no “lugar do impossível ‘ritual sem falhas’ não há singularidade possível, desde o lugar puro do acontecimento se tem a impossível singularidade (abstrata?) fora da linguagem, fora da história, a pura irrupção de um evento no tempo” (MILÁN-RAMOS e BALDINI, 2000, p. 66). Entendendo discurso como acontecimento, esses autores argumentam no sentido de mostrar que “só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” (PÊCHEUX, 1983 apud MILÁN-RAMOS e BALDINI, 2000, p. 65)¹³.

2.3 DO INVESTIMENTO DA ENUNCIÇÃO NA SINTAXE

Trabalhamos com a ideia de que, na condição de frase na língua, a sentença é uma estrutura intrinsecamente passível de se tornar um enunciado, que é a frase considerada nas condições em que é dita (GUIMARÃES, 2006). Devido à sua natureza de enunciado em potencial, de estrutura enunciável, a sentença tem a sua construção sintática organizada em função dessa potencialidade enunciativa, que é afetada por uma memória de enunciações anteriores.

2.3.1 Da tensão entre as dimensões material e simbólica da língua

Pêcheux (1998, p. 25), ao afirmar que a língua comporta um “fato estrutural implicado pela ordem simbólica”, formula com muita pertinência o que, em parte, entendemos por

¹³ Cf. PÊCHEUX, M.(1983). *Discurso, estrutura e acontecimento*. 2 ed. Campinas: Pontes, 1997.

investimento da enunciação na sintaxe. O autor depreende que o simbólico é inerente à linguagem, ou seja, é constitutivo da natureza da língua (do “real da língua”). Nessa conjuntura, a construção sintática seria o lugar em que se manifesta uma tensão entre duas dimensões que só ganham visibilidade na relação de interface, ou de interdependência, que travam uma com a outra na constituição da língua, quais sejam, as dimensões orgânica e simbólica. Vejamos o exemplo (23), tomado de empréstimo em Dias (2009, p. 27), que nos serve para ilustrar essa tensão entre o orgânico e o simbólico no escopo da sintaxe.

(23) Pedro plantou sementes de milho. Adubou, semeou, irrigou, colheu e vendeu.

Na sequência em (23) temos dois períodos. O primeiro deles tem os seus lugares de sujeito gramatical e de objeto ocupados, respectivamente, pelos GNs “Pedro” e “sementes de milho”. Já o segundo período, que é uma continuidade textual do primeiro, não tem os seus lugares sintáticos correspondentes ocupados. Nesse caso, o lugar de sujeito gramatical de cada uma das formas verbais que compõem esse segundo período, ainda que vazios, constituem referência por elipse, ou seja, tem a sua referência constituída por uma ancoragem no período anterior. Diferentemente, os lugares de objeto projetados pelas formas verbais do segundo período em questão contam com um mecanismo mais complexo para elaborar a referência constituída pelo “silêncio” que configuram, mecanismo esse que parece estar além da retomada por elipse.

Podemos observar que a constituição elíptica da referência já sinaliza uma discrepância entre as dimensões material e simbólica da língua, visto que, se um lugar vazio precisa ancorar-se em uma expressão fora da sentença que o comporta para buscar referência, isso mostra que a relação do linguístico com o que está fora dele não ocorre de um para um. A elipse é um recurso que a língua portuguesa oferece para a construção de unidades textuais a título de regularidade, já que concorrem com esse recurso pelo menos outros dois, a repetição lexical e a substituição pronominal. Esse recurso parece-nos deveras muito rudimentar, essa percepção seria efeito da recorrência com que aparece em textos do português, e o fato de a língua estabelecer regularidades desse tipo, a partir da tensão entre o orgânico e o simbólico, é por si mesmo um forte indício de que essa tensão seja intrínseca à língua.

Não apenas a regularidade da elipse nos chama a atenção em (23), ainda merecem discussão algumas nuances na definitude referencial por ancoragem produzida naquela sequência

linguística. O GN-sujeito do primeiro período serve de base para a definição da referência no escopo dos lugares de sujeito de todas as formas verbais coordenadas no segundo período. Ou seja, “Pedro” é o sujeito gramatical de “adubou”, “semeou”, “irrigou”, “colheu” e “vendeu”. Contudo, os lugares de objeto dessas formas verbais não operam simplesmente com o GN-objeto “sementes de milho”. Não é possível construirmos uma paráfrase do segundo período como esta: “Pedro adubou sementes de milho, semeou sementes de milho, irrigou sementes de milho, colheu sementes de milho e vendeu sementes de milho”. Antes, a constituição da referência no escopo dos lugares de objeto em análise funciona de modo a construir uma progressão temática (DIAS, 2009) da sequência textual em (23), o que desenvolvemos em (24), mais uma vez tomando de empréstimo um exemplo encontrado em Dias (2009, p. 27).

- (24) Pedro plantou sementes de milho. Adubou o solo, semeou os grãos, irrigou a plantas, colheu os frutos e vendeu o produto.

A não ocupação dos lugares de objeto do segundo período da sequência (23) sustenta essa construção temática de maneira complexa, o que explicitamos no exercício de ocupação em (24). Diferentemente do que ocorre nos lugares de sujeito do segundo período, tal construção temática nos lugares de objeto escapa à simples retomada por elipse, potencializando a discrepância entre as dimensões material e simbólica da língua.

Outro exemplo de não ocupação do lugar de objeto que produz visibilidade a essa discrepância pode ser encontrado na propaganda que reproduzimos em (25), a qual compõe a publicidade de uma campanha promovida por um plano de saúde ¹⁴.

¹⁴ A propaganda, que aqui mostramos em uma versão adaptada, foi apresentada a título de exemplo, também para falar do lugar de objeto direto, por DALMASCHIO (2013).

(25)



Fonte: <http://goo.gl/m4zP7>. Acesso: 12/06/2012. Adaptado.

Focalizamos, na propaganda em (25), a sentença constituída somente pela forma verbal “alongue”. Temos uma sentença imperativa, cujo sujeito “[Você]” produz uma referência que classificaremos logo adiante como intermediária, estando entre a referência pontual e a genericidade proverbial. No lugar de objeto dessa mesma forma verbal, temos um silêncio sintático cujo escopo de referência é regulado pela unidade textual, formada pela relação entre a imagem e o texto da propaganda, em que a sentença está inserida. E essa unidade, por sua vez, é atravessada por suas condições enunciativas de produção – por exemplo, pelo fato de ter um locutor-agente de saúde – e, naturalmente, a sintaxe da sentença em análise também é perpassada por essas condições.

Assim, chegamos à percepção de que cabem como possibilidades de ocupação do lugar de objeto da forma verbal “alongue” apenas os GNs “o corpo” e “a vida”, sendo essas possibilidades determinadas pela materialidade linguística e visual da propaganda, materialidade essa na qual se inscrevem condições enunciativas. Novamente, não podemos dizer que seja um caso simples de ancoragem por elipse. Para a sentença destacada em (25), parece necessário que o lugar de objeto receba, a um só tempo, “o corpo” e “a vida”, ou seja, devido à relação de causa e consequência estabelecida entre as atividades referidas pela forma

verbal “alongue” – o alongamento do corpo leva ao alongamento da vida – a ocupação deve ser simultânea. Teríamos, no exercício de ocupação do lugar de objeto, “Alongue o corpo/a vida”, portanto. A não ocupação do lugar de objeto da sentença analisada gera um recurso que promove a constituição de duas referências, concomitantes e relacionadas em causa e consequência, e tal recurso também parece revelar, indiscutivelmente e de forma potencializada, a discrepância constitutiva da língua.

2.3.2 Sobre as noções de regra e de regularidade

Discutimos na seção anterior como a discrepância entre as dimensões orgânica e enunciativa da língua parecer ser esteio inclusive para a instituição de regularidades linguísticas. Mostramos então, por meio dos exemplos de (23) a (25), que os elementos linguísticos organizam-se de maneira complexa em função das condições enunciativas que determinam os recortes de significação constituídos pelas sentenças – isoladas ou na sua relação com outras sentenças para a formação de textos. Tal organização deve ser arregimentada pelas regras da língua e, associada às condições enunciativas do dizer, constrói regularidades.

Antes de falarmos das regularidades, devemos estabelecer um contraponto com a noção de regra. Essa noção, tal como é utilizada aqui, refere-se às diretrizes mais elementares que governam o português, aos princípios que conferem identidade ao português e fazem com que ele seja a modalidade da língua portuguesa falada no Brasil e não outra. No limite, as regras impedem que a língua se desprenda de sua identidade, pois impõem, por exemplo, que os neologismos se dobrem parcialmente, ganhando afixos que os caracterizem como pertinentes ao português. As regras fazem parte do arcabouço de características que os compêndios gramaticais e os dicionários de uma determinada língua tentam apreender e podem ser predicadas de acordo com o seu raio de atuação, apresentando-se como regras de acentuação gráfica, regras de pronúncia, regras de conjugação verbal etc. A regra, no sentido em que a tomamos aqui, é um instrumento descritivo da língua, é o que se fecha em processos da seguinte natureza: na língua portuguesa, o presente do indicativo do verbo ‘comer’, articulado ao pronome de primeira pessoa do singular, forma “eu como”; as mesmas especificações de tempo e modo verbais, no inglês, formam “I eat”, enquanto, no francês, formam “je mange”. Seguindo as mesmas regras de conjugação verbal de cada uma dessas três línguas, para o presente do indicativo do verbo ‘falar’, na primeira pessoa do singular, temos: “eu falo”, “I speak” e “je parle”. Para entendermos como se opera o presente do indicativo nos usos da

língua, como a enunciação perpassa as formas verbais da língua, precisamente nesse tempo e modo, seria preciso lançar o olhar sobre o que estamos chamando de regularidade.

Para esclarecer como nós entendemos a noção de regra, podemos relacioná-la aos meandros da contraposição entre “Linguística externa” e “Linguística interna” apresentada no *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2003 [1916]). Consideremos as seguintes passagens desse texto:

[...]

A Linguística externa pode acumular pormenor sobre pormenor sem se sentir apartada pelo torniquete dum sistema. [...] (p. 31)

No que concerne à Linguística interna, as coisas se passam de modo diferente: ela não admite uma disposição qualquer; a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Uma comparação com o jogo de xadrez fará compreendê-lo melhor. Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo quanto concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente ao sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo. Não é menos verdade que certa atenção se faz necessária para estabelecer distinções dessa espécie. [...] é interno tudo o quanto provoca mudança do sistema em qualquer grau. (p. 31-32)

[...] nos sistemas semiológicos, como a língua, [...] os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acordo com as regras determinadas [...] (p. 128)

Nas entrelinhas dessa citação, podemos encontrar o conceito de regra que explicitamos anteriormente. O sistema da língua, comparado a um jogo de xadrez, é governado por regras que o identificam como tal e são “internas” a ele. As regras estão arraigadas na constituição do sistema linguístico, como o estão na concepção do xadrez, resistem ao que lhe é “exterior” e tornam previsível a inventividade do falante ou do jogador. Por isso, muito adequadamente, podemos fazer uso da expressão ‘produtividade linguística’, no lugar do termo ‘inventividade’. Dentro deste trabalho, mais do que as regras do sistema linguístico, i.e., mais do que as regras do jogo, interessa o “jogo sobre as regras” (Pêcheux, 1998). Em outras palavras, interessa-nos compreender como os fatores enunciativos, atravessando as regras da língua, produzem regularidades.

Apesar de as sequências linguísticas que constituem nosso corpus apenas serem cotejadas quanto à sua proveniência como ocorrências de fala ou de escrita, vale lembrar que,

paralelamente às noções de regra e de regularidade, temos o conceito de norma, cujas injunções têm sido abordadas com criticidade, sobretudo pelos estudos sociolinguísticos. Vejamos a formulação a seguir sobre o conceito de norma.

Examinando as possibilidades estruturais de variação em toda língua e levando-se em conta as funções sociais da linguagem, pode-se conceber a norma linguística como o produto de uma hierarquização das múltiplas formas variantes possíveis segundo uma escala de valores que incide sobre a “conveniência” de uma forma linguística em relação às exigências da interação linguística.

[...] mesmo reconhecendo a existência de várias normas linguísticas, é forçoso constatar que, em seu uso habitual, este termo designa uma variedade de língua que, num dado momento, se impõe e é imposta por todo um aparelho prescritivo como a língua de referência pela qual deve medir todos os comportamentos. É a língua correta [...] que, por definição, classifica todas as outras formas possíveis no domínio dos erros e incorreções ou, para empregar um termo mais recente, do não padrão. (ALÉONG, 2001, p. 152-153)

Como podemos ver, a norma sustenta-se sob o signo da adequação à situação comunicativa. Trata-se da seleção de uma entre as diversas variantes da língua ou mesmo de um híbrido que se torna o padrão linguístico, mas não se faz idêntico a nenhuma dessas variantes. A norma linguística, sendo a variante de prestígio ou uma representação ideal da língua, de todo modo é um instrumento social, pois serve de parâmetro para os registros e avaliações oficiais, além de ter um enorme efeito coercitivo sobre os falantes nativos do português, já que supostamente arregimenta o “bom” português. A norma, portanto, longe de ser uma descrição da língua, guarda a pretensão de ser um modelo exemplar a ser aprendido pelos falantes que desejam ter êxito profissional e participar dos nichos privilegiados da sociedade.

Explicitadas as noções adjacentes de regra e de norma linguística, finalmente vamos tratar das especificidades da noção de regularidade, que consiste no foco de nossas especulações. Para alçarmos tal discussão, consideremos as sentenças em (26).

- (26) a- A verdade vence.
b- A barba não faz o filósofo.

As regras que caracterizam o sistema linguístico do português evidentemente se aplicam à construção das sentenças (26), afinal elas se valem de morfemas que constam da gramática do português, são constituídas por lexemas também constantes do dicionário e do uso dos

falantes do português, ordenados e articulados em esquemas também previstos pela sintaxe dessa língua. Não nos parece ocasião de avaliar essas sentenças no que diz respeito à norma linguística, já que as adotamos aqui fora de qualquer situação comunicativa.

As sentenças em (26) foram extraídas de uma lista de provérbios, o que faz delas exemplares da construção de um amplo escopo de referência, perfazendo o que chamamos de genericidade proverbial (LACERDA, 2009). A constituição da genericidade seria uma possibilidade da língua, que parece estar marcada na ocupação dos lugares sintáticos de sujeito e de objeto. Vejamos precisamente como se configura o lugar de sujeito na constituição desse amplo escopo de referência a partir dos exemplos em questão.

A genericidade proverbial caracteriza-se por formar referências, de modo geral, inespecíficas. O GN ocupante do lugar de sujeito da sentença em (26a), “A verdade”, encapsula um conceito ao qual estão associados valores sociais que historicamente o constituem. Esse GN, enquanto constituinte de uma sentença genérica, tem a propriedade de construir um índice de referência¹⁵, uma espécie de perfil sempre disponível ao enquadramento de referentes passíveis de serem condensados, em cada atualização enunciativa, pelo conceito de verdade. Mesmo o GN “A barba”, em (26b), produz um índice de referência, constrói um parâmetro que carrega consigo o conceito mais amplo de aparência. É importante notar que a constituição de um perfil ou de um parâmetro de referência faz parte da condição desses GNs enquanto elementos articulados no interior das sentenças que os abrigam. Ainda que se localize, no presente da enunciação, um referente específico que se identifique com a noção de verdade ou com o parâmetro condensado pelo GN “a barba”, tais GNs conservar-se-iam em aberto para abrigar outros referentes que se enquadrem no perfil ou no parâmetro construído por eles. É característica dos provérbios a manutenção dessa disponibilidade, sendo que o referente específico, ao se encaixar no perfil ou no parâmetro, não esgota o potencial de referência do GN imerso em uma sentença proverbial. A fim de dar nitidez a essa perspectiva, observemos a seguir o comportamento desses GNs ao serem inseridos no lugar de sujeito de outras sentenças.

- (27) a- A verdade é que eu não o considero honesto.
 b- A barba o deixa com aparência de mais velho, Pedro.

¹⁵ A indicialidade referencial foi reconhecida como um dos traços que definem a categoria das sentenças proverbiais em Lacerda (2009).

Diferentemente do que ocorre nas sentenças proverbiais, em (27) as sentenças produzem um recorte de referência localizado, particularizado no presente do acontecimento enunciativo. Assim, em (27a), “A verdade” é identificada a uma perspectiva particular assumida pelo locutor, traz consigo o valor histórico-social associado ao conceito amplo de verdade, mas faz referência ao fato específico de o locutor não considerar alguém honesto. Da mesma forma, o GN “A barba” em (27b) é identificado a um componente da feição de uma pessoa específica, não constitui um parâmetro de referência associado ao conceito de aparência. Além disso, o pronome pessoal em (27a) e o próprio vocativo, “Pedro”, marca linguística de interlocução que identifica a figura do alocutário participante da cena enunciativa que poderíamos vislumbrar para a sentença (27b), vinculam a referência produzida pelos GNs ocupantes do lugar de sujeito a um acontecimento enunciativo particularizado, a uma atualidade de enunciação específica.

Enquanto nas sentenças em (26) os GNs analisados constituem um índice de referência, cuja natureza, como dissemos, é a de estar permanentemente aberto ao enquadramento de potenciais referentes que se encaixem no perfil, nas sentenças em (27) os GNs ocupantes do lugar de sujeito perfazem uma referência mais restrita. Essa análise confirma a nossa hipótese de que o modo de enunciação da sentença i.e., o modo como se configura o escopo referencial da sentença, em termos de amplitude ou restrição, parece ser, ao menos parcialmente, determinante para a configuração da referência instalada no lugar de sujeito gramatical. E tal relação entre modo de enunciação e configuração do lugar de sujeito pode ser compreendida como uma regularidade da língua, a qual seria formulada da seguinte maneira: a constituição de um amplo domínio de referência no lugar de sujeito é resultado do fato de que a sentença como um todo também perfaz um amplo domínio de referência, bem como um escopo de referência restrito no lugar de sujeito seria a extensão dessa perspectiva para a sentença inteira, esclarecendo que denominamos ‘domínio de referência’ a circunscrição ou a delimitação dos referentes passíveis de serem contemplados pela sentença. Trazemos a seguir outro grupo de exemplos reunido para ainda tratarmos desse traço de regularidade. Além de observarmos o lugar de sujeito, consideramos, desta vez, também a configuração do lugar de adjunto adverbial, ocupado nas sentenças em (28) pelo GPrep “em toda parte”.

- (28) a- Anna fez amigos em toda parte.
 b- Trata os homens como irmãos e terá em toda parte irmãos.
 c- A boa palavra em toda parte cem soldos vale.

d - Quem tem arte vive em toda parte.

O que observamos a respeito do lugar de sujeito nas sentenças em (28) confirma a análise que temos feito nesta seção. Em (28a), o GN “Anna”, ocupante do lugar de sujeito, constitui uma referência específica, i.e., vinculada a uma espécie de atualidade enunciativa particularizada. As demais sentenças do grupo, (28b) a (28d), como as sentenças em (26), também foram extraídas de uma lista de provérbios e, segundo a regularidade apontada anteriormente, o elemento ocupante do lugar de sujeito em cada uma delas seria corresponsável pela constituição de uma referência genérica. Muito embora as três sentenças constituam um amplo escopo de referência, dentro da zona de amplitude, podemos escalonar os elementos ocupantes do lugar de sujeito segundo o modo como produzem a referência genérica. Se em (28b) temos a projeção de um “[Tu]” como sujeito da forma verbal imperativa, em (28c) o GN “A boa palavra” constitui um parâmetro de referência associado ao conceito genérico de bom aconselhamento, realizando um mecanismo semelhante ao que antes observamos no GN “A barba”, em (26b) que aponta para o conceito de aparência. Já em (28d) temos um sujeito oracional, “Quem tem arte”, cuja articulação interna encabeçada pelo pronome relativo “Quem” produz um perfil de referência.

Chamamos a atenção, portanto, para três modos distintos de configuração da referência no escopo do lugar de sujeito que respaldam a genericidade proverbial: a projeção de um interlocutor, a constituição de um parâmetro e a constituição de um perfil. Na medida em que esses modos de configuração da referência genérica no domínio do lugar de sujeito produzem efeitos diferentes – decerto sutilmente diferentes – na composição da genericidade, acreditamos que as sentenças que os abrigam podem ser distribuídas dentro de uma escala, não saindo, contudo, da faixa de indicialidade referencial própria das sentenças proverbiais. Mantém-se, assim, a regularidade que associa a configuração do lugar de sujeito ao modo de enunciação da sentença. De um lado, teríamos a sentença (28b), que constrói um efeito de interlocução devido à forma verbal imperativa, no centro, alocações a (28c), em que se vê construído um parâmetro, e, finalmente, em outro extremo, colocamos (28d), pois o perfil de referência construído a partir do pronome indefinido “Quem” produz, nessa sentença, um efeito de que exista um domínio ainda mais amplo de referência.

É importante relacionar a posição das sentenças (28b) e (28d), alocadas dentro da zona de genericidade em extremos de maior e menor amplificação referencial, à pertinência categorial

das unidades linguísticas ocupantes do lugar de sujeito. Ainda que o pronome ‘tu’ possa indicar referência genérica, construindo uma considerável indeterminação ao se referir a “uma pessoa, seja qual for”, esse pronome pessoal não se desprende por completo da identidade linguística que o constitui como “forma de pessoa envolvida no discurso (segunda pessoa)”¹⁶. Por outro lado, o pronome ‘quem’ indefinido, que compreendemos como sinônimo da expressão pronominal indefinida ‘aquele que’, é delimitado pela peculiaridade de tão somente poder preencher o lugar de sujeito. É vetada pelas regras da língua a sua colocação no lugar de objeto, ou mesmo no lugar de adjunto adverbial, como integrante de uma sequência encabeçada por preposição, o que faz dele um recurso linguístico exclusivo para a constituição do perfil de referência, da genericidade própria das sentenças proverbiais.¹⁷ A distribuição das sentenças na escala registra esses traços de referência que derivam da pertinência categorial das unidades linguísticas que estão no domínio do lugar de sujeito. Ao associarmos a composição da referência genérica à constituição do lugar de sujeito, estamos observando as coordenadas enunciativas de construção da genericidade na configuração desse lugar sintático, ou seja, estamos observando traços de regularidade. E, na medida em que o pronome indefinido, sobre cuja materialidade inscrevem-se as coordenadas enunciativas de indicialidade referencial, restringe-se ao lugar de sujeito da sentença, podemos afirmar que lidamos com uma regularidade que toca as regras da língua.

As incursões feitas até então sobre a regularidade associada ao lugar de sujeito¹⁸ levam-nos a retornar ao foco do presente trabalho com o seguinte questionamento: há regularidade que associa o lugar de adjunto adverbial ao modo de enunciação da sentença? Para respondermos a essa pergunta, devemos desmembrá-la em sua complexidade, contemplando minimamente dois pontos em nossa investigação. Primeiramente, a resposta deve explicitar se um mesmo grupo morfossintático, ocupante do lugar de adjunto adverbial em sentenças configuradas em modos de enunciação distintos, torna-se vulnerável, em outras palavras, deve explicitar se a

¹⁶ Estamos fazendo a transposição de uma leitura, que julgamos pertinente para o pronome ‘tu’, apresentada por Neves (2011, p. 463) para o pronome pessoal ‘você’.

¹⁷ Ao ocupar o lugar de objeto, (??) “A verdade faz quem/aquele que”, ou o lugar de adjunto (??) “Ele faz uma disciplina com quem/aquele que”, o pronome indefinido ‘quem/aquele que’ gera sentenças alheias às regras do português. Contudo, a restrição não se aplica ao pronome ‘quem’ interrogativo, nem às expressões pronominais relativas ‘quem’ e ‘aquele que’, que podem ser substituídas por ‘o qual’ (LACERDA, 2009).

¹⁸ Um estudo sobre as regularidades associadas ao lugar de objeto foi apresentado na dissertação de Dalmaschio, defendida em 2008. Atualmente, uma continuidade desse estudo está sendo desenvolvida pela própria autora em sua tese.

configuração do modo de enunciação interfere na configuração da referência constituída no escopo do lugar de adjunto.

Os grupos morfossintáticos parecem ter uma maleabilidade, uma capacidade adaptativa que os torna passíveis de compor sentenças configuradas em diferentes modos de enunciação. Primeiramente, chegamos a essa asserção verificando os GNs que se repetem na ocupação dos lugares de sujeito em (26) e (27). E verificamos que, evidentemente, o GPrep ocupante do lugar de adjunto também possui tal maleabilidade, já que a expressão “em toda parte” está presente tanto na sentença (28a) quanto nas demais sentenças do grupo (28).

No caso dos GNs ocupantes do lugar de sujeito, entretanto, observamos que se trata de uma maleabilidade relativa, ou seja, a permuta entre os modos de enunciação gera repercussões para a configuração da referência no escopo do lugar sintático. Assim, se os GNs constituem um perfil ou um parâmetro de referência nas sentenças em (26), não conservam por completo essa configuração ao migrarem para outro modo de enunciação nas sentenças em (27). Nessas últimas, eles produzem uma referência específica devido aos indicativos que direcionam as sentenças para uma atualidade enunciativa particularizada.

A partir dos exemplos posteriores, em (28), observamos que o GPrep ocupante do lugar de adjunto não parece se submeter a determinações do modo de enunciação da sentença, o que nos indica que esse grupo morfossintático teria maleabilidade absoluta. O GPrep “em toda parte” constitui uma referência locativa que pode ser parafraseada pelas expressões “em quaisquer lugares” ou “em todos os lugares” e, em cada um dos exemplos em (28), essa referência parece guardar a mesma perspectiva. Vejamos as paráfrases do GPrep “em toda parte”, destacadas em (28’).

- (28’) a- Anna fez amigos **em todos os lugares/em quaisquer lugares**.¹⁹
 b- Trata os homens como irmãos e terá **em todos os lugares/em quaisquer lugares** irmãos.
 c- A boa palavra **em todos os lugares/em quaisquer lugares** cem soldos vale.
 d - Quem tem arte vive **em todos os lugares/em quaisquer lugares**.

¹⁹ Devemos considerar a expressão “quaisquer lugares” como sinônima de “mais de um lugar (sem escolher)”, deixando de lado o sentido de “lugares pouco valorosos”, o qual tem sido associado a essa expressão pelo uso da língua.

Essa permuta que fizemos com cada uma dos exemplos (28) em (28') mostra que de fato a constituição da referência no escopo do lugar de adjunto conserva a mesma perspectiva em todas as sentenças do conjunto, sendo independentemente do modo de enunciação, especificador ou genérico, da sentença.

Façamos ainda um novo teste, apresentado em (29), colocando no lugar de adjunto adverbial outro GPrep também encabeçado pela preposição 'em'. Desta vez, porém, articulamos a essa preposição o GN 'minha casa', admitindo que dessa forma o preenchimento do lugar de adjunto adverbial se faz por um elemento cujo escopo de referência seja mais especificador. Se o GPrep, na ocupação do lugar de adjunto adverbial, se submetesse ao exercício da maleabilidade relativa, certamente essa permuta geraria um confronto de perspectiva entre as sentenças (b), (c) e (d) dos grupos (28) e (29).

- (29) a- Anna fez amigos **em minha casa**.
 b- Trata os homens como irmãos e terá **em minha casa** irmãos.
 c- A boa palavra **em minha casa** cem soldos vale.
 d - Quem tem arte vive **em minha casa**.

O GPrep destacado nas sentenças do conjunto (29) constitui uma referência vinculada à primeira pessoa do discurso pelo pronome possessivo "minha", no escopo do lugar de adjunto adverbial. E, segundo a nossa percepção, o domínio de referência desse lugar sintático conserva-se especificador, inclusive nas sentenças (29b), (29c) e (29d), uma vez que se produz uma referência ancorada na figura do locutor participante da cena enunciativa. Se o sujeito "[Você]", da forma verbal imperativa em (28b), (28'b) e (29b), conserva o duplo potencial de fazer referência ao alocutário propriamente dito e o de fazer a projeção de um perfil, constituindo uma referência genérica, a expressão locativa "em minha casa", ocupando o lugar de adjunto adverbial, parece ter o seu potencial de referência restrito ao locutor propriamente dito. Tal entendimento se confirma em Neves (2011, p. 486): "uma forma possessiva de determinada pessoa só pode simplesmente indicar o envolvimento dessa pessoa no que se expressa".

Nesta seção, trouxemos à tona a questão da regularidade linguística, observando como ela se aplica a certos fatos da sintaxe da língua. Enquadramos as sentenças em análise por meio da perspectiva dos modos de enunciação, a fim de verificar como as conjunturas enunciativas se

propagam para a constituição da referência na sentença e se investem no escopo dos lugares sintáticos de sujeito e de adjunto adverbial. A noção de regra – e, mais timidamente, a noção de norma linguística – foi abordada aqui de modo a delimitar, por contraste, o interesse explicativo que atribuímos a cada uma dessas noções. Fazemos uma derradeira reflexão retomando essa divisão de interesses entre regras e regularidades da língua a partir do exemplo (30).

(30) Americano simplesmente não toma café em casa.²⁰

A sentença em (30) gera, de acordo com as regras do português, ao menos cinco possibilidades de leitura para o escopo da negação, sendo uma sentença ambígua, portanto. Na primeira delas, a negação incide apenas sobre a forma verbal ‘toma’, núcleo do predicado. Representando o alcance da negação por meio dos colchetes, teríamos: *Americano simplesmente [não toma] café em casa*. Para direcionar a essa interpretação, uma possível extensão da sentença em (30) seria: “Americano simplesmente não toma café em casa, ele apenas prepara o café em casa”. Outra possibilidade é a negação incidir sobre o elemento ocupante do lugar de objeto. Nesse caso, a delimitação de colchetes que representa o escopo da negação seria a seguinte: *Americano simplesmente toma [não café] em casa*; ao passo que uma possibilidade de extensão que levaria à interpretação adequada seria esta: “Americano não toma café em casa, ele toma leite em casa”. A terceira possibilidade de interpretação é a negação incidir sobre o predicado, retirando-se apenas o adjunto adverbial de lugar, escopo que pode ser representado desta forma: *Americano simplesmente [não toma café] em casa*. Para essa interpretação, uma possível extensão desambiguadora seria: “Americano simplesmente não toma café em casa, ele toma leite, chá ou suco em casa”. Por sua vez, a quarta possibilidade de interpretação contempla justamente o escopo da negação apenas sobre o adjunto adverbial de lugar, para o qual temos a seguinte representação por colchetes: *Americano simplesmente toma café [não em casa]*. Uma expansão adequada para desfazer essa ambiguidade poderia ser deste tipo: “Americano não toma café em casa, ele toma café na confeitaria”. Finalmente, na última possibilidade de interpretação que ora conseguimos vislumbrar, o escopo da negação é mais extenso, alcançando o predicado inteiro, como mostra a delimitação por colchetes representada a seguir: *Americano simplesmente [não toma café em casa]*; e uma possível extensão para direcionar a essa interpretação seria: “Americano

²⁰ <http://goo.gl/tbixb>. Acesso: 31/07/2012.

simplesmente não toma café em casa, come ovos com bacon na lanchonete mais próxima do trabalho”.

Essas cinco interpretações são lançadas porque há distintas possibilidades de alcance para a negação presentes na sentença em (30). Chierchia (2008, p. 210-211) entende que as distintas possibilidades de escopo da negação refletem determinações das regras semânticas sobre a estrutura sintática da língua. Nas palavras do autor:

Dado que as regras semânticas operam sobre estruturas sintáticas, começando de baixo e subindo [na representação da estrutura arbórea] aos poucos até chegar à interpretação da sentença inteira, a noção de escopo terá reflexos semânticos. Ela indicará a ordem na qual as regras semânticas devem ser aplicadas.

[...] Acabamos de dizer que um constituinte tem escopo sobre um outro constituinte se estiver mais alto na árvore. Essa noção de “estar mais alto na árvore” pode tornar-se mais exata de for definida mediante uma noção particular de comando, que é o **c-comando** (onde o *c* está para “constituente”). Dizemos que um constituinte A *c*-comanda um constituinte B se o primeiro nó ramificante que domina A também domina B.

Assim, dentro da interface entre sintaxe e semântica apresentada pela perspectiva formalista de Chierchia (2008), a incidência da negação é definida por uma regra de *c*-comando. O escopo da negação depende da relação de domínio exercida pelo nó da negação dentro da estrutura arbórea, a qual representa as relações hierárquicas dos constituintes da sentença.

Diferentemente da proposta que acabamos de expor, cujas explicações centram-se na determinação de regras, a perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas concentra-se sobre as regularidades, ou seja, sobre as injunções enunciativas que constituem a sintaxe e se revelam em seus entremeios. Para essa perspectiva, o potencial de incidências da negação em (30), por exemplo, pode revelar uma relação de proximidade entre os lugares sintáticos de objeto e de adjunto adverbial e um distanciamento de ambos em relação ao lugar de sujeito. Essa percepção resulta do fato de esses últimos lugares sintáticos estarem potencialmente submetidos ao escopo da negação, enquanto o lugar de sujeito conserva-se afastado desse potencial.

Há dois motivos que, em princípio, poderiam explicar essa imunidade do elemento ocupante do lugar de sujeito ao alcance da negação. O primeiro motivo alinha-se às contribuições do estudo das regras fundamentadas nas relações de *c*-comando, já que diz respeito à ordenação

dos elementos na sentença. Parece pouco provável que a negação incida sobre algum elemento que anteceda, na ordem da sentença, o elemento que opera essa negação, salvo ocorrências em que o posicionamento do locutor incide sobre a construção da sentença. Conforme Neves (2011, p. 286):

O operador de negação *NÃO* é, via de regra, anteposto à parte do enunciado sobre o qual incide, mas, em enunciados mais marcados e para efeitos comunicativos, especialmente num registro mais coloquial ou popular, esse elemento pode vir no final do enunciado [...] nesse caso ele é oposto de *sim*.

[...] *Sei de nada, NÃO.* (BA) [...] *Liga NÃO!* (AS)

Sendo assim, se o advérbio de negação é colocado no meio do predicado, naturalmente os elementos do seu escopo estão em posição posterior.

O segundo motivo envia-nos à reflexão que fizemos no capítulo anterior para indicar que o lugar de sujeito é responsável pela instalação da sentença, pois ele confere ao verbo os traços de personalidade e número, retirando-o do estado infinitivo. Desse modo, a negação não poderia ter escopo sobre o lugar de sujeito, pois é necessário que exista uma base de referência nesse lugar sintático para que a sentença se estabeleça. Vejamos:

(31) (??) Não americano simplesmente toma café em casa.

Trazendo uma referência negativa no escopo do lugar do sujeito, a sentença (31) parece pouco aceitável às regras do português. A incidência da negação sobre o elemento ocupante do lugar de sujeito produz um efeito de insaturação na sentença, pois deixa de existir a base de referência responsável pelo acionamento do verbo. Para que se produza uma sentença saturada, i.e., para que se produza um efeito de completude, é preciso articular à sequência em (31) outra sentença que seja capaz de restituir ao lugar de sujeito uma unidade de referência. Tal como fizemos no exemplo (16), “(??) Não Maria ama Pedro”, tratado no Capítulo 1, devemos aplicar à sentença uma leitura exclusiva do operador negativo. Assim, no caso da sequência (16), produzimos uma extensão da sentença para dar visibilidade à leitura exclusiva, formando “Não Maria ama Pedro, mas Rosa [ama Pedro]”, ou melhor, “Não Maria, mas Rosa ama Pedro”. Analogamente, no caso de (31), podemos restaurar a unidade de referência do lugar de sujeito formando uma extensão como “Não americano, mas brasileiro simplesmente toma café em casa”.

Os lugares de objeto e de adjunto adverbial, em contrapartida, são de fato suscetíveis à negação propriamente dita, muito embora tenhamos exercitado a constituição de leituras exclusivas, como estratégia de desambiguação, no momento em que discutimos as possíveis interpretações da negação de acordo com as regras semânticas da língua. É perfeitamente cabível que o operador de negação tenha escopo sobre todo o predicado posterior a ele na ordenação da sentença, sem que, para isso, se tenha de restituir o centro de referência aos lugares de objeto e de adjunto adverbial, i.e., sem que seja necessário dar visibilidade a uma leitura exclusiva.

O fato de a negação propriamente dita ser incompatível com o lugar de sujeito é um fenômeno linguístico que parece estar radicado nas regras da língua, uma vez que coloca em xeque a aceitabilidade da sentença. Fica estabelecido, a partir desse veto do lugar de sujeito à incidência da negação propriamente dita, um contraste que assenta o lugar de sujeito, de um lado, e os lugares de objeto e adjunto adverbial, de outro. Entretanto, esse contraste tende a ser reconfigurado quando o foco passa à incidência da negação exclusiva, uma vez que esta parece ter, como alvo preferencial, o elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial. E, desta vez, põe-se em relevo a questão da regularidade associada aos lugares sintáticos.

Retomando a sentença em (30), “Americano simplesmente não toma café em casa”, podemos notar que, apesar da ambiguidade que confere mais de uma possibilidade de interpretação a essa sentença, uma leitura despreziosa e desvinculada dos direcionamentos que seriam produzidos pela articulação da sentença, dentro de uma unidade textual, parece optar pela negação exclusiva, fazendo-a incidir primeiramente sobre o GPrep ‘em casa’. Essa preferência pela leitura exclusiva, com o escopo do operador de negação sobre o GPrep ocupante do lugar de adjunto adverbial, é um efeito que fica ainda mais evidente ao fazermos um paralelo entre a sentença (30) e uma variação dela, (30’), em que excluimos a ocupação do lugar de adjunto adverbial.

(30’) Americano simplesmente não toma café.

Tanto em (30) quanto em (30’), temos a informação de que *pessoas naturais, habitantes ou cidadãos da América não tomam bebida preparada com a semente do cafezeiro, depois de torrada e moída*. Considerando a hipótese de primazia da leitura exclusiva incidente sobre o GPrep adjunto adverbial, a diferença entre as sentenças reside no fato de que, em (30), tal

informação tem caráter relativo, sendo calibrada pela circunstância de lugar *em casa*, ao passo que, em (30'), a informação possui caráter absoluto.

O efeito de que o escopo da negação exclusiva tem preferência pelo lugar de adjunto – uma espécie de efeito de desprendimento preferencial desse lugar sintático em relação ao lugar de objeto, que compartilha com ele uma posição posterior ao operador de negação na ordenação da sentença, e, principalmente, em relação ao lugar de sujeito – resulta de um jogo sobre as regras da língua, pois entra no rol de regularidades que poderiam ser associadas ao lugar de adjunto adverbial. E tal efeito remete-nos a um importante questionamento que fizemos no capítulo anterior a respeito da instância de projeção do lugar de adjunto adverbial, ou seja, sobre qual eixo de sustentação estaria esse lugar sintático na sentença – considerando que o sujeito é projetado pela na própria instância enunciativa e o objeto ancora-se no verbo. Devemos admitir, além disso, que esse efeito de desprendimento preferencial opera sobre a relação entre a referência constituída no escopo do lugar de adjunto adverbial e a referência produzida pela articulação que constrói a sentença como um todo. Assim, para arrematar esta seção, questionamos: qual seria o fundamento da referência constituída na esfera do lugar de adjunto adverbial?

2.4 SOBRE A NOÇÃO DE REFERÊNCIA

2.4.1 A constituição da referência no acontecimento enunciativo

Afirmamos, no capítulo inicial, que os lugares sintáticos são compreendidos como lugares de constituição de referência e finalizamos a seção anterior com uma indagação a respeito do fundamento da referência constituída no lugar de adjunto adverbial. Portanto, subjacente à compreensão que temos a respeito da configuração dos lugares sintáticos “está a reflexão sobre a relação da linguagem com o que está fora dela, mas sem o que ela não significa” (GUIMARÃES, 2009, p. 49). E, ao propormos uma investigação centrada no lugar de adjunto adverbial, não perdemos de vista essa reflexão básica que nos lança para o domínio da referência.

Em linhas gerais, referência “é uma relação que se dá entre expressões [linguísticas] e objetos extralinguísticos” (CANÇADO, 2005, p. 24). Tratada por diversos autores filiados a distintas posições teóricas, essa noção fundamenta-se em uma relação entre o linguístico e algo que lhe

é exterior, i.e., algo que não coincide com ele, mas que lhe serve de contraparte. Definir a natureza dessa contraparte, qual seria a sua constituição, ou melhor, definir como o elemento linguístico configuraria o seu objeto referente, ou mesmo o constituiria, é adotar uma posição teórica que parte de uma concepção de como a língua está para o mundo e vice-versa.

A perspectiva adotada por nós encontra interseções em outras abordagens da referência. Ducrot (1984), que concebe a referência como elemento da ordem da discursividade, e Mondada e Dubois (2003), para quem a referência passa por uma categorização linguística com pouca estabilidade semântica que vai ganhando contornos nos usos da linguagem, são alguns autores que compartilham conosco a ideia de que a constituição da referência não é algo da relação direta entre a linguagem e o real. Contrariamente pensava o lógico Frege (1978 [1892]), ao focalizar o debate sobre a referência no modo de localizar e distinguir um objeto referido no mundo.

Para uma semântica da enunciação – que está na retaguarda da sintaxe de bases enunciativas – a referência se constitui no acontecimento enunciativo, em que se estabelece uma relação entre o enunciado atual com enunciados anteriores, uma relação entre atualidade e memória, portanto. A referência, ao se configurar como relação entre a linguagem e uma entidade do mundo, o faz, então, sendo mediada por um efeito de sentidos atribuídos por essa relação entre enunciados. Observemos o período a seguir, que é título de uma notícia colocada em destaque por uma revista publicada na rede.

(32) Professores analisam proposta do governo, mas sindicato avalia que greve deve continuar.²¹

Os GNs “professores”, “proposta do governo”, “sindicato” e “greve” produzem referência tendo em vista uma memória de sentidos constituída pelas enunciações políticas, sociológicas e jurídicas que instituem a categoria dos *professores* e do *sindicato*, de um lado, do *governo*, de outro, e da *greve* como um artifício legítimo²² de reivindicação utilizado por diversas categorias de trabalhadores. E essa memória de sentidos intervém na atualidade da enunciação de (32). A articulação desses GNs no período faz sentido e, dessa forma, eles referem-se a grupos de profissionais, a instituições ou a instrumentos de ação dentro da sociedade,

²¹ <http://goo.gl/bDMeI>. Acesso: 16/07/2012.

²² Evidentemente, não discutiremos aqui as críticas ou a legitimidade real dos movimentos de greve.

justamente porque já se constituiu um conjunto de enunciados que deram sentido e pertinência a esses grupos de profissionais, instituições e instrumentos de ação social, que passaram a ser designados por ‘professores’, ‘proposta do governo’, ‘sindicato’ e ‘greve’. Em suma, a referência desses GNs constitui-se pelas relações de sentido com outras enunciações, relações essas que produzem, como efeito, a pertinência e o reconhecimento das entidades referidas. Assim, podemos dizer que as entidades referidas são na verdade entidades históricas. O modo de existência das entidades designadas por ‘professores’, ‘proposta do governo’, ‘sindicato’ e ‘greve’ depende da constituição histórica dessas categorias.

As expressões referenciais se articulam no arranjo sintático das sentenças em que se inscrevem. A referência, dessa forma, se constitui na interface entre o recorte de significação delimitado pelas expressões linguísticas e a atualidade do dizer, no qual as sentenças se fazem enunciados. Em (32), a “proposta do governo” se configura, no presente do acontecimento enunciativo, como algo de interesse para a categoria dos “professores” e para os seus representantes, o “sindicato”, na medida em que há uma articulação com o recorte de significação inscrito em “professores” e “sindicato”, que guarda uma memória de dizeres que identifica essas entidades como legitimadas a fazer “greve”, a fim de obter melhorias por meio de “propostas do governo”.

Os elementos que produzem referência, ao se articularem no interior de sentenças, ao serem mobilizados em um presente do acontecimento enunciativo, configuram mutuamente a referência que produzem. Consideremos o período a seguir.

- (33) O propósito é criar ‘uma grande mostra premiativa’ que dê destaque e projeção aos estudantes e professores.²³

Se na sentença em (32) a classe dos *professores* pode ser identificada como *grevista*, no período em (33), o GN “professores” está coordenado ao GN “estudantes”, e não há nada que os categorize como grevistas, antes, naturalmente, releva-se a associação da referida classe ao grupo social designado por ‘estudantes’. A referência, nesse caso, é constituída por tal associação, tendo em vista o reconhecimento dos professores como público alvo ou como destinatários, juntamente com os estudantes, de um projeto, de uma “mostra premiativa”.

²³ <http://goo.gl/YbJDn>. Acesso: 16/07/2012.

Para discutirmos ainda esse aspecto da constituição da referência, que concerne à articulação dos elementos dentro da sentença, observemos mais um exemplo.

(34) O Brasil tem uma distribuição da renda desigual.²⁴

Os GNs que constituem referência na sentença (34), “Brasil” e “uma distribuição da renda desigual”, se articulam na composição da sentença e, ao fazê-lo, produzem as condições para se estabelecer um enfoque na memória de sentidos que perpassa a materialidade linguística desses GNs. ‘Brasil’, por exemplo, é perpassado por uma memória de sentidos que se entrecruzam, produzindo a sua referência. A articulação da sentença em (34) focaliza os aspectos social e econômico que perpassam a referência produzida pelo GN ‘Brasil’, foco esse que configura a referência constituída pela expressão linguística “O Brasil”, dentro da sentença em análise, apontando-o como o país da desigualdade e talvez da injustiça. Como os sentidos que perpassam a materialidade linguística de ‘Brasil’ se apresentam entrecruzados, outros sentidos inscritos nesse elemento linguístico também se instalam na constituição da sentença em (34). Destaca-se o sentido da desigualdade e da injustiça pela configuração de sua referência nessa sentença, enquanto outros sentidos, que se agregam na constituição referencial de ‘Brasil’, permanecem em estado latente. A configuração da referência, que se dá a partir da articulação dos elementos na sentença, constituirá, por sua vez, o que Guimarães (2002) chamou de latência de futuro. Os sentidos mudam, e a referência muda, justamente porque a atualidade do acontecimento enunciativo é capaz de agregar novas perspectivas aos recortes de memória, projetando diferenças para os acontecimentos futuros.

A referência constituída no âmbito da sentença, sendo esta entendida como a contraparte material do enunciado, é perpassada pelo agenciamento enunciativo, ou agenciamento político da enunciação, que concerne à relação “do Locutor com aquilo que ele fala” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). Os recortes de constituição de referência são realizados pela interferência mútua dos elementos linguísticos articulados, como dissemos anteriormente, e são também perpassados por esse agenciamento, que faz o Locutor dizer a partir de um lugar social. No caso do título de notícia em (32), por exemplo, temos o locutor-jornalista que parece não se desfazer do seu lugar social de cidadão, ao passo que em (34) temos o locutor-cidadão ou o locutor-analista do desenvolvimento humano mundial, talvez. Esse locutor que fala a partir de um lugar social é afetado por esquecimentos que o fazem acreditar que o seu dizer reflete “a

²⁴ <http://goo.gl/bzRSF>. Acesso: 16/08/2012.

realidade ou um sistema de evidências ‘em si’” (CARDOSO, 2003, p.136). Ele, então, assume o lugar de dizer enquanto enunciador, eximindo-se do lugar social a que pertence. Portanto, os dizeres são produzidos em uma cena enunciativa, que coloca em jogo o Locutor (L), “figura que se representa como responsável pelo dizer”, o locutor-x, “lugar social de dizer”, e o enunciador, que representa “o lugar de dizer, o lugar de onde se diz” (GUIMARÃES, 2009, p. 50). A disposição da cena enunciativa seria determinante para a configuração da referência.

Guimarães (2009) apresenta dois procedimentos linguísticos que sustentam o agenciamento enunciativo e se configuram como mecanismos de inscrição do posicionamento do Locutor na constituição da referência. Esses procedimentos são a articulação, sobre a qual nos deteremos na seção seguinte, e a reescrituração. Vejamos, em (35), os trechos de uma matéria sobre a participação da seleção de vôlei feminino nos jogos Olímpicos de Londres, em 2012, para que possamos entender como se dá o procedimento da reescrituração.

(35) *Ouro do vôlei tem história hollywoodiana, superação e coro no final*²⁵

Brasil, quase parou na primeira fase e fez jogo contra a Rússia para chegar às finais

[...]

O começo do vôlei feminino nos jogos Olímpicos foi complicado. O time; embarcou para Londres com o peso do corte da levantadora Fabíola, eleita a melhor jogadora da Superliga Feminina de Vôlei, decisão que gerou desconfiança para o técnico José Roberto Guimarães. Para seu lugar, Zé Roberto; chamou a até então desconhecida Fernandinha, que se superou em Londres e conquistou a posição com sobra.

[...]

Assim como nos filmes, o técnico; ”fechou” com seu elenco;, que andava bastante desacreditado, apesar do título em Pequim 2008. Esta descrença se explica pelo fraco ciclo Olímpico.

[...]

A vitória contra a Rússia foi daquelas de arrepiar o telespectador nos cinemas. Lembrando da semifinal olímpica em 2004, quando o Brasil tinha 24 a 19 para fechar o jogo diante daquelas mesmas russas, perdeu e ganhou o “amarelão”, as meninas; tiraram seis match points em um jogo eletrizante que revelou uma Sheilla decisiva como nunca.

A reescrituração “se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração)” (GUIMARÃES, 2009, p. 53). No fragmento de texto em (35), destacamos duas sequências em relação de reescrituração. A primeira, indexada

²⁵ <http://goo.gl/n3fxE>. Acesso: 16/08/2012.

por *i*, tem início com o GN “Brasil”, no subtítulo da matéria, e prossegue com os GNs “O time”, “seu elenco” e “as meninas”. Já a segunda é indexada por *j* e inicia-se com o GN “o técnico José Roberto Guimarães”, seguido pelos GNs “Zé Roberto” e “o técnico”. Esses elementos em sequência, ainda segundo a perspectiva de Guimarães (2009), estabelecem entre si uma relação simétrica, transitiva e não reflexiva.

A reescrituração é simétrica porque, na unidade textual, os GNs indicados por *i* se reescrevem mutuamente. Da mesma forma, os GNs indicados por *j* estabelecem essa relação, constituída em uma espécie de via de mão dupla. Assim, “Brasil” é reescriturado por “time”, “elenco” e “meninas”, assim como “meninas” também é reescriturado pelos GNs que fazem parte da sequência *i*. Para “o técnico José Roberto Guimarães”, temos duas reescrituras que se constituem por um desmembramento do primeiro GN: “Zé Roberto” e “o técnico”. Sendo a recíproca reescrituração válida para qualquer um desses GNs, o procedimento também se faz como uma relação transitiva. O quarto elemento na sequência *i*, no caso, “as meninas”, reescreve o terceiro elemento, “seu elenco”, o qual reescreve o segundo elemento, “O time”, que, por sua vez, reescreve “Brasil”. Isso significa que o quarto elemento, além de reescrever o terceiro, também reescreve o primeiro e o segundo elementos. A mesma conexão é estabelecida pelas relações da sequência *j*. Por fim, a reescrituração é não reflexiva na medida em que não se trata simplesmente de sinonímia, antes, há uma confluência dos GNs que resulta na constituição conjunta da referência designada pelas sequências de reescrituração dentro da unidade textual em análise. Assim, diríamos que a reescrituração é uma espécie de articulação à distância, que funciona para além dos limites da sentença, comprometendo-se com a formação de unidades textuais, diferentemente da articulação propriamente dita – a ser discutida na seção a seguir –, que trava compromisso com a constituição de sentenças ou grupos morfossintáticos.

A reescrituração é um procedimento que atua na constituição da referência pela agregação dos elementos reescriturados, como vimos nas sequências *i* e *j*. Estabelece-se, no presente do acontecimento enunciativo, um recorte na memória de sentidos dos GNs em questão pela relação associativa desses elementos. Em (35) nos deparamos, mais uma vez, com o GN ‘Brasil’. Entretanto, o recorte feito pela agregação desse GN com os outros GNs da sequência *i* faz com que prevaleça na constituição da referência do GN em questão não mais o sentido que aponta para o país da desigualdade e da injustiça, como se fez em (34), mas o sentido cujo direcionamento é para o país com representação nos jogos Olímpicos.

2.4.2 A articulação como mecanismo de constituição de referência

Parece-nos basilar a compreensão de que a articulação, sobre a qual tanto falamos até aqui, seja uma instância reguladora da construção sintática da sentença. Considerando a formação dos grupos morfossintáticos, podemos observar, naturalmente, que os elementos linguísticos têm a sua versatilidade no “arranjo sintático” regulada por sua identidade como unidade linguística. Por exemplo, a palavra ‘*mesa*’ pode compor um GN que ocupe os lugares de sujeito gramatical e de objeto, ou ser parte da composição de um GPrep ocupante do lugar de adjunto adverbial, mas não constitui uma forma verbal em função de sua natureza categorial de substantivo, a menos que se dobre às regras de derivação sufixal do português e recrie-se como verbo – ‘*mesar*’. Dentro da sintaxe, esse nível de articulação, que poderíamos chamar de micro estrutural, interessa-nos mais como produto do que como processo. Em outras palavras, as relações internas que culminam na formação das unidades GN e GPrep, por exemplo, são relevantes para as nossas análises somente na medida em que elas repercutem na articulação entre os grupos morfossintáticos²⁶, i.e., na articulação sintática propriamente dita. Podemos ilustrar essa questão pensando na constituição da forma verbal no futuro do presente do indicativo. Não interessa à sintaxe a inserção da desinência, se estamos mobilizando um verbo da primeira, da segunda ou da terceira conjugação, ou se se trata de um verbo defectivo. Entretanto, é de suma importância explicar o fato de que essa forma verbal pode ser núcleo do predicado de uma oração independente, como “Eu *comprarei* um apartamento, depois da Copa de 2014”, mas não se presta a núcleo do predicado de uma oração dependente, como “(??) Se o Brasil *ganhará* a Copa de 2014, eu *comprarei* um apartamento”.

A notória função reguladora da articulação dá subsídios à consolidação de pontos de contato entre as dimensões orgânica e enunciativa. A consolidação desses pontos de contato constitui as regularidades linguísticas, as quais vislumbramos pelo viés da configuração da referência na sentença. Como mostramos em Lacerda (2009), foi observada a atuação das expressões pronominais indefinidas²⁷ ‘*Quem*’ ou ‘*Aquele que*’, sedimentadas exclusivamente como ocupantes do lugar de sujeito em sentenças proverbiais. Verificamos que essas expressões têm a configuração da sua referência modulada pelo tempo das formas verbais com as quais se

²⁶ Adiante, introduziremos a noção de formação morfossintática, um desdobramento do conceito de formação nominal (DIAS, 2012), que capta com mais propriedade a passagem das categorias morfológicas a categorias morfossintáticas e sua constituição na interface entre as dimensões orgânica e enunciativa da língua.

²⁷ Terminologia apresentada em Lacerda (2009).

articulam. Vejamos o contraste entre os exemplos em (36), cuja análise foi retomada por Dias (2009, p. 24).

- (36) a. Quem ri por último ri melhor.
 b. Quem rir por último rirá melhor.
 c. Quem plantou colheu.

Coloquemos o foco sobre a articulação interna que compõe as orações que preenchem o lugar de sujeito dos períodos²⁸ em (36). No período (36a), constrói-se um perfil de referência no escopo do lugar de sujeito, o que promove o período inteiro ao estatuto de sentença proverbial. Nesse caso, o pronome “Quem”, que encabeça a ocupação do lugar de sujeito, constitui uma prospecção de referência. Diferentemente, nos demais períodos do grupo (36), projeta-se uma identidade de referência no âmbito do lugar de sujeito, i.e., o pronome “Quem” constitui uma projeção de referência, o que distancia os períodos (b) e (c) do estatuto proverbial verificado em (a).

Vale destacar que o contraste entre prospecção e projeção reside no fato de a primeira contrair traços definidores de uma referência proverbial – indicialidade, onitemporalidade e genericidade (LACERDA, 2009) –, enquanto a projeção equivale a uma referência indeterminada. E devemos destacar ainda que os períodos analisados possuem uma estrutura semelhante – *Quem x y* –, que articula uma condição (*Quem x*) seguida por sua consequência necessária (*y*), o que chamamos de estrutura implicativa (KLEIBER, 2009). Portanto, parece comprovar-se que a articulação com a forma verbal no presente do indicativo em (36a), contrapondo-se à articulação com as formas verbais no futuro do subjuntivo, no futuro do presente do indicativo e no pretérito perfeito do indicativo em (36b) e (36c), seja o fator determinante para a configuração da referência tanto do pronome indeterminado *Quem* como da sentença inteira.

Nas palavras de Guimarães (2009, p. 51), a articulação “é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade”. Esse procedimento “pode se dar de três modos diferentes: por dependência, por coordenação e por incidência” (Idem).

²⁸ Utilizamos aqui a terminologia ‘período’ e ‘oração’ no lugar da habitual ‘sentença’ apenas para ressaltar a contraposição entre a formação do elemento ocupante do lugar de sujeito e as sentenças completas nos exemplos em (36).

Na constituição do GN ‘proposta do governo’, ocupante do lugar de objeto do verbo ‘analisar’ em (32) “Professores analisam proposta do governo, mas sindicato avalia que greve deve continuar”, observamos uma articulação por dependência. Podemos identificar uma operação de caracterização, realizada pelo agenciamento enunciativo, em que o GN ‘proposta’ é afetado pelo GPrep ‘do governo’ na constituição da referência. O mesmo processo ocorre na formação do GN ‘uma distribuição da renda’, na sentença (34), “O Brasil tem uma distribuição da renda desigual”. Já a articulação por coordenação constitui-se a partir de um paralelismo, uma associação não hierárquica entre as expressões. No período em (33), “O propósito é criar ‘uma grande mostra premiativa’ que dê destaque e projeção aos estudantes e professores”, temos duas amostras de paralelismo, uma entre os GNs ‘destaque’ e ‘projeção’ e outra entre ‘estudantes’ e ‘professores’. Essas associações também contam com o agenciamento enunciativo para se efetivar, uma vez que a articulação entre ‘estudantes’ e ‘professores’, ou entre ‘destaque’ e ‘projeção’, considera o modo como as formas linguísticas estão constituídas sócio historicamente e perfaz um recorte na memória de sentidos vinculada ao percurso de enunciações de cada um desses termos. Da mesma maneira, a articulação que coloca ‘do governo’ como atributo de ‘proposta’ também é perpassada pela constituição histórica dessas formas linguísticas. Outro exemplo de articulação pode ser observado na sentença apresentada primeiramente em (6), que retomamos logo a seguir, em (37).

(37) De fato, estava aberto a um pedido de desculpas faz tempo.

A associação entre o sujeito gramatical *eu* ou *ele* e o elemento chamado pela tradição gramatical de predicativo, ‘aberto’, também configura uma relação por dependência. Contudo, diferentemente do que vimos no exemplo anterior, há nesse caso uma operação de predicação.

Até então verificamos os dois primeiros modos de articulação, em que o Locutor relaciona os elementos dentro da sentença ou do período. A articulação por incidência, diferentemente, constrói uma operação pela qual o Locutor relaciona sua enunciação com a sentença (GUIMARÃES, 2009)²⁹. Podemos observar esse terceiro modo de articulação mais uma vez na sentença em (37). Trata-se da articulação do marcador discursivo, ‘de fato’ com a sentença, ‘estava aberto a um pedido de desculpas faz tempo’. Essa articulação não estabelece uma

²⁹ Guimarães (2009) insere as suas reflexões no campo da semântica e, como “a unidade de análise para a semântica é o enunciado” (p. 50), esse autor fala em “elementos do enunciado”, em relacionar “enunciação com o enunciado”. Nós, que trabalhamos com sintaxe de bases enunciativas, cuja unidade de análise é a sentença, entendida como enunciado em potencial, somos levados a produzir um deslocamento na perspectiva de Guimarães. Assim, onde se lê “sentença”, ler-se-ia “enunciado” no texto do autor.

dependência entre elementos associados, antes, marca a entrada da perspectiva do Locutor naquilo que ele diz.

Considerando essas reflexões sobre a constituição da referência feitas a partir dos tipos de articulação apreendidos por Guimarães (2009), nos deparamos com um questionamento: como se estabelece a articulação entre cada um dos lugares sintáticos e o restante da sentença que os abriga? Essa articulação dar-se-ia de modo distinto das operações que se configuram por coordenação, dependência ou incidência? Uma vez que postulamos ser o lugar de objeto projetado pelo verbo, podemos admitir que a articulação entre esse lugar sintático e a forma verbal se dá por dependência. Ademais, a constituição do predicado encaixa-se perfeitamente na descrição feita por Guimarães (2009, p. 51) da articulação por dependência, que “se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento”. Diferentemente da coordenação, que “se apresenta por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade” (Idem). Resta-nos ainda o questionamento a respeito do lugar de sujeito e, sobretudo, a respeito do lugar de adjunto adverbial.

Perini (2010, p. 58-59), em uma perspectiva que lida com a estrutura de constituintes da oração, considera que os adjuntos seriam os “constituintes de uma oração que têm papel temático inerente”, ou seja, os adjuntos, diferentemente dos complementos, seriam “por assim dizer autônomos” dentro da sentença. Vejamos o exemplo em (38).

(38) José foi para o Rio de Janeiro **em 1967**.

Na leitura de Perini (2010), enquanto os demais constituintes, ‘José’ e ‘para o Rio de Janeiro’, contraem, respectivamente, papel temático de *tema* ou *agente* e de *meta* somente a partir das relações que estabelecem dentro da sentença (38), o GPrep “em 1967” já carrega, isolado da sentença, a expressão de tempo e, por isso, independe da articulação em (38) para receber papel temático. A descrição feita pelo autor parece indicar que os adjuntos adverbiais não poderiam estabelecer uma articulação por dependência dentro da sentença. Além de esclarecer o tipo de articulação estabelecida pelos adjuntos adverbiais, falta-nos também compreender qual é o tipo de operação semântica – tão distinta da predicação quanto da caracterização – que perfaz a referência constituída pela articulação dos adjuntos adverbiais no interior da sentença. Enfim, ao procurarmos entender como os elementos que preenchem o lugar de adjunto adverbial se investem na configuração da referência da sentença, retornamos à

indagação sobre o fundamento da referência constituída no lugar de adjunto adverbial, com o qual finalizamos a seção anterior.

2.5 A NOÇÃO DE LUGAR SINTÁTICO: FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES

A todo tempo, lidamos com a noção de lugar sintático, muito embora ainda não tenhamos explicitado aqui as raízes desse posicionamento teórico-metodológico, que guarda estreitas relações com a teoria das posições de Milner (1989). Em nosso capítulo inicial, lançamos breve e, de certo modo, superficialmente, duas distinções apontadas por esse autor. Além da distinção entre *sites* – que são propriamente os lugares sintáticos – e *places* – que são as posições na ordenação das sentenças, mencionamos a distinção entre pertinência categorial dos termos de uma língua e etiquetagem dos lugares na sintaxe. Novamente vamos falar dessa última distinção, em parte para explicá-la de forma mais detalhada, e principalmente para esclarecer, a partir dela, o fundamento da noção de lugar sintático.

2.5.1 Do estatuto dos componentes da relação sintática: entre termos e lugares

De imediato diríamos que os lugares sintáticos são os elementos que se articulam na sintaxe, mas essa articulação só ganha visibilidade por meio das unidades linguísticas que se tornam submetidas à sintaxe ao efetuarem a ocupação desses lugares, se não por meio do silêncio significativo que sobleva no escopo desses lugares. De acordo com essa aceção dos fatos sintáticos, que assumimos ao nos engajarmos parcialmente na proposta da sintaxe posicional de Milner (1989), as unidades linguísticas estariam articuladas na condição de unidades governadas pelos lugares que ocupam na constituição da sentença.

Antes de nos determos na explicitação dos pontos de apoio que encontramos da sintaxe posicional, julgamos que seja uma estratégia eficaz, justamente para elucidar as concepções dessa abordagem, estabelecer uma contraposição com outra perspectiva, mais próxima da tradição gramatical que, não raramente, conceitua uma função gramatical como termo, palavra ou expressão que designa algo, algum participante ativo ou passivo da ação verbal ou alguma circunstância da ação verbal. Existe, portanto, um contraste entre o nosso ponto de vista e aquele que parte da suposição de que o papel da teoria sintática seja reconhecer a identidade dos termos da língua e descrever as suas eventuais e previsíveis relações. Perini (2010), por exemplo, parece alinhar-se a esta última perspectiva, pois determina o tipo de

estrutura de uma oração a partir do conceito de construção, sendo que “uma construção [...] se define como um verbo acompanhado de certo número de sintagmas” (PERINI, 2010, p. 57). O autor, colocando as relações previstas pela valência verbal como eixo central de suas reflexões, considera que cada verbo “escolhe”, de certo modo, uma maneira própria de exprimir a relação agente-ação-paciente. As funções sintáticas se instalam, portanto, tendo por base a estrutura argumental do verbo, e, nessa linha de pensamento, o sujeito gramatical é identificado como “um SN³⁰ cuja pessoa e número sejam compatíveis com [...] sufixo de pessoa-número do verbo” (PERINI, 2010, p. 69). Outro requisito que integra as regras de identificação do sujeito gramatical nessa proposta é a localização dele na ordenação dos elementos dentro do período simples. Nas palavras do autor (2010, p. 69): “Se houver mais de um SN [na oração], então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo”.

Ratificamos de forma decisiva a contraposição entre a hipótese posicional apresentada por Milner (1989) e a abordagem proposta por Perini (2010) ao reportarmos à definição deste último autor para a oração sem sujeito. Vejamos a explicação de Perini (2010, p. 77, grifo nosso):

Como acabamos de ver, o sujeito é um sintagma nominal que tem uma relação especial com o sufixo de pessoa-número do verbo, e que ocorre em determinadas posições da oração. Vimos também que o sujeito tem um papel temático, ou seja, tem uma relação semântica com o verbo. No entanto, é preciso esclarecer que o sufixo de pessoa-número não é o sujeito; e o papel temático expresso pelo sujeito também não é o sujeito; **o sujeito é um SN presente na oração.** [...] Isso significa que a frase ‘[1] Rasguei o cheque’ não tem sujeito.

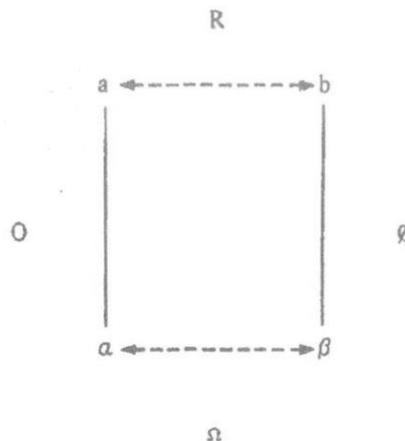
Enfim, podemos verificar que Perini (2010) identifica a função sintática sujeito gramatical com o termo que a exerce, i.e., ele iguala estritamente, aos olhos da sintaxe, termo à função, de modo que a função deixa de existir em determinada sentença se não há uma unidade linguística que a incorpore.

Para o desenvolvimento da perspectiva apresentada por Milner (1989), em contrapartida, antes de a teoria sintática reconhecer os termos e suas eventuais e previsíveis relações, parece ser fundamental que ela identifique o lugar sintático de cada termo. De acordo com o autor (1989, p. 291, tradução nossa):

³⁰ Sintagma nominal. As noções de sintagma nominal (SN), utilizada por Perini (2010), e de grupo nominal (GN), utilizada no presente trabalho, se equivalem.

São os lugares sintáticos (sites), então, que constituem o objeto de estudos da sintaxe: dizer que duas sentenças têm a mesma sintaxe será dizer que se pode reconhecer em cada uma delas os mesmos lugares sintáticos (sites); dizer que duas sentenças têm sintaxes diferentes será dizer que se pode reconhecer em cada uma delas lugares sintáticos (sites) diferentes.³¹

A hipótese dos lugares sintáticos desdobrar-se-ia em duas premissas. A primeira delas concentra-se nas relações que estariam no esteio da articulação sintática da sentença, enquanto a segunda premissa aplica-se ao entendimento das propriedades que definem os lugares sintáticos em si mesmos. Segundo Milner (1989, p. 291, tradução nossa), a primeira premissa da hipótese pode ser formulada da seguinte maneira: “salvo exceção, um determinado termo ocupa um lugar sintático (*site*) e um determinado lugar sintático (*site*) deve ser ocupado por um termo”.³² A sintaxe conta com a visibilidade dada pelo preenchimento realizado por termos lexicais³³ para tratar dos lugares sintáticos, e subjaz a essa visível relação entre termos – relação R – um complexo de relações, cuja representação nós temos a seguir.



Fonte: MILNER, 1989, p. 291.

Agregadas à relação R, observamos a relação de ocupação O entre o termo lexical *a* e o lugar sintático α , a relação Ω entre os lugares sintáticos α e β , além da relação de ocupação \emptyset entre

³¹ No original: *Ce sont alors les sites qui constituent l'objet de la syntaxe: dire que deux phrases ont la même syntaxe, ce sera dire qu'on peut y reconnaître les mêmes sites; dire qu'elles ont une syntaxe différente, ce sera dire qu'on y reconnaît des sites différents.*

³² No original: *sauf exception, un terme donné occupe un site et un site donné doit être occupé par un terme..*

³³ Os *termos lexicais* não constituem apenas os componentes já existentes no “inventário total de palavras disponíveis aos falantes” da língua, mas também comportam as palavras que potencialmente se construiriam a partir do “conjunto de recursos lexicais, que incluem os morfemas da língua e mais os processos disponíveis na língua para construir palavras com esses recursos” (TRASK, 2006 [2004], p. 155).

o termo lexical b e o lugar sintático β . Dentro desse quadro, somente os lugares α e β e as relações Ω seriam considerados fatos sintáticos, sendo a sintaxe limitada a esses objetos de estudos. Já as relações de ocupação, O e \emptyset , seriam apenas uma consequência primitiva da teoria, simplesmente colocada pela própria hipótese dos lugares sintáticos (MILNER, 1989).

É relevante esclarecer, portanto, que os termos lexicais não constituem foco de atenção, por si mesmos, no âmbito dos estudos sintáticos, eles interessam somente na medida em que, como dissemos, imprimem visibilidade aos lugares que ocupam. Essa questão justifica o ponto de vista metodológico do presente trabalho, pois, em princípio, a proposta de investigar os GPreps encabeçados pela preposição ‘em’ nada tem a ver, na verdade, com a articulação interna que constitui esses GPreps, tampouco está relacionada às especificidades que diferenciariam esses GPreps de outros, nem mesmo àquelas que os diferenciariam de quaisquer grupos morfossintáticos passíveis de ocupar o lugar sintático em foco. Portanto, diríamos que os GPreps encabeçados pela preposição ‘em’ que configuram o nosso recorte inicial, pretensamente, representam amplamente os elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial.

Conforme já explicitamos, o objetivo deste trabalho consiste em compreender o que o preenchimento do lugar denominado adjunto adverbial revela da interface entre sintaxe e enunciação no escopo do próprio lugar sintático. Essa orientação metodológica nos direciona para a segunda premissa, subdividida em duas partes, que norteia a hipótese dos lugares sintáticos, qual seja: “(I) Os lugares sintáticos têm, por si mesmos, propriedades que o nome do lugar resume. (II) Esse nome é um nome categorial”.³⁴ (MILNER, 1989, p. 293, tradução nossa). Os lugares sintáticos teriam propriedades intrínsecas ou absolutas, que independem dos termos que os ocupam eventualmente, e justamente por isso a sintaxe seria, em certa medida, indiferente a esses termos lexicais. Tais propriedades, desejavelmente apreendidas pelo nome do lugar, seriam responsáveis por determinar a etiqueta categorial do lugar sintático em questão.

A distinção entre pertinência categorial dos termos que preenchem os lugares sintáticos e etiqueta categorial dos lugares sintáticos propriamente ditos, proposta que explicitamos rapidamente em uma discussão apresentada no Capítulo 1, se impõe quando separamos as

³⁴ No original: (I) *Les sites ont par eux mêmes des propriétés, que résume le nom du site.* (II) *Ce nom est un nom catégoriel.*

relações entre termos lexicais – relações R – das relações entre lugares sintáticos – relações Ω . E, dentro dessa mesma proposta, a sintaxe sustentaria as relações de ocupação O e \emptyset nos seguintes moldes: “não é porque ‘o silêncio eterno’ é por si mesmo um grupo nominal que tal expressão ocupa o lugar sintático α , é porque o lugar sintático α tem tais e tais propriedades P que o grupo nominal ‘o silêncio eterno’ pode lhe aparecer”. (MILNER, 1989, p. 294, tradução nossa).³⁵ A noção de GN também deve ser empregada, portanto, para apreendermos as propriedades que definem os lugares sintáticos de sujeito gramatical e de objeto, por exemplo. E é a tendência ao acolhimento de elementos pertinentes à categoria GN que os coloca nessa condição de lugares etiquetados com a categoria GN.

Milner (1989) aponta-nos a conveniência dessa homonímia para a designação da pertinência categorial dos termos e da etiqueta categorial dos lugares sintáticos que abrigam preferencialmente tais termos, a despeito da distinção teórica atribuída a essas duas concepções. Nas palavras do autor (Idem, p. 369-370, tradução nossa):

Uma posição que receba a etiqueta X está predisposta a acolher termos pertinentes a tal categoria mais do que a outras.

Um meio simples, o mais simples, talvez, de marcar essa predisposição, é utilizarmos a mesma categoria para nos referirmos à etiqueta do lugar sintático e à pertinência categorial do termo.³⁶

Nós, em contrapartida, acreditamos que a homonímia seja problemática em certos aspectos, sobretudo nos que atingem a análise da ocupação dos lugares sintáticos. Basicamente, ela gera uma aparente coincidência entre dois fatos linguísticos que a própria teoria postula como distintos. Isso compromete a eficácia explicativa da nomenclatura *GN* e das outras que designam grupos morfossintáticos associados a propriedades de lugar sintático, pois tais nomenclaturas acabam operando na teoria como denominações ambivalentes, ora servindo como categorias morfológicas, ora como etiquetas categoriais. Além disso, essa ambivalência implica outro desajuste, que estaria relacionado às ocorrências em que os lugares sintáticos etiquetados com uma determinada categoria são preenchidos por unidades linguísticas

³⁵No original: *ce n'est pas parce que le silence éternel est en lui-même un Groupe nominal qu'il occupe le site syntaxique α , c'est parce que le site syntaxique α a telles et telles propriétés P que le Groupe nominal le silence éternel peut il apparaître.*

³⁶No original: *Une position étiquetée X est prédisposée à accueillir des termes appartenant à telle catégorie plutôt qu'à telle autre.*

Un moyen simple, le plus simple peut-être, de noter cette prédisposition, c'est d'utiliser la même catégorie pour noter l'étiquette du site et l'appartenance du terme.

nucleadas por elementos pertinentes a categoria morfológica diferente daquela indicada pela denominação da etiqueta fixada ao lugar em questão. Os lugares de sujeito e de objeto, por exemplo, etiquetados com a categoria GN, podem ser ocupados por grupos oracionais ou mesmo apresentar em seu escopo um silêncio sintático. Esse potencial deslize categorial no preenchimento dos lugares sintáticos é apreendido pelo conceito de distorção. Milner (1989, p. 368, tradução nossa) descreve o fenômeno da distorção da seguinte forma: “em uma posição em que são encontrados, ordinariamente, termos pertinentes a certa categoria X, encontramos um termo pertinente a outra categoria Y”³⁷. O autor acrescenta, entretanto, que o conceito de distorção não se resume à simples constatação de que um lugar sintático pode ser ocupado por um elemento pertinente a uma categoria que difere da etiqueta categorial desse mesmo lugar. Antes, afirma Milner (1989, p. 369, tradução nossa), a noção de distorção “requer uma espécie de escalonamento das distorções permitidas e um verdadeiro cálculo. E um cálculo como esse só é possível justamente se nós pudemos definir casos de distorção nula”.³⁸

A ideia de escalonamento abre espaço para nos questionarmos qual é a medida da distorção como fato sintático. Dizer que certos grupos morfossintáticos são destoantes e, ao mesmo tempo, inseri-los em uma margem de aceitabilidade nos leva a entender que a distorção é um fenômeno interpretado a partir da investigação sobre a correspondência entre etiqueta categorial do lugar e grupo morfossintático dos elementos ocupantes. Entretanto, o fato de não haver correspondência parece reverberar, quando muito, apenas de forma sub-reptícia na sintaxe da língua. Explicitando melhor, a proposta de uma escala deixa-nos entrever uma margem em que se inserem os grupos morfossintáticos passíveis de ocupar um determinado lugar sintático. E tais grupos, na medida em que estão inseridos nessa margem de aceitabilidade, certamente não atuam na sintaxe destoando do que está proposto na etiquetagem categorial do lugar sintático. Dentro desse contexto, torna-se clara a distinção entre categoria morfossintática e etiquetagem categorial, e justifica-se de modo mais evidente o uso de uma nomenclatura que expresse tal distinção. Vejamos a sentença a seguir, a partir da qual damos continuidade à discussão.

³⁷No original: *dans une position où l'on trouve d'ordinaire des termes appartenant à une certaine catégorie X, on trouve un terme appartenant à une autre catégorie Y.*

³⁸No original: *requiert une sorte d'échelle graduée des distorsions permises et un véritable calcul. Un tel calcul n'est possible que si justement l'on peut définir des cas de distorsion nulle.*

(39) a- Agora, **o brasileiro beber e dirigir** é crime.

A sequência “o brasileiro beber e dirigir”, em (39), enquadra-se na categoria dos grupos oracionais. Podemos facilmente comprovar essa classificação transpondo a referida sequência para o plural, já que a flexão de número, nesse caso, daria visibilidade ao acionamento dos verbos ‘beber’ e ‘dirigir’. Teríamos, assim, “os brasileiros beberem e dirigirem”. Apesar de sua pertinência categorial, podemos observar que a sequência em questão funciona perfeitamente no preenchimento do lugar de sujeito, mostrando que o grupo oracional, dentro da sentença, contrai as propriedades definidoras da etiqueta categorial do lugar de sujeito e ganha matizes de GN. Isso nos mostra que, se a ocupação do lugar de sujeito em (39) representa uma distorção, não podemos notar consequência desse fenômeno no nível da constituição sintática da sentença.

Se lugares sintáticos como o de sujeito e o de objeto, que apresentam uma associação categorial bem delimitada, mostram-se pouco suscetíveis a serem afetados pelo fenômeno da distorção, ainda mais livres devem ser lugares sintáticos como o de adjunto adverbial, que são intrinsecamente policategoriais (MILNER, 1989), pois acolhem sistematicamente unidades linguísticas de pertinência categorial diversa.

2.5.2 As formações morfossintáticas

A fim de dar visibilidade terminológica à discrepância existente entre pertinência categorial dos termos e etiqueta categorial dos lugares sintáticos, investimos em uma classificação que traduziria um parâmetro de ocupação dos lugares, partindo do conceito de formação nominal proposto por Dias (2010). O autor apresenta-nos a formação nominal (doravante, FN) como uma das unidades básicas da sintaxe, unidade essa que, adaptando-se às articulações estabelecidas por ela na construção da sentença, “adquire compromissos diferentes na sentença tendo em vista a função sintática” (DIAS, 2010, p. 41). A FN define-se como uma noção comprometida com essa relação das categorias morfossintáticas na condição de unidades linguísticas apreendidas pela sintaxe. Devido a essa condição, podemos afirmar que uma FN “é um centro de constituição de referência semântica e gramatical”, entretanto, essa FN nem sempre adquire a materialidade de um GN. Os elementos que estariam autorizados pela escala de distorção da etiqueta GN, sobre a qual fizemos uma discussão baseada em

Milner (1989), naturalmente constituem FN, inclusive certos vazios significativos que se apresentam como silêncio sintático.

Ao constituir o sujeito da sentença, a FN carrega consigo “referências gramaticais importantes, como a personalidade, o número”, que estão “na origem da passagem do verbo em estado de infinitivo para o estado finito (conjugado)” (DIAS, 2010, 37- 38). A FN sujeito produz uma difusão para além dos seus domínios e serve de disparador para a formação verbal (doravante FV). Ao constituir objeto, diferentemente, a FN atua como constituinte dessa outra formação, a FV, que a abarca. O autor, falando ainda da constituição do objeto, e mais precisamente dos tradicionais objetos indiretos, acrescenta que a FN correspondente a este lugar sintático “não produz difusão para além dos seus domínios e pode receber a determinação de uma preposição” (DIAS, 2010, p. 41).

Questionamo-nos, a partir dessa proposta de Dias (2010), se os elementos que constituem o nosso foco de análise – especialmente os GPreps encabeçados pela preposição ‘em’ – não teriam a mesma composição dos tradicionais objetos indiretos, i.e., se eles também não seriam uma FN determinada por preposição. Entendemos que uma FN determinada por preposição apresenta-se como um elemento cujos traços de FN solitária, sem determinação, são submetidos a uma reconfiguração desencadeada pela articulação com uma preposição. Isso quer dizer que, ao final desse processo de formação, teríamos algo discrepante de uma FN solitária.

Antes de avaliarmos como se daria essa discrepância, devemos compreender como Dias (2013, no prelo) define a constituição de uma FN. Inicialmente, o autor faz um contraponto com a perspectiva de Chierchia (2003), o qual compreende que “substantivos e adjetivos proporcionam meios para referir-nos a classes de objetos”, assim “a palavra *cachorro* nos permite falar de uma certa classe de mamíferos domésticos, a palavra *vermelho* nos permite falar das coisas que refletem a luz de uma certa maneira” (CHIERCHIA, 2003, p. 325-326). Tendo em vista essa estratificação de classes de objetos no mundo, construir um grupo nominal como *cachorro vermelho*, por exemplo, seria marcar uma interseção entre a classe dos cachorros e a classe das coisas vermelhas. Ou seja, um grupo nominal, segundo a abordagem de Chierchia (2003) se constituiria por um mecanismo de composicionalidade e “as determinações nessa composicionalidade proporcionariam uma ‘elasticidade’ do nome nuclear” (DIAS, 2013, no prelo).

Dias (2013, no prelo) apresenta uma abordagem diferente, tomando como base a análise da constituição da expressão nominal ‘antiga Rua da Floresta’. O mecanismo composicional reportado a Chierchia (2003) não se mostra eficaz para explicar a expressão nominal em questão, pois não se trata simplesmente de colocar a Rua da Floresta na classe dos objetos antigos. Antes, a formação dessa expressão nominal invoca uma memória e mobiliza sentidos que marcam uma resistência no gesto cotidiano dos cidadãos da cidade em que se localiza a antiga Rua da Floresta. É sob essa perspectiva que se constitui a FN. Assim, a categoria FN carrega um potencial de observação da realidade, produzindo um efeito de descrição dos objetos no mundo. Ela o faz, entretanto, “não a partir das eventuais propriedades informativas dos elementos discretos dessa realidade, mas a partir dos traços em função dos quais elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada” (DIAS, 2013, no prelo).
Explicitando melhor,

a FN congrega nomes, designações, afirmações, mas concebidos não em termos informativos das entidades, mas a partir do campo de emergência das entidades nomeadas. Uma entidade exterior à linguagem precisa adquirir pertinência para ser nomeada, isto é, precisa se submeter a uma regra de existência [...]. O compromisso de uma FN não é com a entidade em si, mesmo porque ela não existiria nessa condição, mas com o campo de emergência de entidades recortado da exterioridade. Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir. (Idem, no prelo)

Tendo essa base de constituição, as FNs se distribuem na sintaxe entre os lugares de sujeito e de objeto. Dividir-se entre esses lugares significa submeter-se, na atualidade do dizer, à identidade de cada um desses lugares sintáticos, que naturalmente têm propriedades intrínsecas distintas, apesar da coincidente associação categorial com a FN. Milner (1989) aponta para a necessidade de se investigar essas propriedades que distinguem um lugar sintático de outro, considerando justamente aqueles lugares que guardam a semelhança de produzirem a mesma associação categorial. Nas palavras de Milner (1989, p. 370, tradução nossa): “se, por exemplo, para as posições etiquetadas N’, a posição sujeito e a posição complemento têm a mesmas latitudes; eis um programa de pesquisas importante”.³⁹

³⁹ No original: *si, par exemple, pour les positions étiquetées N’, la positions sujet et la position complément ont les mêmes latitudes; voilà un programme de recherches importante.*

Dias (2009) constrói uma reflexão sobre as diferentes latitudes dos lugares de sujeito e de objeto em relação à maneira como mobilizam, para a constituição da unidade de referência da sentença, a FN apresentada como silêncio sintático. Revisitamos tal reflexão ao discutir a questão da discrepância entre as dimensões material e simbólica da língua (ver seção 2.3.1). Reproduzimos mais uma vez, em (40), o exemplo utilizado pelo próprio autor.

- (40) Pedro plantou sementes de milho.
Adubou, semeou, irrigou, colheu e vendeu. [23]⁴⁰

Nessa sentença, tanto os lugar de sujeito como o lugar de objeto apresentam-se não ocupados. Entretanto, Dias (2009, p. 27, grifo nosso) observa que

o caráter ‘lacunar’ desses lugares não é da mesma ordem, tendo em vista o acontecimento enunciativo. [...]

O regime de virtualidade que sustenta significativamente essas lacunas nos permite conceber a não ocupação do lugar GN-sujeito como algo relativo à **sustentação temática** do texto. Por isso, ocupar esses lugares, atendendo o que a virtualidade da lacuna invoca, é incorrer no mesmo, na repetição: ‘ele adubou’, ‘ele semeou’, ‘ele irrigou’, ‘ele colheu’ e ‘ele vendeu’. [...]

Por sua vez, a não ocupação do lugar GN-objeto é relativa à **construção temática** do texto. [...]

Nesse caso, ocupar esses lugares [de objeto], atendendo o que a virtualidade da lacuna invoca, não é incorrer no mesmo, mas situar-se num campo de construção, tendo em vista um domínio de referência.

Por isso, “adubou o solo”, “semeou o solo”, “colheu o solo” e “vendeu o solo”, não corresponde à explicitação do que se tem no domínio do silêncio sintático encontrado nos lugares de objeto em (40). Antes, para fazer tal explicitação, precisamos indicar uma progressão temática: “adubou o solo”, “semeou os grãos”, “colheu os frutos” e “vendeu o produto”. Enfim, observamos que as FNs fundamentalmente constroem uma categoria única pelo modo que constituem referência produzindo um recorte, um campo de emergências, que aponta para uma exterioridade significada. Apesar de serem mobilizadas de maneiras distintas, segundo a diferença na articulação sintática que empreendem, conservam esse modo como constituem referência, i.e., permanecem configuradas como um campo de emergências.

⁴⁰ Os números entre colchetes indicam a numeração recebida, anteriormente, pelas mesmas sentenças no presente texto.

Perguntamo-nos antes se a conformação do GPrep que focalizamos neste trabalho não seria uma espécie de FN determinada por preposição. Vejamos alguns exemplos a seguir, de modo que possamos conduzir a reflexão a partir deles.

- (41) a- **Na semana passada**, nós nos conhecemos.
 b- **Ontem** nós nos conhecemos.
 c- **A semana passada**, nós nos conhecemos.

Os elementos em destaque claramente exercem a mesma função sintática nas sentenças (41a) a (41c). Sustentamos tal avaliação porque as expressões “na semana passada”, “ontem” e “a semana passada” constituem referência de mesma configuração semântica, exercendo o papel de indicar circunstância temporal, além de estabelecerem a mesma articulação na construção das sentenças em (41), tanto que são perfeitamente intercambiáveis entre si. Na medida em que as formações morfossintáticas – e aqui assumimos a expansão de tal tipo de categoria, para além da FN – concerniriam ao entendimento das categorias morfossintáticas na condição de unidades linguísticas cuja construção interna conserva uma identidade de referência que perpassa a diversidade de lugares sintáticos a serem ocupados por essa unidade, somos levados a considerar os elementos destacados em (41) como exemplares de uma formação do mesmo tipo. Postulamos então, para as expressões destacadas em (41a) a (41c), a categoria formação adverbial. Vejamos como se articulam as formações adverbiais (doravante, FAdvs) e outras categorias que lhe parecem adjacentes, observando as expressões em destaque nas sentenças (42) a (44).

- (42) Eu penso **em você**.
 (43) Eu penso melhor **em casa**.
 (44) Eu disse a verdade **a ela**.

No que concerne à materialidade linguística, as expressões em destaque nas sentenças (42) a (44) formam-se por uma preposição seguida de um elemento nominal. Esse elemento, isolado da preposição, constituiria uma FN. Precisamos entender a natureza semântica dessas expressões, como a FN articulada a uma preposição se diferencia, quanto ao modo de constituir referência, da FN isolada. Como vimos, esta última produz efeito de apontamento por estabelecer um recorte em uma exterioridade que ganha pertinência ao ser submetida às regras de existência historicamente configuradas. Nas expressões ‘em você’, ‘em casa’ e ‘a

ela’, ainda se produzem um recorte de exterioridade configurada enunciativamente, entretanto, esse recorte é mobilizado em perspectiva. A FN reconfigurada pela articulação com uma preposição constitui uma base de referência que insurge como subsidiária do cenário, do espaço de referência que se constitui na sentença em que se inserem. Para esclarecer o que entendemos por referência em perspectiva, basta estabelecermos um contraste entre uma FN isolada e uma unidade encabeçada por preposição olhando de perto o modo como cada uma delas constitui referência. Tomemos, como exemplo a FN ‘o mundo’. Essa unidade encapsula um domínio de sentidos, potencial que cerceia o efeito de apontamento produzido por essa FN ao constituir referência, sendo incorporada em uma sentença. As unidades encabeçadas por preposição que podemos construir a partir dessa FN – ‘do mundo’, ‘no mundo’, ‘com o mundo’, ‘a partir do mundo’, ‘até o mundo’, ‘contra o mundo’, etc. – constituem, por sua vez, o que denominamos de referência em perspectiva. Nesse caso, não se efetiva diretamente um efeito de apontamento para uma entidade exterior, antes, as unidades preposicionadas constituem, no âmbito da sentença que as abriga, subsídio, eixo relacional sobre o qual um cenário de referência se edifica.

Atestamos que as expressões encabeçadas por preposição são empregadas na constituição de uma referência em perspectiva, subsidiária do cenário constituído pela sentença, por exemplo, pela impossibilidade de essas expressões ocuparem o lugar de sujeito estando regidas por preposição. Ou seja, na medida em que essas expressões emergem do cenário da referência que se constrói no âmbito do predicado, naturalmente elas não consubstanciam anterioridade de predicação.

Devemos admitir que as expressões em destaque de (42) a (44) apresentam traços em comum que as diferenciam das FNs, entretanto, isso não significa que elas sejam igualmente distintas das FNs. Elas também guardam diferenças entre si. A expressão ‘a ela’ pode integrar-se ao verbo, sendo substituída pelo pronome pessoal oblíquo átono ‘lhe’, apesar de o português falado no Brasil contemporaneamente, em diversas regiões do país, não fazer desse pronome uma forma plenamente produtiva. De todo modo, isso seria um distintivo de tal expressão em relação às outras duas. A expressão ‘em casa’, por sua vez, pode ser substituída por um dêitico adverbial ‘aqui’ ou ‘lá’, enquanto para a expressão ‘em você’ não encontramos um substitutivo que dispense a preposição.

Essas peculiaridades, que distinguem as expressões umas em relação às outras, nos conduzem a entender que elas configurariam formações morfossintáticas distintas. Tendemos a colocar, ao menos as expressões ‘a ela’ e ‘em casa’ em categorizações distintas, deixando em aberto a expressão ‘em você’, que não se desvincula do traço formal da preposição. Parece-nos adequado nomear expressões como ‘a ela’ de formações nominais preposicionadas, pois elas se aproximam do estatuto das FNs, ao se abrirem a possibilidade de substituição por pronome pessoal. Já as expressões que se enquadram no perfil representado por ‘em você’, que não se desagregam da forma *preposição + FN*, parecem se enquadrar em uma categoria que poderíamos chamar de formação preposicionada (FPrep). Por fim, entendemos que a expressão ‘em casa’ faz parte de uma terceira categoria, que materializa as expressões propriamente adverbiais. É somente essa categoria, sobre a qual nos atemos no desenvolvimento do presente trabalho, que chamamos de FAdv. E, dessa forma, reunimos na mesma casta, juntamente com os clássicos adjuntos adverbiais, os complementos de verbos locativos, situativos e direcionais, categoria que Bechara (2006) associa aos complementos relativos, concorrendo, como vimos no Capítulo 1, com a terminologia complemento circunstancial, proposta por Rocha Lima (2007 [1972])

Tendo definido qual é a esfera das FAdv, cotejando-as no limiar de outras formações encabeçadas por preposição, ainda esbarramos em outra questão que diz respeito ao fato de o lugar de adjunto adverbial ser um lugar intrinsecamente policategorial, como mostramos em outro ponto deste trabalho. Ao postularmos a FAdv, angariamos certa diversidade de categorias morfossintáticas que potencialmente também estabelecem uma gama de relações semânticas diversa. Trabalhamos com a suposição de que as relações sintáticas previstas para as FAdv se dividam em dois eixos, dentro dos quais a diversidade categorial das unidades linguísticas passíveis de materializar esse tipo de formação e o diversificado prognóstico de relações semânticas possam se reunir. As FAdv destacadas nos exemplos a seguir ilustram, cada qual, a emergência de um desses dois eixos.

(45) Garantimos os nossos assentos **no fundo** do teatro.

(46) **No fundo**, ele te ama.

Em (45), temos a FAdv ‘no fundo’, a partir da qual emerge o que entendemos por eixo temático-referencial da sentença. Diferentemente, em (46) a FAdv ‘No fundo’ articula-se com

o restante da sentença fazendo insurgir o que podemos entender como eixo enunciativo, trazendo à tona a incidência do locutor no que se diz.

2.5.3 Nota sobre a distinção entre lugar sintático e posição na ordem da sentença

Outra distinção, além daquela referente à pertinência categorial de termos e etiquetagem categorial de lugares sintáticos, parece ser fundamental para que se tenha clareza da atuação dos lugares sintáticos na configuração das sentenças da língua, a saber, a distinção entre lugares sintáticos (*sites*) e posições na ordem da sentença (*places*). Consideremos as sentenças a seguir, a partir das quais pretendemos demarcar essa diferenciação.

- (47) a- **O ex-Beatle Paul McCartney** se casou pela terceira vez no domingo.
 b- Casou-se pela terceira vez **o ex-Beatle Paul McCartney**.

Exceto pela participação da FAdv “no domingo”, que se encontra apenas em (47a), a dupla de sentenças em (47) apresenta a mesma constituição sintática, tendo seus lugares sintáticos preenchidos por grupos morfossintáticos idênticos. A FN destacada, “o ex-Beatle Paul McCartney”, preenche o lugar de sujeito nas duas sentenças, mas está posicionado em diferentemente em cada uma delas. O que Milner (1989) chama de *place* diz respeito a essa face diretamente perceptível da sintaxe, que corresponde à ordenação dos termos ocupantes dos lugares sintáticos.

Como vimos, pode-se modificar a ordenação dos termos na linearidade sintática sem que seja modificada a ocupação dos lugares sintáticos. Exemplos como os apresentados em (47), porém, colocam em xeque a percepção clara da identidade ou da semelhança sintática das sentenças e reiteram a ideia de que a sintaxe não deve se ater às articulações que se mostram em caráter de evidência pela ordem linear, antes ela deve se debruçar sobre os lugares sintáticos que estão qualificados em si mesmos e cuja qualificação não é recebida apenas pela caracterização de seus elementos ocupantes.

Reafirmamos, portanto, que o eixo central dos estudos sintáticos na perspectiva defendida por Milner (1989) consiste nas propriedades dos lugares sintáticos. Contanto que esteja traçado um percurso explicativo nesse sentido, a relação entre lugares sintáticos qualificados e posições também é algo que merece atenção.

Um aspecto dessa relação nos parece especialmente importante. Devemos admitir que um dos fatores que dão visibilidade aos lugares sintáticos é a relação do lugar com o seu espaço de reincidência. Assim, o histórico de recorrências da ocupação do lugar sintático em uma posição específica na ordenação da sentença pode ser determinante para a definição desse lugar (*site*). Os exemplos em (48) facilmente corroboram essa apreciação.

- (48) a- No sufoco, Brasil vence África do Sul [...].⁴¹
 b- Na maior⁴², África do Sul vence Brasil.

As FNs “Brasil” e “África do Sul”, respectivamente, ocupam os lugares de sujeito e de objeto em (48a), invertendo esses lugares de ocupação em (48b). O contraste entre essas sentenças nos mostra que, diante de duas FNs igualmente passíveis de preencher os lugares de sujeito e de objeto, sendo também ambos compatíveis com a desinência de número e pessoa da forma verbal “vence” – marca linguística que, segundo a regularidade da língua, tende a apresentar concordância com o elemento ocupante do lugar de sujeito –, a simples alocação na posição pré-verbal ou pós-verbal é o que define qual o lugar sintático ocupado por cada FN em cada uma das sentenças.

Já as FAdv “no sufoco” e “na maior”, ainda nos exemplos em (48a) e (48b), respectivamente, estão alocadas na primeira posição da sentença. Para um olhar desprezioso, esse posicionamento nada define, já que os adjuntos são conhecidos pela livre colocação nas diversas posições disponíveis dentro da sentença. Contudo, há estudos que entreveem regularidades que relacionam a posição inicial da sentença a aspectos enunciativos que estão no entorno da constituição da sentença, como estabelecimento de foco ou manifestação da perspectiva do locutor. Olhando essa questão por outro ângulo, poderíamos verificar como a elevada mobilidade dos adjuntos adverbiais indica a disposição desse lugar para conformar em seu domínio aspectos da enunciação.

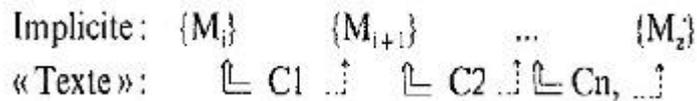
⁴¹ <http://goo.gl/jGuZW>. Acesso: 09/09/2012.

⁴² Consta do *Dicionário inFormal Online* a seguinte definição para a expressão ‘na maior’: Na moral, na boa, na moleza, tranquilamente, com extrema facilidade, sem esforço ou trabalho. (<http://goo.gl/L6oj0>. Acesso: 09/09/2012.)

2.5.4 Nota sobre a noção de silêncio sintático

Temos trabalhado com a noção de silêncio sintático (DALMASCHIO, 2008) e entendemos que essa noção seja intrinsecamente derivada do conceito de lugar como unidade básica da sintaxe. O silêncio tem um exercício sintático na medida em que significa por estar articulado a outro elemento dentro da sentença, e tal articulação só se efetiva porque o vazio significativo se instala em um lugar qualificado.

Como se definiria, entretanto, o mecanismo de constituição da referência pelo silêncio sintático? Acreditamos que a resposta para esse questionamento possa angariar contribuições no quadro teórico da macrossintaxe, proposto por Berrendonner (1990). Segundo o autor, “cada sentença é, com efeito, um operador que toma por argumento um estado prévio de M [memória discursiva ou saber compartilhado], ao qual ele se aplica para transformá-lo e que produz, a guisa de resultado, um novo estado de M” (BERRENDONNER, 1989, p. 26, tradução nossa).⁴³ Esse mecanismo de retomada e projeção em uma memória de dizeres, configurando a referência dos elementos articulados na sentença, pode ser representado pelo esquema a seguir.



Fonte: BERRENDONNER, 1990, p. 26.

Segundo a perspectiva de Berrendonner (1990), os elementos articulados dentro da sentença perfazem conexões macrossintáticas, semanticamente descontínuas, porque deslizam em implícitos que se podem inferir pelas relações com M. Esse tipo de conexão, chamada de apontamento (*pointage*), definir-se-ia como “a relação de pressuposição assim estabelecida entre uma forma de ancoragem e uma informação na M” (BERRENDONNER, 1990, p. 29, tradução nossa).⁴⁴

⁴³ No original: *Chaque clause est en effet un opérateur qui prend pour argument un état préalable de M [mémoire discursive, ou savoir partagé, auquel il s'applique pur le transformer, et qui produit en guise de résultat un nouvel état de M.*

⁴⁴ No original: *la relation présuppositionnelle ainsi établie entre une forme de rappel et une information présente dans M.*

Deslocamos a noção de apontamento do interior da perspectiva cognitivista em que foi desenvolvida, sendo que as relações macrossintáticas seriam cognitivamente motivadas, e lançamos mão dessa noção para descrever o modo como as unidades sintáticas constituem referência. Entendemos a enunciação como um acontecimento que estabelece uma temporalidade própria, assim, o presente da articulação estabelecida entre as unidades linguísticas na sentença produz um recorte em uma memória de dizeres e, ao mesmo tempo, projeta uma latência de futuro engajada nessa memória. Na medida em que os elementos articulados na sintaxe constituem uma referência perpassada por essa memória, eles o fazem enquanto matrizes de apontamento.

Nesse sentido, uma matriz de apontamento seria uma unidade linguística que constitui referência a partir das relações sintáticas que estabelece dentro da sentença. Para tanto, essa unidade delimita um recorte na memória de dizeres e projeta uma latência de futuro. A contraparte material da matriz de apontamento seria uma formação morfossintática de qualquer natureza, sendo ela materializada por um grupo morfossintático ou por silêncio sintático. Observemos a seguir a sentença principal de um anúncio publicitário de automóvel.

(49)



Fonte: <http://goo.gl/gMzWi>. Acesso: 01/11/2012. Adaptado.

O anúncio publicitário é constituído por duas sentenças, sendo a principal delas configurada em um modo de enunciação proverbial, e pela imagem de um casal apreciando um automóvel.

Os lugares de objetos das formas verbais ‘ama’ e ‘cuida’, na sentença principal, apresentam-se como silêncio sintático. No escopo de cada um desses lugares, está constituída uma matriz de apontamento, cuja referência indicada seria o carro, foco do anúncio publicitário que deseja convencer o alocutário a fazer revisão periódica no veículo. Além disso, somos levados a pensar que está constituída, também no escopo dos lugares de objeto em análise, uma referência à família, já que a imagem mostra um casal apreciando o carro. Vale lembrar que tais leituras não esgotam a potencialidade referencial no âmbito dos lugares sintáticos em questão, pois se trata de uma sentença proverbial. Podemos observar assim que o silêncio sintático é um vazio significativo, que constitui referência, porque constitui, necessariamente, o que chamamos de matriz de apontamento. E o fato de o lugar de adjunto adverbial aparentemente não constituir matriz de apontamento nas ocorrências em que não estão ocupados naturalmente explicaria o fato de esse lugar não se submeter ao fenômeno do silêncio sintático

2.6 SÍNTESE

Neste capítulo empreendemos a tarefa de apresentar os pilares que sustentam uma sintaxe de bases enunciativas e seus desdobramentos em perspectivas que descortinam os fatos sintáticos na sua interdependência constitutiva entre o orgânico e o simbólico. Partimos do fundamento de que a enunciação estaria para a língua de modo transversal, constituindo um fenômeno total e constante para o qual a materialidade da língua estaria potencialmente configurada. Delimitamos a abordagem que nos leva a compreender a enunciação como um acontecimento, em cuja atualidade funcionam em confluência o recorte em uma memória histórica de sentidos e a produção de uma latência de futuro, resultando em matriz para a constituição de outros dizeres.

A sentença, unidade de análise deste trabalho, seria o esteio de uma tensão entre as dimensões orgânica e simbólica da língua, constituindo-se pelo jogo das regras e por um jogo sobre as regras sintáticas. Dinâmica das regularidades, esse jogo sobre as regras nos deixa entrever fundamentos enunciativos para a articulação sintática da sentença. Trabalhamos com as peças dessa articulação, que seriam os lugares sintáticos, fundamentalmente lugares de constituição de referência. Consideramos, então, a noção de FN, elemento de base nominal que ocupa os lugares de sujeito gramatical e de objeto e produz um recorte de referência a partir da articulação interna que encerram e da articulação que estabelecem com outros elementos da

sentença em que se inserem. Nesse âmbito, teríamos a constituição de um domínio referencial, um campo de emergência das entidades extralinguísticas para as quais se produz um efeito de apontamento.

Na ocupação do lugar de adjunto adverbial, parecer emergir outra categoria de referência, que se configura como uma referência em perspectiva. Denominamos essa base distinta de referência de formação adverbial (FAdv), que se materializa amplamente por elementos reunidos sob o signo do que tradicionalmente se classifica como advérbios. Nesse sentido, reconfiguramos o nosso foco de análise. A partir da categoria FAdv, integramos diversas expressões encabeçadas por preposição ao nosso foco de análise, porém, excluimos todas aquelas não intercambiáveis por advérbios simples, i.e., sem preposição. E fomos além, procurando abarcar dentro de uma categoria única a diversidade dos elementos passíveis de ocupar o lugar de adjunto adverbial.

CAPÍTULO 3

UMA DISCUSSÃO METODOLÓGICA

3.1 A QUESTÃO DO PONTO DE VISTA NA CONSTITUIÇÃO DO FATO LINGUÍSTICO

No *Curso de Linguística Geral* (2003 [1916]), Saussure explicita qual seria o objeto de estudos de uma área que então reivindicava o seu estatuto de ciência: a linguística. O terceiro capítulo da referida obra foi dedicado a delinear a matéria dessa área de estudos. Foi estabelecido, portanto, um contraste entre a linguística e outras ciências que “trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista”. Atestou-se que “em nosso campo, nada de semelhante acontece”, no caso da linguística, pois, “longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (2003, p. 15).

Benveniste (2005 [1966], p. 127), ao tratar dos níveis da análise linguística, esboça reflexão metodológica semelhante. Nas palavras desse autor:

Quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada fato linguístico, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal.

Seguindo essa linha de pensamento, devemos admitir que a realidade do objeto de estudos da linguística não é “separável do método próprio para defini-lo” (BEVENISTE, 2005, p. 127). O compromisso de explicar a língua seria, no entanto, um alicerce comum a qualquer abordagem teórica de qualquer disciplina da área da linguística, ou melhor, seria uma espécie de firmamento imprescindível para a denominação da linguística como área de conhecimento. E é somente a partir desse assentamento elementar, necessário para que a linguística não seja outra coisa, que se abrem espaços para investimentos em perspectiva, a começar pela adoção de um conceito de língua e pelo recorte dos aspectos da língua que se querem ver explicados ao cabo do percurso feito pela análise.

Ainda que se proponha a exercitar uma abordagem fundamentalmente descritivista, Perini (2008, p. 29) também não se furta a definir o seu objeto de estudos a partir de uma abordagem teórica. O autor afirma que o “objeto de estudo da linguística é o conhecimento da língua”, sendo este “inevitavelmente, de natureza psíquica”. Ele propõe uma solução metodológica para se lidar com o temperamento irascível desse objeto de estudos, i.e., considerando as limitações que são impostas ao linguista, em decorrência dessa raiz intelectual imputada à língua, o autor afirma que “tais fenômenos psíquicos não são acessíveis à observação direta, e é por isso que temos que lidar com dados da produção e da recepção para abordá-los” (PERINI, 2008, p. 29). Retornamos, assim, a outra aparente constante da linguística, qual seja, a metodologia de acesso à língua, que se daria por meio dos dados de produção e de recepção. Independentemente da concepção que se tenha a respeito da natureza da língua, prevalecendo a sua raiz social ou a sua raiz psíquica, os dados de produção e de recepção figuram como matéria-prima para as diferentes disciplinas da linguística e, obviamente, para as abordagens que se inscrevem e se distinguem no interior dessas disciplinas.

Pensando justamente nas diversas disciplinas reunidas sob o signo da linguística e nas abordagens internas a elas, admitimos duas dimensões para o postulado saussuriano de que o olhar faz o objeto: uma em sentido amplo e outra em sentido restrito. Uma perspectiva mais ampla permite-nos vislumbrar a constituição histórica do conhecimento sobre a língua considerando as disciplinas que, por diferentes ângulos, recortam como fatos da língua aqueles que são relevantes para si, conforme o seu raio de atuação (RAJAGOPALAN, 1990, p. 88). Contrariando os naturalistas do século XIX, podemos afirmar que a sintaxe ou a semântica, por sua condição de disciplinas históricas, não tomam o seu objeto de estudo em estado bruto, “como um objeto encontrado naturalmente na língua”. Antes, aplicando o postulado de Saussure em sentido amplo, diríamos que a sintaxe configura-se segundo uma anterioridade de estudos sintáticos, assim como a semântica se constrói segundo uma anterioridade de estudos pertinentes a ela, um “horizonte de retrospectção”, que perpassa essas disciplinas e ao qual elas se filiam para ganhar identidade. Do mesmo modo, essas disciplinas também fazem uma projeção no âmbito em que estão inseridas, um “horizonte de prospecção” (AUROUX, 1992).

É precisamente a filiação a essa anterioridade que faz com que os trabalhos produzidos possam estar reunidos sob o signo de uma mesma disciplina linguística, a despeito das divergências de concepção teórica. Admitimos então que há uma demanda de pertinência que

norteia o que seria um novo saber linguístico, conduzindo-o a uma relação com as disciplinas já estabelecidas. Ao vislumbrarmos um ponto de convergência necessário à relativa estabilidade, ou à relativa objetividade, que nos permita delimitar certos trabalhos sob o signo da sintaxe e da semântica, mais uma vez nos ancoramos em uma reflexão proposta por Auroux (1992, p. 14):

A riqueza do historicismo não deve, entretanto, conduzir ao mito da incompatibilidade de conhecimentos fechados em paradigmas específicos. Os fenômenos são o que são e as estratégias cognitivas, por múltiplas e diferentes que sejam, não variam ao infinito.

Desse modo, podemos dizer que a sintaxe e a semântica, justamente em função da historicidade que lhes confere um campo de retrospecto e um campo de prospecção, são também instrumentos dessa estabilidade necessária à ciência linguística, pois circunscrevem pertinências ao conhecimento linguístico. Tal circunscrição mostra-se com mais clareza se temos em vista a unidade de análise dos estudos sintáticos e semânticos.

Considerando que o objeto língua reúne em torno de si as diversas disciplinas e vertentes teóricas internas a essas disciplinas sob o signo da mesma área de conhecimento, que denominamos de linguística, parece coerente pensar que é na unidade de análise, elemento em torno do qual se constrói o objeto de estudos de uma disciplina, que reside o ponto de encontro das diversas vertentes que se julgam unidas por se enquadrarem em uma mesma disciplina, até mesmo porque toda “disciplina que visa adquirir o estatuto de ciência deve inicialmente definir suas constantes e suas variáveis, suas operações e seus postulados, e antes de tudo dizer quais são suas unidades” (BENVENISTE, 2006 [1974], p.224). Portanto, se “uma ciência é especificada por um objeto definido” (LACAN apud HENRY, 1992, p.15)⁴⁵, um estudo sintático, para ser de fato pertinente à sintaxe, não pode ignorar a sentença como unidade de análise, nem as relações estruturais como objeto de estudos; assim como um estudo semântico não deve perder de vista a proposição e as relações de sentido. Chegamos, então, ao sentido restrito do postulado de Saussure.

Se uma perspectiva ampla desse postulado permite-nos considerar a constituição histórica das disciplinas que compõem a linguística, vislumbrar esse mesmo postulado em uma perspectiva restrita nos conduz às distintas configurações que trabalhos diversos dentro de uma mesma

⁴⁵ Cf. LACAN, Jacques (1964). *Le quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil, 1973.

disciplina constroem. Estamos, enfim, lidando com a ideia de que os fatos linguísticos “resultam já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 1996) e variam dentro dos limites do construto histórico da objetividade de uma ciência ou de uma disciplina. Vejamos as definições de adjunto a seguir, de modo que possamos observar essa questão.

- I. [...] constituintes extranumerários se denominam **adjuntos**;⁴⁶ Os constituintes de uma oração que tem papel temático inerente [...] são denominados **adjuntos**; os que dependem da construção para receberem papel temático [...] se analisam como **complementos**. (PERINI, 2010, p. 58 e 59)

- II. Os adjuntos adverbiais são semântica e sintaticamente opcionais. Respondem às clássicas perguntas *como?*, *quando?*, *onde?*, *por quê?* [...] termos não argumentais, vale dizer, fora do âmbito da regência do verbo da oração, isto é, não pedidos por ele. [...] Semanticamente, o papel desses adjuntos é matizar o processo designado na relação predicativa, acrescentando à mensagem informações que o falante julga indispensáveis ao conhecimento do seu interlocutor. (BECHARA, 2006, p. 436-437)

- III. Os adjuntos têm as seguintes propriedades:
 1. Discursivamente, agregam informações acessórias à sentença e ao texto.
 2. [...]
 3. Sintaticamente, (i) são preenchidos por sintagmas adjetivais, adverbiais e preposicionais; [...] (iv) exercem papel periférico na sentença, visto que não são selecionados pelo verbo e, portanto, não recebendo caso do predicador, não são proporcionais a um pronome; (v) deslocam-se no espaço sentencial com mais liberdade que os argumentos. (CASTILHO, 2010, p. 306)

A comparação entre as definições de adjunto adverbial colocadas em I, II e III ilustra o balanço entre a estabilidade imperativa à constituição de uma disciplina e a variância decorrente da perspectiva teórica a que se recorre. O que se mantém estável nessas definições é a ideia de que o adjunto é um elemento suplementar, não essencial à constituição de uma sentença sintática e semanticamente bem formada. A partir dessa base comum, que já está sedimentada na tradição gramatical e nos estudos de sintaxe, os gramáticos desenvolvem as suas definições e as suas explicações, consoantes com a perspectiva teórica que adotam. Perini (2010, p. 50) trabalha com a noção de construção, que “se define por seus constituintes

⁴⁶ Constituintes extranumerários são aqueles que não são mencionados em uma determinada construção. Por exemplo, a sentença “O João espancou o Daniel” tem os constituintes definidos por uma construção transitiva, a saber, “o João” e “o Daniel”. A sentença “Depois de uma discussão, o João espancou o Daniel com uma vassoura”, além de ter os constituintes mencionados, os quais são definidos pela chamada construção transitiva, contém os constituintes “Depois de uma discussão” e “com uma vassoura”, que são acréscimos não previstos pela construção, i.e., são extranumerários. (Cf. PERINI, 2010, p. 58)

sintáticos e pela relação semântica que cada um deles tem com o verbo da oração”. Trata-se de um instrumento de descrição que prevê os sintagmas que acompanham um determinado verbo e os papéis temáticos associados a cada um desses sintagmas. Os adjuntos não seriam previstos na construção e teriam os seus papéis temáticos atribuídos de forma independente das relações estabelecidas nas sentenças, as quais são elaborações das construções. Como podemos ver, embora Perini (2010) reconheça a relativa independência dos adjuntos, já que estes são desprendidos das construções, esse autor não trabalha com a ideia de termo dispensável.

Bechara (2006), assim como Perini (2010), confere centralidade ao verbo, que “pede” os argumentos segundo a sua regência. O adjunto adverbial, não estando previsto pelas necessidades semânticas nem sintáticas do verbo, apresenta-se como um termo opcional. Segundo esse autor, os adjuntos adverbiais estariam a serviço das pretensões comunicativas do locutor, que é livre para ornar a mensagem apresentada no predicado, agregando informações de modo, tempo, lugar ou causa. Castilho (2010), por sua vez, alia-se a outro posicionamento, ao avaliar os adjuntos semanticamente como acessórios e afirmar que, sintaticamente, eles exercem papel periférico. Ademais, lança mão da noção de caso para explicar a relativa distância ou independência que os adjuntos têm do verbo.

Ao contrastarmos as definições de Perini (2010), Bechara (2006) e Castilho (2010), podemos observar claramente a aplicação do postulado de Saussure tomado em sentido restrito – diferentes abordagens dentro de uma mesma disciplina constituem diferentes fatos linguísticos. Ao mesmo tempo, podemos conferir a aplicabilidade da noção apontada anteriormente de que a disciplina, no caso a sintaxe, constitui uma estabilidade, constrói uma objetividade que atua como ponto de convergência. Ou seja, há uma zona de coincidência entre essas definições, o que nos permite cotejá-las e dizer que, a despeito das diferenças, elas estão tratando da mesma categoria sintática: o adjunto. Nos termos de Guimarães (1990), diríamos que essas concepções estão unidas por uma única “hipótese externa”, a saber, a hipótese observacional que institui o adjunto como fato sintático, mas separam-se por suas “hipóteses internas”, ou seja, por suas hipóteses explicativas desse fato.

De nossa parte, também compartilhamos do que se pode chamar de hipótese externa dos estudos sintáticos, pois não perdemos de vista que estamos trabalhando com uma categoria sintática que tem um histórico de explicações nas gramáticas do português. Ou seja, na

medida em que a nossa abordagem se propõe a analisar a interdeterminação entre fatores orgânicos e semântico-enunciativos, devemos admitir que esse enfoque produz um redimensionamento do que se observaria em uma espécie de sintaxe *strito sensu*.

3.2 O DISTINTIVO DA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS

Dentro de uma perspectiva sintática de bases enunciativas, o conhecimento da língua passa pela apreensão de um sistema de regularidades comprometido com o acontecimento enunciativo. Consideramos que o sistema de regularidades da língua é afetado por uma memória de enunciações e que, portanto, essa memória atua na configuração dos lugares sintáticos da sentença. Na medida em que as sentenças estruturam os enunciados, podemos afirmar que elas se configuram enquanto possibilidades estruturais que guardam um potencial enunciativo. Ou seja, preservamos a centralidade de nosso trabalho no domínio da estrutura da sentença, atendendo, portanto, ao imperativo de pertinência a que estão submetidos os estudos sintáticos de maneira geral. Contudo, inserimos nesse domínio, de forma constitutiva, o componente semântico-enunciativo, já que definimos sentença como um enunciado em potencial. E, na medida em que o lugar de adjunto adverbial é constitutivo da sentença, ele também guarda uma potencialidade enunciativa. Precisamente nisso consiste a especificidade do nosso olhar, a nossa hipótese interna.

Como explicitamos em nosso Capítulo 2, tal hipótese ganha ancoragem na compreensão de Benveniste (2006 [1974]), para quem o emprego da língua – a enunciação, portanto – seria um mecanismo que afeta a língua em sua totalidade, parecendo até consubstanciar-se com ela. Assim, consideramos os fatores enunciativos em relação à estrutura sob o signo de “exterioridade constitutiva”, formulando até um aparente contrassenso, somente para fazer frente ao histórico da disciplina que coloca esses fatores como externos ao domínio da sintaxe. E é também somente por uma questão didática que consideramos separadamente a medida de cada um dos componentes da interface entre o orgânico e o semântico-enunciativo, pois esses componentes operam em uma relação de interdependência. Essa concepção é explicitada por Dias (2002, p. 52-53):

O plano da organicidade não é autônomo, porque a materialidade linguística não tem uma base primária de identidade física. Um objeto como um lápis, por exemplo, tem uma base de identidade na sua própria dimensão. Isso não significa que essa dimensão é independente da dimensão simbólica. Mas a dimensão simbólica, neste caso, é projetada da dimensão material. Os

‘objetos linguísticos’, ao contrário, não ganham identidade a partir de uma projeção da sua dimensão material. Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir da sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses ‘objetos’ ganham identidade.

3.2.1 A reincidência metodológica dos contínuos de referência

Nos trabalhos desenvolvidos em sintaxe de bases enunciativas, tem-se procurado explicitar os fatos sintáticos, mais precisamente a configuração dos lugares sintáticos como lugares de constituição de referência. Para tanto, trabalha-se na interface entre as dimensões material e simbólica da língua e tem-se recorrido com frequência à proposição de contínuos para representar o modo como se dá essa constituição da referência no escopo dos lugares sintáticos, passando pela relação entre a memória histórica de dizeres e atualidade do acontecimento enunciativo ao produzir o necessário efeito de apontamento para uma realidade extralinguística. A insistência dos contínuos parece ser então um reflexo metodológico da realidade fundamentalmente difusa da dimensão simbólica da língua, esteio da relação entre memória e atualidade que se imprime na organicidade dos lugares sintáticos ao constituírem referência. Em suma, a hipótese dos contínuos seria um desdobramento dessa realidade difusa que é a dimensão simbólica da língua na constituição da referência no escopo dos lugares sintáticos.

Uma noção básica que perpassa a abordagem dos lugares sintáticos como lugares de constituição de referência é a de *modo de enunciação* ou *modo de dizer*. Compreendemos essa noção como a conformidade em que potencialmente se daria a constituição da referência de uma sentença em um acontecimento enunciativo. Os modos de enunciação configuram a abrangência da referência que as sentenças carregam, sendo que elas se distribuem, justamente em função do tipo de referência que constroem, em um contínuo margeado por um extremo que representa a exaustiva especificação e por outro que representa a generalização máxima.

Em Lacerda (2009), apresentamos um estudo cujo foco era as sentenças alocadas na margem mais generalizadora do contínuo, estando configuradas em um modo de enunciação proverbial. Reconhecemos nessas sentenças um conjunto de traços que, aliados à genericidade, seriam determinantes para a constituição de uma referência proverbial, quais sejam, os traços de onitemporalidade, indicialidade e estruturação implicativa. Ainda para

- b- Mariana ganhou demais dirigindo a peça de teatro no festival.
- c- Na vida é assim, uns ganham, outros perdem.

Segundo a proposta de Dalmaschio (2008), as sentenças em (50) seriam escalonadas em baixo, médio e alto nível de centramento, considerando o lugar de objeto projetado pelo verbo ‘ganhar’ em cada uma das sentenças. A primeira estaria em um espaço de baixo centramento, uma vez que a articulação do predicado com o adjunto adverbial “na loteria” delimitaria o campo de possibilidades de referência no escopo do lugar de objeto dessa sentença a “dinheiro”, a menos que a sentença em análise seja uma metáfora constituída para caracterizar o político como um homem sortudo de maneira geral, ou que ela seja uma ironia construída, por exemplo, para caracterizar o político como corrupto, que usa as supostas vitórias em sorteios lotéricos para camuflar enriquecimento ilícito. A segunda sentença estaria alocada em uma faixa de centramento médio, imaginando que o verbo possa atualizar, na sentença em questão, uma gama de possibilidades de preenchimento do lugar objeto, como “experiência”, “dinheiro”, “fama”, “reconhecimento”, entre outras, que constituem simultaneamente a referência no escopo do lugar. Finalmente, a terceira sentença estaria em uma zona de alto centramento, pois não deixa entrever um direcionamento definido para a constituição da referência no âmbito do lugar de objeto, admitindo um feixe de possibilidades pouco delineado. Enfim, explicitando como de dá o investimento de fatores de ordem semântica e enunciativa na configuração do lugar de objeto, a um só tempo, esse trabalho alimenta-se dos pressupostos de uma sintaxe de bases enunciativas e contribui para enriquecê-los.

Devemos mencionar também o trabalho realizado por Ladeira (2010) acerca do fato sintático que a tradição convencionou chamar de sujeito indeterminado. Aplicando o pressuposto teórico de que os fenômenos sintáticos são governados pela interferência mútua entre os níveis formal e enunciativo da língua, a autora propõe um contínuo de indeterminação, uma escala em que se inserem diferentes formas de dar materialidade à indeterminação referencial, observando a ocupação do lugar sujeito. Vejamos as sentenças em (51), retiradas do próprio trabalho de Ladeira (2010, p. 68).

- (51) a- Bater à porta é sinal de boa educação.
- b- Diz que bater à porta é sinal de boa educação.
- c- Bateram à porta.
- d- Eles bateram à porta.

- e- Alguém bateu à porta.
- f- Um certo alguém bateu à porta.
- g- Um desconhecido bateu à porta

De acordo com a proposta, as sentenças estariam alocadas, na ordem em que estão dispostas em (51), em um contínuo margeado em um dos extremos pela maior indeterminação, representada pela sentença (51a) que, juntamente com a sentença (51b), estabelece um nível conceitual de referência, e em outro extremo pela menor indeterminação, que é representada pela sentença (51g), que opera com a categoria ‘desconhecido’, já produzindo um recorte paramétrico de referência. Tornando mais claras as nuances que se estabelecem do nível mais conceitual de referência ao nível mais paramétrico, Ladeira (2010) propõe um contínuo estendido, confrontando uma escala de definitude referencial à escala de indeterminação. Nesse novo contínuo, as sentenças que produzem um recorte paramétrico são posicionadas em uma área de referência mais específica, como mostramos a seguir.



Fonte: LADEIRA, 2010, p. 85.

A autora observa ainda o que parece ser uma tendência no português, a saber, o sujeito indeterminado materializado por formas pronominais que lançam uma projeção de referência, a título de exemplificação. Trata-se de ocorrências do tipo a seguir: “Se **eu** roubo um carro e não sou preso por isso, há um problema na aplicação da justiça brasileira”, em que o pronome ‘eu’ não se refere ao locutor, i.e., não se ancora em um dos participantes da locução, mas constitui uma identidade simbolicamente projetada. Ladeira (2010, p. 91) reformula, por fim, a concepção de sujeito indeterminado como sujeito projeção, sendo “aquele cuja identidade está projetada no nível simbólico da sentença”.

Os contínuos representam, portanto, os modos de constituição de referência nos lugares sintáticos, desde a escala de amplitude-restrição que consideram a constituição da referência no âmbito das sentenças como um todo, passando por uma escala interna ao modo de enunciação generalizador, até as escalas de referência constituídas no âmbito específico de cada lugar, sendo o contínuo de centramento aplicado ao lugar de objeto e o contínuo de indeterminação aplicado ao lugar de sujeito. A reincidência desse método de representação seria uma consequência da natureza difusa que caracteriza a contraparte simbólica da língua, esteio para lidarmos com o sentido. E o lide com o sentido, base simbólica do processo de constituição da referência, parece recair sobre os nossos estudos como um imperativo, já que ele é “de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 130).

3.2.2 Regularidade e enunciação: contrastando pontos de vista

A proposta deste estudo é investigar as regularidades que se imprimem no lugar de adjunto adverbial, partindo fundamentalmente do pressuposto de que “a *enunciação* é um ponto de vista da análise, um ponto de vista que incide em cada um dos níveis [morfológico, sintático, fonológico etc] separadamente e/ou em inter-relação” (FLORES, 2010, p. 400). Dado o caráter essencial que as noções de enunciação e de regularidade detêm em nosso trabalho, julgamos ser interessante, e mesmo necessário, confrontar o modo como essas noções são mobilizadas aqui com a maneira como elas são metodologicamente compreendidas em outros trabalhos afins.

Começamos pelo conceito de regularidade. Martelotta (1991) utiliza-o ao desenvolver um estudo buscando entender os aspectos discursivos que determinariam a colocação dos circunstantes temporais na sentença. O autor segue o “princípio funcionalista segundo o qual a gramática é um sistema de regularidades resultante das pressões do uso, e que, em consequência disto, nunca se estabiliza, caracterizando-se, ao contrário, por um constante fazer-se” (MARTELOTTA, 1991, p. 80). A relação entre regularidade e “pressões de uso” revela que o conceito de regularidade aplica-se à descrição do modo como se configura a gramática sendo motivada pelas condições de emprego da língua. À primeira vista, essa acepção parece encaixar-se em nossa perspectiva, que considera a regularidade como uma espécie de estabilidade que se apreende da interface entre materialidade linguística e

enunciação. Martelotta (1991, p. 81) esclarece ainda que as regularidades devem se investir no que ele chamou de “restrições da gramática”, manifestando-se

nas relações de ordenação vocabular e de regência, nas relações de concordância de gênero e número para os pronomes, substantivos e adjetivos e nas relações de número e pessoa e atribuição de modo, tempo, aspecto e voz para os verbos.

O entendimento da regularidade, no trabalho de Martelotta (1991), está a serviço do entendimento do processo de gramaticalização dos circunstantes em operadores argumentativos, perfazendo o percurso “espaço > (tempo) > texto” (p. 242). Assim, torna-se regularidade aquilo que acontece na estrutura da língua como reflexo de aspectos discursivos ou em consonância com eles, é regularidade a relação entre gramática e discurso que se torna previsível. Essa perspectiva aparece com clareza nesta análise funcional das posições:

nota-se uma regularidade, por exemplo, no fato de que todos os operadores argumentativos aqui estudados, com função de sequencializar sentenças, tendem a assumir as posições pré-verbais 1 e 2, que são típicas de conectivos⁴⁷. (MARTELOTTA, 1991, p. 240)

Poderíamos dizer que o presente trabalho mobiliza o conceito de regularidade tal qual o faz Martelotta (1991) se não fosse a diferença travada entre a proposta funcionalista desse autor e a nossa abordagem acerca de uma das bases constitutivas do fenômeno linguístico da regularidade, que é o componente enunciativo-discursivo. Como podemos ver a seguir, para Martelotta (1991) a contraparte enunciativa das regularidades que se investem na materialidade da língua seria de natureza discursiva, enraizada no investimento do locutor, que tem uma “atitude comunicativa” ao enunciar. Assim,

de acordo com sua interação comunicativa, o falante possui basicamente duas opções. Ou assume uma atitude narrativa, caracterizada por relatos de acontecimentos reais ou não, efetivados pela utilização de seus dois tempos verbais mais característicos: os pretéritos perfeito e imperfeito. Ou assume uma postura não narrativa, caracterizada pela descrição, pelo comentário, ou por qualquer outra atitude comunicativa que não constitua um relato e que possua, com tempo verbal mais representativo o presente do indicativo. (MARTELOTTA, 1991, p. 70-71)

⁴⁷ Antes do verbo: POSIÇÃO 1 – Não ocorrendo sujeito antes do verbo. Aí estão enquadrados os casos tradicionalmente chamados de sujeito inexistente, indeterminado e elíptico e casos em que o sujeito ocorre depois do verbo. POSIÇÃO 2 – Antes do sujeito. (MARTELOTTA, 1993, p. 69-70)

Esse locutor, que governa a contraparte enunciativa – discursiva, na verdade – da regularidade linguística, poderia ser descrito dentro de uma “cena enunciativa”. Ele, ao assumir a palavra, colocar-se-ia “no lugar que enuncia, o lugar do Locutor [...] que se representa no próprio dizer como fonte do dizer” e, além disso, falaria “enquanto predicado por um lugar social” (GUIMARÃES, 2002, p. 23-24).

Flores (informação verbal)⁴⁸, considerando a premissa de que a língua seja um todo atravessado pela marcas da enunciação, designada por ele mesmo de transversalidade enunciativa (FLORES, 2010), apresenta-nos uma análise da perspectiva de uso do sufixo *-ão*, em contraposição ao sufixo *-inho*. O texto analisado pelo autor pertence à mesma campanha publicitária da letra de música que reproduzimos parcialmente a seguir.

(52) "Aí! Cervejinha não!"
 Quando eu peço um beijo,
 eu quero um beijão.
 Se eu quero abraço,
 eu peço abração.
 Eu não quero festinha,
 e eu não quero baladinha
 Eu quero ver tremer o chão.

 Pra ter jogo,
 tem que bater um bolão.
 Pra dar samba,
 tem que fazer um sambão.
 Então, não vem pra cá
 trazendo cervejinha.
 Cervejinha? Pode trazendo Cervejão.⁴⁹

Recuperando de modo extremamente superficial a análise proposta por Flores (2012), diríamos que o autor vale-se de um texto que, no que se refere à estrutura e ao tipo de associação de ideias, segue a mesma linha da letra de música que trazemos em (52) para ilustrar como certos traços enunciativos, vinculados a uma perspectiva social de ver o mundo, podem explicar o insistente uso do sufixo *-ão* no texto publicitário. Na visão de Flores, pareceria incidir, no uso do aumentativo, o ponto de vista de um locutor sócio historicamente

⁴⁸ Conferência de abertura do Seminário: Enunciação e Materialidade Linguística intitulada *A abordagem da materialidade linguística em Linguística da Enunciação: a perspectiva de Benveniste*. O evento foi realizado nos dias 14 e 15 de junho de 2012, pela Faculdade de Letras da UFMG, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

⁴⁹ <http://goo.gl/acMV4>. Acesso: 29/10/2012. Fragmento.

construído, que associa a grandeza expressa pelo sufixo *-ão* à qualidade de tudo: do beijo, do abraço, da festa, do jogo, do samba e principalmente da cerveja, foco da campanha publicitária. Com essa análise, o autor defende a proposição de que, na perspectiva benvenistiana, os traços enunciativos perpassam todos os níveis da língua, inclusive o nível morfológico. E esses traços revelam a incidência do lugar social do locutor, para utilizarmos a terminologia de Guimarães (2002), naquilo que ele diz, também “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (BENVENISTE, 2006 [1974], p. 87).

Podemos observar, assim, que as perspectivas apresentadas por Martelotta (1991) e por Flores (2012), embora compartilhem conosco a proposta de investigar os fatos gramaticais a partir da interface entre materialidade linguística e enunciação, distanciam-se do nosso ponto de vista neste estudo justamente no que se refere ao conceito de enunciação. Adiante, resgataremos em nossas análises também a perspectiva dos traços enunciativos encontrada nesses autores. Por ora, contudo, seguimos tão somente a premissa básica de que a enunciação está na base da constituição da sentença, ao instanciar o verbo, retirando-o do seu estado de dicionário no movimento de colocar a língua em funcionamento. E isso não significa que tenhamos nos desprendido da proposta de Benveniste (2005 [1966] e 2006 [1974]), pois, como afirma Flores (2010, p. 396):

O conceito de *enunciação*, no contexto dos trabalhos de Émile Benveniste, é amplo, não diretivo e, principalmente, caracterizado por uma não unicidade. Isso se deve à impossibilidade de se afirmar que os textos de Benveniste comumente atribuídos à chamada *teoria da enunciação* formam um conjunto homogêneo.

3.3 PROCEDIMENTOS

O procedimento metodológico inaugural para alcançarmos os objetivos deste trabalho se deu ao limitarmos a nossa análise às expressões adverbiais encabeçadas pela preposição ‘em’. Apesar de termos iniciado o presente estudo com a definição desse recorte, no decorrer da pesquisa a categoria das FAdvs, o que nos levou a reconfiguração desse recorte. Esse movimento não nos levou a um descarte da delimitação anterior, já que as expressões encabeçadas pela preposição ‘em’ também estão contempladas na categoria FAdv.

Essa reconfiguração se justifica plenamente pelo propósito que estabelecemos para este trabalho, que seria partir dos elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial, mas nos

atermos a eles. Se por um lado estendemos o nosso espectro aos elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial de modo geral, por outro, o conceito de FAdv nos levou a estabelecer um recorte mais preciso, tendo em vista que, as expressões encabeçadas pela preposição ‘em’ também perfila elementos que, apesar da confluência orgânica, não ocupam o lugar de adjunto adverbial.

A fim de produzirmos uma explicação consistente para a questão central de nossa proposta de pesquisa, constituímos um *corpus* formado por sentenças em cuja constituição ganha materialidade o lugar de adjunto adverbial. Para constituir um repertório de sentenças para análise, recorreremos a quatro fontes principais: (i) textos de duas revistas total e parcialmente disponibilizadas na rede, a *Revista Brasileiros*⁵⁰ e *Superinteressante*⁵¹, que nos ofereceram exemplares de sentenças de produção escrita; (ii) trechos dos dados apresentados por Da Matta (2005), formados por textos de conversação espontânea entre falantes com formação universitária e residentes na região de Belo Horizonte/MG, dos quais recolhemos exemplares de sentenças de produção oral em português; (iii) verbetes do *Dicionário inFormal Online*⁵², dos quais recolhemos abonações que agregam FAdv em sua constituição; e (iv) sítios variados de busca na internet, para que tenhamos acesso a ocorrências aleatórias de FAdv. Além disso, também nos valem de sentenças produzidas em introspecção, elaboradas em sua maioria para construir redes de exemplos, a partir das sentenças recolhidas em umas das fontes citadas de (i) a (iv), para algum fim específico de demonstração (DIAS, 2006a).

Não se trata, porém, de uma proposta de estudo centrada na singularidade das ocorrências de um *corpus*, i.e., não propomos um estudo de caso, tampouco um estudo quantitativo. É interessante que tenhamos dados de fontes diversas para que possamos validar nossas intuições e ainda, para que ao final deste trabalho possamos ter uma representação do fato sintático em análise o menos afetada possível por especificidades de gênero e registro textual.

As sentenças do *corpus* devem suscitar manipulações como testes de aceitabilidade e paráfrase (ORLANDI, GUIMARÃES e TARALLO, 1989). Desse modo, a comutação, o apagamento e a inserção de constituintes nos lugares sintáticos consistem em procedimentos metodológicos básicos. Esses procedimentos se justificam porque propiciam o

⁵⁰ Cf. <http://www.revistabrasileiros.com.br/>.

⁵¹ Cf. <http://super.abril.com.br/>.

⁵² Cf. <http://www.dicionarioinformal.com.br/>.

estabelecimento de contrastes e, assim, nos permitem delinear de forma mais nítida o papel do lugar de adjunto adverbial na constituição enunciativa das sentenças.

Por fim, devemos esclarecer que, justamente porque não nos propomos a fazer um estudo de caso, como já dissemos, também não nos preocupamos com uma “singularização’ dos exemplos” (DIAS, 2006a). Assim, podemos fabricar exemplos a partir dos que foram encontrados no uso efetivo da língua, construindo uma “colmeia” de exemplos, i.e., um conjunto de sentenças que mantêm relação entre si e servem para ilustrar contrastes, fundamentando ou suscitando hipóteses.

3.4 SÍNTESE

No desenvolvimento de uma reflexão acerca da constituição dos fatos gramaticais, que parecem ganhar identidade de acordo com a perspectiva teórica que os apreende, conferimos destaque à recorrente aplicação da metodologia dos contínuos nos trabalhos em sintaxe de bases enunciativas. No computo desse procedimento metodológico, as sentenças da língua poderiam ser analisadas e distribuídas em contínuos, segundo a configuração da referência constituída no âmbito de seus lugares sintáticos. Essa distribuição continuada das categorizações que descrevem a relação entre sintaxe e enunciação na configuração da sentença parece ser um reflexo do modo difuso e inevitavelmente discrepante com que se efetua a relação entre as dimensões material e simbólica da língua.

CAPÍTULO 4

COMO O ADJUNTO ADVERBIAL SE INSTALA NO CAMPO DA SINTAXE DE BASES ENUNCIATIVAS?

Neste capítulo empreendemos uma proposta com alguns desdobramentos de análise cujo objetivo central consiste em delinear traços constitutivos do lugar de adjunto adverbial, congregados pela perspectiva de uma sintaxe de bases enunciativas. Ou seja, enveredamo-nos por um caminho cuja linha de chegada estaria no alcance do nosso objetivo de situar o lugar sintático em questão no campo de estudos de uma sintaxe de bases enunciativas. Nesse caminho, ora alcançamos respostas que se enquadram de forma consistente nas diretrizes da proposta pautada nas implicações da chamada transversalidade enunciativa (FLORES, 2010); ora conseguimos apenas indicativos, satisfatórios, por enquanto, de respostas para as perguntas levantadas até aqui. Pensamos, contudo, que essas respostas que ainda aguardam por uma investigação aprimorada já representam, assim mesmo, um ganho para os estudos em sintaxe de bases enunciativas, pois serviriam minimamente para mapear o investimento necessário a pesquisas posteriores, as quais poderiam fazer um exercício de aprofundamento do percurso reflexivo que caracteriza este trabalho.

4.1 PROPOSTA GERAL: OS EIXOS QUE ATRAVESSAM A CONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA

Mencionamos no capítulo anterior, destinado à discussão metodológica, duas perspectivas distintas de se tratar a enunciação. Uma dessas perspectivas, que relacionamos ao emprego feito por Martelotta (1991) e Flores (2012), considera a enunciação a partir da relação que o locutor estabelece com aquilo que ele diz. Já a outra, que apreendemos nas análises feitas no campo da sintaxe de bases enunciativas, concerne à instanciação do próprio dizer, virtualidade tornada atual em um movimento de colocar a língua em funcionamento. Essas perspectivas de olhar a enunciação não seriam excludentes, tampouco incompatíveis. Seriam dois eixos distintos consubstanciados no acontecimento de colocar a língua em funcionamento e, para efeito da interface entre enunciação e materialidade linguística, que fundamenta todo o nosso trabalho, esses eixos atuariam simultaneamente na constituição da sentença.

A visão que se tem do eixo enunciativo com o qual temos trabalhado de forma recorrente na sintaxe de bases enunciativas concerne à instalação do próprio dizer, o que se efetiva na medida em que a língua é posta em funcionamento, ou na medida em que se dá o evento do aparecimento de um enunciado⁵³. Nesse processo, coordenadas de enunciação se investem sobre a materialidade da língua, o que se mostra com clareza pela retirada do verbo de seu estado infinitivo e consequente constituição da sentença, contraparte material do enunciado, como já foi indicado anteriormente. Comparemos (53) e (54).

- (53) **DANÇAR 1. Int:** *dançar*. Executar uma dança, i.é, dar passos ou saltos cadenciados (ao som da música); bailar. // Girar (o pião, p. ex.). // (gir.) Não obter êxito; falhar; ter o seu intento frustrado; dar-se mal; sofrer punição: *Não estudando, você vai dar-se mal no Vestibular. Fulano dançou quando a polícia encontrou o roubo em sua casa. Vai ter prova hoje? Então já dancei. Marcou bobeira, dançou.* // **2. Int** ou **TI:** *dançar (em...)*. Balançar, oscilar; agitar-se, sacudir-se: *“O barco oscilava nas ondas” (Aurélio) Dançavam as roupas ao vento (no varal).* // **3. TD:** *dança-lo*. Executar dançando (valsas, tangos, sambas, etc., danças). (LUFT, 2008, p. 161)
- (54) Chegava de camisa vermelha, com gola levantada e ficava num canto tomando cuba-libre enquanto os outros **dançavam**.⁵⁴

A entrada do verbete de dicionário em (53) traz o verbo ‘dançar’ desprovido de traços que o atualizem em enunciação, evidentemente por estar em estado infinitivo. Sousa Dias (1998, p. 101-102), em uma concepção deleuziana de acontecimento (enunciativo) afirma que os verbos exprimem

a mobilidade nômade absoluta do sentido. [...] A forma infinitiva, por sua vez, condensa essa exprimibilidade, esse infinito nomadismo do sentido [...] exprime imediatamente o sentido-acontecimento como movimento virtual absoluto que excede os modos e os tempos [...] exprime o tempo não pulsado flutuante [...].

Assim, ainda que as definições estejam consolidadas na história de enunciações do verbo ‘dançar’, trazendo à tona a multiplicidade de dizeres que constroem o sentido do verbo e determinam a sua regência, o verbete em si não atualiza esses sentidos porque não constitui um acontecimento enunciativo. Diferentemente, as sentenças que integram as definições a título de exemplo, bem como a sentença (54), apresentam o verbo ‘dançar’ em formas finitas,

⁵³ Reportamos aqui, a exemplo do que fez Guimarães (2002), às definições apresentadas por Benveniste (2006) e Ducrot (1984) para enunciação.

⁵⁴ <http://goo.gl/BOZYK>. Acesso: 21/06/2013.

sendo receptor das coordenadas enunciativas de tempo, modo, pessoa, número e aspecto, o que revela a inserção em um acontecimento enunciativo. Naturalmente, não são apenas essas as coordenadas que fazem da forma verbal e, conseqüentemente, da sentença uma peça enunciativa. A própria articulação sintática, ao entrecortar a memória de dizeres dos elementos que a compõem, é representativa do investimento enunciativo sobre a constituição da referência no âmbito da sentença. Observemos a unidade articulada em (55).

(55) (??) Não bebe.

Entendemos que (55) seja uma unidade pouco aceitável no português no que concerne ao pleito do estatuto de sentença afirmativa⁵⁵. A causa dessa baixa aceitabilidade é, notoriamente, o fato de o lugar de sujeito gramatical não apresentar matriz de apontamento. Isso faz com que essa unidade careça de uma anterioridade de predicação que assuma a retirada do verbo de seu estado infinitivo, inviabilizando a consolidação da sentença. Em outras palavras, não se instala uma sentença porque, apesar de o verbo ter sido retirado do seu estado de dicionário, não podemos reconhecer a raiz das coordenadas de enunciação recebidas por ele, já que tais coordenadas não se vinculam a nenhuma base de referência. Assim, o lugar de sujeito gramatical, como tem sido demonstrado, parece ser o lugar sintático proeminentemente comprometido com o eixo enunciativo propriamente dito. Tal lugar instala a anterioridade de predicação, condição para a constituição da sentença, elemento disparador para que o verbo se torne forma verbal, ganhando coordenadas de pessoalidade. Mira Mateus et al (2006, p. 281-282), guardadas as devidas diferenças de abordagem, parecem conferir ao elemento que exerce a função sujeito a proeminência referente ao eixo enunciativo que nós atribuímos ao lugar de sujeito. Para as autoras:

Sujeito é uma das relações gramaticais centrais. Trata-se da relação do predicador a que é dada maior proeminência sintáctica. Nas frases básicas, o constituinte com a relação gramatical de sujeito [...] é a expressão com a função de tópico (i.e, é o sujeito psicológico, assunto acerca do qual se afirma, nega ou questiona o predicado) e é a expressão que desencadeia a concordância verbal (i.e, é o sujeito gramatical). [...]

A proeminência sintático-semântica do sujeito traduz-se: [...] relativamente ao controlo de processos gramaticais, pelo facto de o sujeito ser [...] o controlador categórico da concordância verbal [...]

⁵⁵ Reconhecemos que (55) seja uma sentença aceitável considerando a possibilidade de uma leitura imperativa de segunda pessoa, recorrente no registro oral, e até escrito, em algumas regiões brasileiras.

O segundo eixo enunciativo, que chamaremos de eixo da incidência, reporta-se à instalação do locutor naquilo que diz. Como nos mostra Flores (2010), ao analisar aspectos enunciativos em traços morfológicos de aumentativo, tal eixo enunciativo instala-se em diferentes níveis de análise da língua. Guimarães (2002), ao desenvolver o conceito de cena enunciativa, faz um mapeamento das instâncias envolvidas na conformação desse eixo. Para esse autor, “a relação entre a língua e o falante” se dá em espaços de enunciação, “que são espaços de funcionamento de língua”, decisivos “para se tomar a enunciação como prática política”. Portanto, nesses “espaços de enunciação, os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos, configurados politicamente” (GUIMARÃES, 2002, p. 18-22). As cenas enunciativas, por sua vez, “são especificações locais nos espaços de enunciação”. Nelas há uma “distribuição de lugares de enunciação”, que “são configurações específicas do agenciamento enunciativo para ‘aquele que fala’ e ‘aquele para quem se fala’” (Idem, p. 23). A representação do eixo da incidência está justamente na cena enunciativa, que se constitui, como já falamos anteriormente, pelas facetas do lugar de Locutor (L), do lugar social do locutor (locutor-x) e do lugar de dizer, sendo esse último chamado de enunciador. Façamos, a partir do contraste entre as sentenças a seguir, uma leitura de como essa distribuição de lugares, que se dá na temporalidade própria da enunciação, perpassa a materialidade da língua.

(56) Absurdo: Ronaldo diz “Não se faz Copa do Mundo com hospital”!⁵⁶

(57) Brasil Voluntário [programa do governo] seleciona 50 mil para Copa.⁵⁷

As sentenças (56) e (57) naturalmente se articulam de modo a constituir unidade de referência. Ao analisarmos os efeitos produzidos pela interdeterminação das formações na constituição referencial da sentença completa, chegamos a uma interpretação acerca do agenciamento enunciativo. Em ambas as sentenças, temos um Locutor (L), “afetado pelos lugares sociais autorizados a falar” (GUIMARÃES, 2002, p. 24), mas que se representa como origem do dizer. Em (56), entretanto, se atribui ainda uma citação a Ronaldo. A expressão ‘Absurdo’, que está acoplada à sentença (57), dá visibilidade a um locutor-cidadão, denunciante, que se posiciona no lugar da massa reacionária. Não apenas a FN que intitula a sentença (56) representa esse locutor-cidadão, mas a própria atribuição a outrem do dizer

⁵⁶ <http://goo.gl/h6Kgz>. Acesso: 21/06/2013. Título de um vídeo postado em um sítio da internet

⁵⁷ <http://goo.gl/ydPkU>. Acesso: 21/06/2013. Título de uma notícia veiculada pela *Revista Brasileiros*.

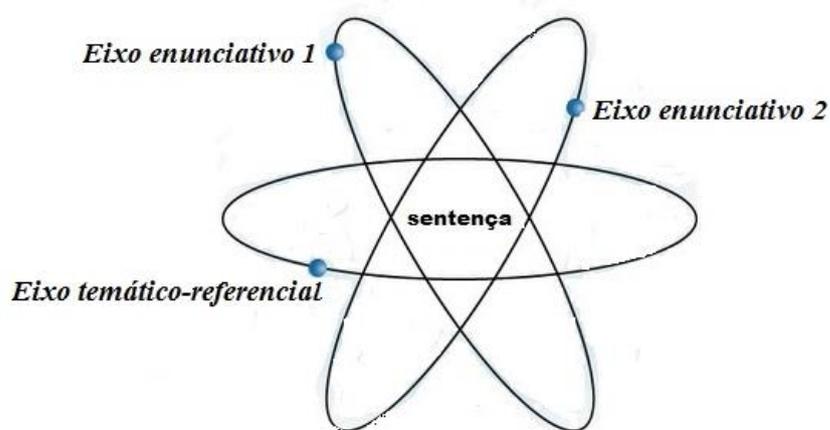
avaliado como absurdo corrobora para construir a representação desse lugar social de dizer. Na sentença (57), em contrapartida, podemos resgatar a figura de um locutor-jornalista, que se coloca como portador de uma informação de interesse público, representando-se como isento de qualquer envolvimento em causa. Quanto ao lugar de dizer, temos que (56) representa um enunciador-individual, que se investe na sentença como sendo aquela a sua opinião, o que está manifesto na FN “Absurdo”. Por outro lado, (57) representa um enunciador-universal, “submetido ao regime do verdadeiro e do falso” (Idem, p. 26), que se coloca como transmissor de uma informação por meio de um veículo que guarda compromisso com a verdade.

Em resumo, como retratamos a partir da análise de (56) e (57), e também em outros pontos deste trabalho, “*as relações dos elementos linguísticos* marcam operações enunciativas que colocam em relação o Locutor com aquilo que ele diz” (GUIMARÃES, 2009, p. 50, grifo nosso). Tais relações entre os elementos linguísticos se materializam, na atualidade do dizer, pela organização sintática das sentenças, e tais elementos linguísticos, por sua vez, são formas construídas sociohistoricamente. Portanto, a sintaxe também seria afetada pela relação que o locutor estabelece com o seu dizer, relação essa que se dá à revelia da necessidade de se ter um caráter mostrado. Quando essa relação é mostrada, ou seja, quando a voz do locutor aparece de forma flagrante, configura-se um fato de incidência. Segundo Guimarães (2009, p. 51), “a incidência é uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida”, o que se verifica na articulação entre a expressão “Absurdo” e o restante da sentença em (56).

Reconhecemos ainda outro aspecto basilar e intrínseco à constituição da sentença, que se distingue dos eixos enunciativos de que falamos até aqui. Estamos remetendo ao caráter fundamentalmente referencial a que o uso da língua não pode se furtar e que, por isso, seria também determinante para as relações sintáticas. Quando falamos, necessariamente falamos de algo, e esse algo é o tema, o esboço da referência, cuja constituição não deixa de estar eivada pelos traços enunciativos que arregimentam o uso da língua. Postulamos, assim, um eixo temático referencial, o qual é implicado pelo efeito de apontamento para o que é exterior à língua, inexoravelmente produzido ao se enunciar, apesar de essa exterioridade ser apreendida somente enquanto exterioridade significada por uma memória de enunciações. O eixo temático-referencial, na medida em que está assentado na ideia de que a constituição da

referência seja um dos propósitos centrais do dizer, deve abranger todos os lugares sintáticos e parece ganhar visibilidade em qualquer um deles.

Acreditamos que o esquema “atômico” apresentado a seguir ilustre de forma consistente o modo como o eixo enunciativo propriamente dito, que representamos como eixo enunciativo 1, o eixo enunciativo da incidência do locutor, que representamos como eixo enunciativo 2, e o eixo temático-referencial se entrelaçam e atuam de forma interdependente na constituição da sentença.



Esquema atômico: eixos constitutivos da sentença

A proposta de investigar o lugar de adjunto adverbial postulando essa confluência de eixos inspirou-se na distinção entre enunciação discursiva e enunciação histórica proposta por Benveniste (2005 [1966]). A primeira se caracteriza pelo emprego dos índices enunciativos que a língua nos oferece, i.e., dos elementos que constituem o aparelho formal da enunciação: os dêíticos, que são os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, os demonstrativos e alguns advérbios de tempo e espaço, além do verbo em tempo presente. Já a enunciação histórica é aquela que dá suporte ao relato, sem intervenção do locutor, ou seja, é a enunciação em terceira pessoa e em tempo passado, que não se vale dos recursos dêíticos.

Considerando o emprego da materialidade linguística, diríamos que a enunciação discursiva traz as formas da língua que sinalizam a sua instância enunciativa, traz uma espécie de autorreferência às coordenadas do próprio dizer, incluindo a perspectiva do locutor. A enunciação histórica, por sua vez, opera sobre um feito de apagamento dessas marcas e remete não ao próprio dizer, mas a uma objetividade exterior ao dizer, privilegiando a

dimensão referencial da língua. Acreditamos, enfim, que essa distinção proposta por Benveniste (2005 [1966]) é motivadora para que se produza uma explicação sobre o modo como as dimensões enunciativa e referencial se investem na sintaxe, uma explicação que tome o “aparelho formal da enunciação” como ponto de partida, mas vá além, mostrando como essas dimensões sustentariam a configuração dos lugares sintáticos.

Em síntese, postulamos que a sentença seria constitutivamente perpassada pelos eixos enunciativo 1, enunciativo 2 e temático-referencial. Esses eixos, como mostra o esquema “atômico” apresentado aqui, estariam amalgamados na construção simbólico-material da sentença e se distinguiriam no modo como sobrelevam em cada um dos lugares sintáticos por uma questão de proeminência, e não por uma questão de exclusividade ou exclusão. Postulamos que a confluência desses eixos na constituição da sentença explicita a interface entre as dimensões simbólica e material da língua e, conseqüentemente dá subsídios às propostas desenvolvidas adiante, ao longo deste capítulo. No caso, focalizamos a sentença como contraparte material, especialmente o lugar de adjunto adverbial em contraste com os lugares de sujeito e de objeto.

4.2 SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO LUGAR DE ADJUNTO ADVERBIAL

4.2.1 Considerando a proeminência do eixo enunciativo 2

O lugar de adjunto adverbial parece ser um dos lugares privilegiados para o investimento da perspectiva do locutor naquilo que se enuncia. Tal propriedade revelar-se-ia de forma mais evidente pela relativa mobilidade que uma FAdv parece ter na ordenação da sentença. O posicionamento de um elemento dentro da sentença, qualquer que seja o lugar sintático ocupado por ele, pode receber a princípio duas justificativas. Primordialmente, a posição de um elemento justifica-se por favorecer a integração semântica entre as unidades que compõem a sentença, uma vez que a adjacência direciona o escopo de um elemento sobre outro. Observemos como isso funciona no par de sentenças a seguir.

(58) a- Piqué cobra [pênalti] e Shakira fica tensa **de longe**.⁵⁸

⁵⁸ Esta sentença foi a chamada de uma notícia veiculada em um sítio de atualidades na internet. A chamada refere-se à cobrança de um pênalti feita pelo zagueiro da seleção espanhola na disputa por pênaltis entre Espanha e Itália pela semifinal da Copa das Confederações no Brasil, e refere-se também à reação esboçada, no momento da cobrança, pela cantora e companheira do jogador, Shakira, que estava presente no estádio assistindo à partida.

b- Piqué cobra [pênalti] **de longe** e Shakira fica tensa.

Em (58), mostramos FAdv ‘de longe’ em duas posições distintas. No primeiro caso, (58a), ‘de longe’ está imediatamente após o predicado ‘fica tensa’, sendo assim o escopo da FAdv incide sobre esse predicado. Diferentemente, em (58b) avizinhamos a mesma FAdv ao predicado ‘cobra [pênalti]’, determinando o seu escopo sobre esse predicado. Adiciona-se à função integrativa, o reposicionamento dos elementos na sentença a serviço da marcação de foco. Vejamos:

(58) c- **De longe**, Piqué cobra [pênalti] e Shakira fica tensa

d- Piqué cobra [pênalti] e, **de longe**, Shakira fica tensa.

No caso de (58c) e (58d), a FAdv ‘de longe’ é colocada em posição inicial, respectivamente, na primeira e na segunda unidade oracional que compõe a sentença. Ao posicionarmos essa FAdv no início de cada oração, continuamos a seguir o preceito básico da integração semântica, que governa a ordem dos elementos na sentença, tanto que, em ambos os casos, a FAdv tem escopo sobre a unidade oracional que inicia e não sobre a outra. Entretanto, na medida em que ‘de longe’ se revela como elemento deslocado, estabelecendo um contraste com a regularidade sintática que coloca o elemento ocupante do lugar de sujeito em posição inicial, e não o elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial, de fato podemos observar que a função de demarcar qual é o foco da sentença agrega-se à função integrativa do posicionamento da FAdv.

Até então mostramos a migração de elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial para a posição inicial da sentença ou da unidade oracional. Em tese, esse potencial de deslocar-se para a posição de tópico não configura um privilégio desse lugar sintático, já que o lugar de sujeito tem essa posição como não marcada e o lugar de objeto igualmente pode migrar para essa posição, sendo marcado como foco da sentença. Em termos de mobilidade dentro da sentença, o que nos parece ser o distintivo do lugar de adjunto adverbial, justificando o atributo de lugar privilegiado para a aderência do segundo eixo enunciativo, é o fato de esse lugar poder se alocar em posições intermediárias, arranjo que parece pouco produtivo, ou comparativamente menos produtivo, para os lugares de sujeito e de objeto. Vejamos o que os exemplos a seguir nos mostram.

- (58) e- Piqué, **de longe**, cobra [pênalti] e Shakira fica tensa
 f- Piqué cobra [pênalti] e Shakira, **de longe**, fica tensa.
- g- (?) [Pênalti] cobra **Piqué** e tensa fica **Shakira** de longe./(?) Cobra Piqué e tensa fica Shakira de longe.
- h- (??) Cobra **Piqué** [pênalti] e fica **Shakira** tensa de longe./ (??) Cobra Piqué e fica **Shakira** tensa de longe

Temos em (58e) a (58h) o deslocamento para uma posição intermediária. Ora submetemos ao teste o elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial, ‘de longe’, ora os elementos ocupantes do lugar de sujeito, ‘Piqué’ e ‘Shakira’, e ora o que seria o elemento ocupante do lugar de objeto, ‘pênalti’, ou do tradicional predicativo do sujeito, ‘tensa’. Observamos que o deslocamento da FAdv para uma posição intermediária, i.e., para uma posição entre o sujeito e a forma verbal ou entre a forma verbal e o objeto ou o predicativo do sujeito, não produz qualquer efeito de estranhamento nas sentenças (58e) e (58f). Entretanto, se fazemos uma inversão completa, como em (58g), colocando o sujeito em posição imediatamente pós-verbal e o objeto ou predicativo do sujeito em posição imediatamente pré-verbal, a interpretação da sentença contrai um efeito de estranhamento. E supomos que o grau do efeito de estranhamento tende a aumentar, como vemos em (58h), se o elemento ocupante do lugar de sujeito rompe a adjacência entre a forma verbal e o elemento ocupante do lugar de objeto ou de predicativo do sujeito. Essa suposta elevação no grau de estranhamento da sentença explica-se pelo fato de o rompimento dessa adjacência comprometer a integração semântica entre forma verbal e objeto ou predicativo do sujeito, e torna-se ainda mais perceptível se fazemos a leitura da sentença considerando o silêncio sintático no lugar de objeto da forma verbal ‘cobrar’.

A mobilidade do elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial, favorável à incidência do locutor no dizer, deve-se ao distintivo formal, à preposição, que se apresenta na constituição da FAdv. Acoplado a esse distintivo formal apresenta-se o distintivo semântico, qual seja, a constituição de uma referência em perspectiva. Falamos em constituição de uma referência em perspectiva ao discutirmos a constituição de uma formação morfossintática encabeçada por preposição, em nosso segundo capítulo (ver seção 2.5.2). Para retomarmos essa ideia, consideremos (59) e (60).

- (59) L1 – olha... **na feira**... nós não achamos muita graça não...

L2 – ah... falando em feira... é porque:::.... a mamãe amanhã vai **na:: Casa Cor...**

L1 – não... **Casa Cor** não...

L2 – **Casa Cor** não... **Grupo Corpo...**

L1 – ah... **Grupo Corpo...** vai ter... uma apresentação...⁵⁹

- (60) **A CASA COR** é o maior evento de arquitetura e decoração das Américas e o segundo do mundo.⁶⁰

Na ocasião em que tratamos da constituição das expressões encabeçadas por preposição, que seriam as formações preposicionadas (FPreps) e as FAdvs, afirmamos que tais expressões seriam empregadas na constituição de uma referência em perspectiva, subsidiária do cenário constituído pela sentença. Para entendermos o que significa esse distintivo semântico das formações encabeçadas por preposição, observemos o contraste entre as formações destacadas em (59) e (60). Na sentença ‘a mamãe amanhã vai na Casa Cor’, a FAdv ‘na Casa Cor’ produz um recorte de referência, traz uma exterioridade significada sob a perspectiva de um locativo. A FN ‘a Casa Cor’, na sentença em questão, apresenta uma espécie de traço funcional – a preposição – que a envolve na empreitada não de referir à entidade nomeada como *Casa Cor*, que emergiria como entidade significada por um histórico de enunciações que perpassam a FN ‘Casa Cor’, mas de investir esse histórico de enunciações na instalação de um cenário sobre o qual está abancada a referência constituída pela sentença como um todo. Esse seria, portanto, o processo de constituição de referência em perspectiva.

Tal referência em perspectiva se mantém ao logo das ocorrências de ‘Casa Cor’ e ‘Grupo Corpo’ no excerto de diálogo reportado em (59), ainda que se verifique o apagamento da preposição nas três últimas falas. Ou seja, dentro da conversa travada entre L1 (locutor 1) e L2 (locutor 2), tais FAdvs são subsidiárias da referência constituída pelas sentenças em que estão inseridas, implantam o cenário que dá sustentação a essa referência.

Em (60), de outro modo, temos a FN ‘A CASA COR’, que produz um efeito de apontamento para uma exterioridade que ganha pertinência como realidade significada pelo histórico de

⁵⁹ Trecho de transcrição de dados de conversação espontânea extraída do corpus analisado no seguinte trabalho: DA MATTA, Beatriz Augusto (2005). *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional em português*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. 302 p. (<http://goo.gl/GZ4vM>. Acesso: 29 de novembro de 2012.)

⁶⁰ <http://www.casacor.com.br/>. Acesso: 30/06/2013.

dizeres que recortam a nomeação *Casa Cor*, cerceando um campo de emergência de sentidos associados à arquitetura e à decoração. A diferença entre (59) e (60) está precisamente no fato de que, no exemplo em (60), ‘a Casa Cor’, desprovida de marca funcional, produz referência a uma entidade significada pelo dizer e apreendida por um efeito de apontamento, ao passo que em (59), temos uma FAdv que consolida a implementação de uma referência de sustentação, uma referência que coloca *Casa Cor* como pano de fundo, espaço em que se encontra suporte para a referência constituída na articulação da sentença.

Como podemos observar, as FAdv têm a sua identidade marcada por um distintivo formal e semântico. Esse distintivo marca um distanciamento entre FAdv e FN, o que torna as FAdv propícias a estabelecer integração semântica em diferentes espaços da ordenação sintática. Essa disposição revela-se, no nível da organização dos elementos na sintaxe da língua, como recurso de interação do locutor com o dizer. Vejamos mais uma sequência em que a permuta dos elementos constituintes indica a relevância do distintivo das FAdv.

- (61) a- José OBJ, Laura SUJ conheceu nas férias ADJ.
 b- Laura SUJ, nas férias ADJ, conheceu José OBJ.
 c- Laura SUJ conheceu, nas férias ADJ, José OBJ.
 d- (??) Conheceu Laura SUJ José OBJ nas férias ADJ.
 e- (??) Laura SUJ José OBJ conheceu nas férias ADJ.

Podemos afirmar que as sentenças em (61) conformam a mesma sintaxe, uma vez que elas são constituídas pela articulação dos mesmos lugares sintáticos, a saber, de sujeito (SUJ), de objeto (OBJ) e de adjunto adverbial (ADJ), sendo ocupados pelas mesmas FNs e FAdv, além de serem constituídas pela mesma forma verbal. O que as distingue é tão somente a disposição dos lugares sintáticos na ordenação da sentença.

O elemento ocupante do lugar de sujeito, a FN ‘Laura’, posiciona-se antes da forma verbal em todas as sentenças que não produzem um efeito de estranhamento. Em (61a) e (61c), a FN-sujeito está imediatamente antes, estabelecendo uma relação de contiguidade favorável à integração semântica entre sujeito e forma verbal. Em (61b), está alocado em posição intermediária, entre sujeito e forma verbal, a FAdv ‘nas férias’. Essas três sentenças corroboram a regra de identificação do sujeito apresentada por Perini (2010, p. 69), segundo a

qual “se houver mais de um SN [na constituição da sentença], então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo”⁶¹.

Em contrapartida, o deslocamento da FN-sujeito para uma posição pós-verbal produz uma sentença pouco aceitável no português⁶², como vemos em (61d) e (61e). Já a FN-objeto, ‘José’, pode figurar em posição pré-verbal, sendo topicalizado como em (61d), e constitui uma sentença aceitável ao permanecer em posição pós-verbal sendo interceptado por um adjunto adverbial, como em (61c). Isso nos mostra que a mobilidade da FAdv ‘nas férias’ não interfere na aceitabilidade da sentença, indicando que a relação entre lugar sintático e posição na ordenação da sentença, a relação *site-place*, retomando à terminologia de Milner (1989), é frágil se comparada a essa mesma relação aplicada aos lugares de sujeito e de objeto. Estes últimos lugares têm um bom trânsito entre a sua posição de recorrência e a posição de tópico, mecanismo que revela o potencial de incidência do locutor na demarcação de foco da sentença. Quanto ao lugar de adjunto adverbial, entretanto, apesar de aparecer de forma não marcada na posição final, a identidade contraída com essa posição não se impõe de forma a interferir no grau de aceitabilidade da sentença. Essa fragilidade da agregação entre lugar sintático e posição na ordenação da sentença confere ao lugar de adjunto adverbial um potencial multifacetado, favorecendo a inserção da perspectiva do locutor no dizer.

As sentenças do par (61d) e (61e), seriam categorizadas como pouco aceitáveis pelo português porque colocamos, respectivamente, entre a forma verbal e o objeto ou entre a forma verbal e o sujeito, elementos ocupantes de outro lugar sintático igualmente arraigado a sua posição na ordem da sentença. Assim, a FN ocupante do lugar de sujeito serve de barreira para a integração entre o elemento ocupante do lugar de objeto e a forma verbal na sentença (61d), enquanto na sentença (61e) ocorre exatamente o inverso. Essa interferência mútua se coloca como obstáculo porque a FN-sujeito e a FN-objeto não possuem um distintivo semântico, tampouco um distintivo formal, que as identifiquem com o lugar que ocupam. Os elementos ocupantes do lugar de sujeito e dos lugares de objeto ou predicativo do sujeito (58g) “(?) [Pênalti] _(OBJ) cobra Piqué _{SUJ} e tensa _{PRED} fica Shakira _{SUJ} de longe _{ADJ}”, por sua vez, apresentam essa distinção semântica, resultando na determinação de que a FN ‘Piqué’ seja mais adequada ao lugar de sujeito associado ao verbo ‘cobrar’ que a FN ‘pênalti’, assim como a FN ‘Shakira’ é mais adequada ao lugar de sujeito articulado ao verbo ‘ficar’ do que a

⁶¹ Para os efeitos da presente explicação, SN equivale a FN.

⁶² Entendemos como pouco aceitável uma sentença que se distancia grandemente do que está conformado nas regularidades da língua e que, por isso, é percebida com estranhamento por um falante nativo.

expressão adjetiva ‘tensa’. Se essa distinção não é suficiente para evitar o efeito de estranhamento provocado pela permuta dessas FNs no espaço da sentença, ela impede que as sentenças resvalém para o campo da não aceitabilidade.

Essa comparação que coloca (58g) de um lado e (58d) e (58e) de outro explicita a relevância do distintivo semântico e formal para que possamos interpretar os elementos deslocados. Encontramos nesses distintivos um traço favorável à mobilidade desse lugar sintático, e diríamos que esse lugar está relativamente aberto à mobilidade instada pela perspectiva que o locutor investe sobre o dizer. O fato de certas posições se firmarem como regularidade, por motivo de integração semântica, configura-se como um ponto de contraste para que o locutor invista na sua relação com o próprio dizer, colocando o foco sobre o elemento deslocado da posição padronizada pelas regularidades de uso da língua.

Tendo empreendido uma reflexão sobre a mobilidade da FAdv na ordenação da sentença, admitimos que esse seja um recurso corrente de demarcação de foco da sentença. Por isso, admitimos também que tal recurso mostra que o eixo enunciativo de incidência do locutor atravessa a organização sintática da sentença. Contudo, as sentenças com FAdv deslocada ainda representam um nível baixo na escala de proeminência do eixo enunciativo 2 no lugar de adjunto adverbial, pois elas conferem visibilidade à incidência do locutor apenas indiretamente.

Voltemos ao exemplo (56), “Absurdo: Ronaldo diz ‘Não se faz Copa do Mundo com hospital’”. A essa sentença, está acoplada a expressão avaliativa ‘Absurdo’, que categoriza o teor da informação apresentada após o sinal de dois pontos. A relação que se estabelece entre essa expressão e a sentença estaria balizada em uma articulação de natureza propriamente incidente, na medida em que se constitui “uma relação entre um elemento e outro sem uma relação de dependência estabelecida” (GUIMARÃES, 2009, p. 51). A referida expressão avaliativa, na medida em que conduz uma intervenção mostrada do locutor, representaria um alto nível na escala de proeminência do eixo enunciativo 2.

Podemos observar a produtividade desse mecanismo de instalação da perspectiva do locutor no lugar de adjunto adverbial também nas sentenças (62) e (63), que servem de abonação para os verbetes ‘em desespero de causa’ e ‘em cima da bucha’ do *Dicionário informal Online*.

Nas sentenças a seguir, as FAdvs destacadas também consubstanciam uma perspectiva mostrada do locutor, estabelecendo, portanto, uma articulação por incidência.

- (62) Fulano, **em desespero de causa**⁶³, mudou-se daquela casa.
 (63) O velho amigo me respondeu indiretamente, mas **em cima da bucha**⁶⁴.

As FAdvs ‘em desespero de causa’ e ‘em cima da bucha’, revelam uma avaliação do locutor sobre as condições em que se deu a mudança referenciada em (62), e sobre o modo como se deu a resposta referenciada em (63). Vale lembrar que, muito embora o locutor seja de fato o reflexo da figura de um falante, ao inserir a sua perspectiva no dizer, não o faz como uma figura empírica. Antes, por estar inexoravelmente submetido a “uma deontologia específica dos lugares de enunciação” (GUIMARÃES, 2002, p. 23), o falante só entra na língua como “uma figura política constituída pelos espaços de enunciação” (Idem, p. 18). Ainda que se representem como enunciadores individuais, que se representem como enunciadores que falam de um lugar independente da história, as incursões materializadas pelas FAdvs destacadas em (62) e (63) e pela expressão ‘Absurdo’, em (56), conferem visibilidade à concepção apontada pela semântica da enunciação de que falar é fazer-se sujeito em um determinado campo da memória de sentidos (ORLANDI, 1999 apud GUIMARÃES, 2002). Assim, o locutor que fala em (56) denuncia a sua posição sujeito no campo da memória de sentidos sobre a Copa das Confederações de 2014, precisamente na região dessa memória identificada pela resistência, pela crítica à postura do Brasil, que destinou elevado montante de recursos ao financiamento de obras de infraestrutura para sediar a competição. Do mesmo modo, as FAdvs ‘em desespero de causa’ e ‘em cima da bucha’, acusam um locutor que, ao posicionar-se a respeito do que diz, coloca-se como sujeito filiado a uma memória de sentidos, como sujeito que ganha identidade precisamente ao falar de uma região dessa memória de sentidos. Vejamos adiante mais dois exemplos.

- (64) A questão que se coloca agora é responder, **sinceramente**, como você aproveitou o período.⁶⁵
 (65) Serão confrontos que nos darão, **sinceramente**, a chance maior de observação, do que se tivesse só um grande adversário.⁶⁶

⁶³ “Expressão popular que significa: como última tentativa; como última esperança.” (<http://goo.gl/igOrW>. Acesso: 29/10/2012).

⁶⁴ “Expressão popular que significa: resposta precisa, certa, rápida e que não deixa margem para a dúvida.” (<http://goo.gl/1qZ4j>. Acesso: 23/06/2013).

⁶⁵ <http://goo.gl/GqBTR>. Acesso: 23/06/2013.

As FAdvS em destaque nas sentenças (64) e (65) nos permitem vislumbrar dois diferentes modos de incidência do locutor no dizer. Na primeira sentença, a FAdv ‘sinceramente’ tem escopo sobre a forma verbal ‘responder’, assim como as FAdvS destacadas em (62) e (63). Nesses casos, portanto, a incidência do locutor se dá sobre o dito, com o propósito de modelar a referência, o cenário que se constitui na sentença. Diferentemente, em (65) a incidência do locutor tem escopo sobre o próprio dizer, extrapolando os limites da produção de perspectiva sobre a referência, o locutor demarca o seu lugar de enunciador individual. Na FAdv ‘sinceramente’, em (65), o locutor não apenas incide sobre o dizer representando-se como origem desse dizer, mas se representa como aquele que detém o controle sobre esse dizer. Enfim, podemos afirmar que em (64) a incidência do locutor marcada pela FAdv ‘sinceramente’ tem escopo sobre o eixo temático-referencial da sentença, ao passo que a incidência do locutor marcada pela mesma FAdv em (65) tem escopo reflexivo sobre o eixo enunciativo 2, i.e., a um só tempo torna flagrante a representação do locutor que se coloca no lugar de enunciador individual e incide sobre essa representação.

Nesse sentido, ao propormos uma gradação da proeminência do eixo enunciativo 2 sobre as FAdvS, alocamos a ocorrência de ‘sinceramente’ em (65) em um nível mais alto de proeminência desse eixo do que a ocorrência dessa FAdv em (64). A inserção das ocorrências na escala ocorre segundo o caráter difuso ou concentrado da proeminência da FAdv, o que podemos diagnosticar a partir do tipo de articulação que ela estabelece na sentença, do escopo da incidência que ela projeta. A FAdv ‘sinceramente’, em (65), teria proeminência concentrada no eixo enunciativo 2, condição que a coloca como mais agregada a esse eixo do que a FAdv ‘sinceramente’ em (64). Esta última apresenta proeminência difusa, agregando-se tanto ao eixo enunciativo 2, por marcar a incidência do locutor sobre o dizer, quanto ao eixo temático-referencial, pelo fato de o escopo da avaliação incidir sobre a referência constituída no âmbito da forma verbal ‘responder’. Aproxima-se do perfil apresentado pela FAdv ‘sinceramente’ em (64), a FAdv ‘em cima da bucha’ em (63), pois esta última também apresenta proeminência difusa, distribuída entre os eixos temático-referencial e enunciativo 2. Ambas apresentam o modo como os processos referidos pelas formas verbais das respectivas sentenças se desenrolam. Outro exemplo de FAdv que apresenta indícios de proeminência difusa é ‘em desespero de causa’, da sentença (62). A proeminência dessa FAdv dividir-se-ia também entre os eixos enunciativo 2 e temático-referencial, instalando-se com mais força,

⁶⁶ O técnico da seleção brasileira fala dos adversários de grupo do Brasil na Copa das Confederações de 2013. <http://goo.gl/LyKkE>. Acesso: 20/06/2013.

entretanto, no eixo enunciativo 2, já que o ponto de vista do locutor parece bastante marcado nessa expressão. Com menos força a proeminência se efetiva no eixo temático-referencial, uma vez que a FAdv em questão apresenta uma espécie de explicação para a ação descrita na sentença, explicação essa fortemente regulada por um ponto de vista do locutor. Vejamos mais dois exemplos, em um dos quais podemos notar que a proporção de força da proeminência nos eixos enunciativo 2 e temático-referencial se inverte se comparada a leitura que fizemos da FAdv em ‘em desespero de causa’.

(66) Maria [...], precursora nas decisões judiciais em favor de casais homossexuais, foi entrevistada, falando **lindamente** sobre o tema.⁶⁷

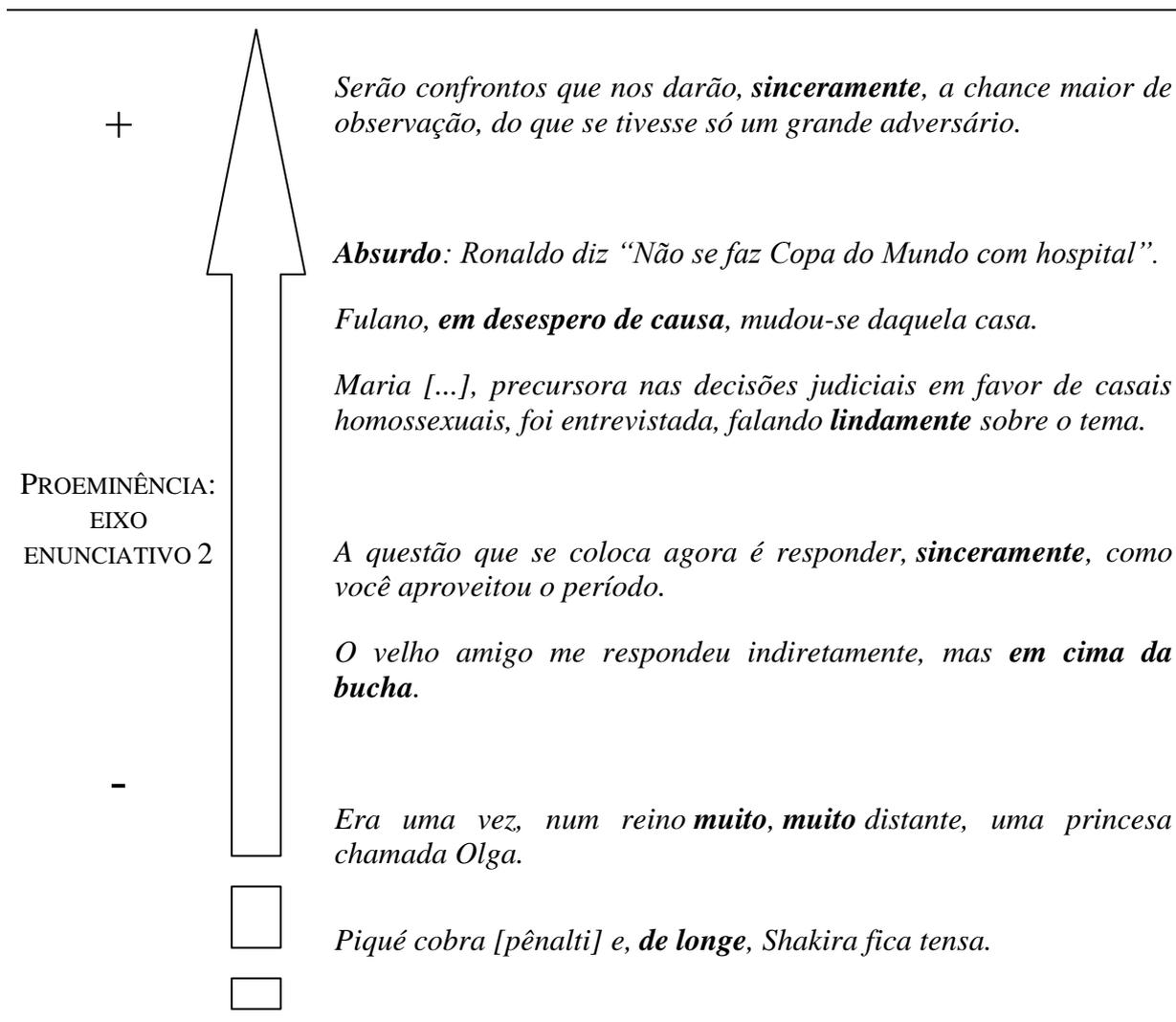
(67) Era uma vez, num reino **muito, muito** distante, uma princesa chamada Olga.⁶⁸

As FAdv destacadas em (66) e (67) conformam, ambas, proeminência difusa entre os eixos enunciativo 2 e temático-referencial, diferenciando-se quanto ao grau que essa proeminência penderia para um ou outro eixo. A FAdv ‘lindamente’, apesar de ter escopo sobre a referência da forma verbal ‘falando’, direcionando o modo como se dá o processo referido por essa forma verbal, é investida de elevado teor de subjetividade. A proeminência do eixo enunciativo 2 investida em ‘lindamente’ revela com clareza, inclusive, o ponto de vista do locutor, que fala do lugar de sujeito defensor da causa e dos direitos dos casais homossexuais, ou seja, que fala de uma região específica da memória de sentidos. Assim, diríamos que a FAdv em análise agrega-se com força equivalente, i.e., apresenta proeminência equilibrada entre os eixos enunciativo 2 e temático-referencial. A FAdv ‘muito, muito’, em contrapartida, tem escopo sobre a expressão adjetiva ‘distante’ e também se compromete proeminentemente com os dois eixos em questão. Diríamos, contudo, que a FAdv se agrega com mais força ao eixo temático-referencial, visto que a FAdv ‘muito, muito’ não se apresenta claramente associada a juízo de valor, e com menos força ao eixo enunciativo 2, muito embora a escala de intensidade entre muito e pouco determina uma apreciação subjetiva da realidade significada.

Apresentamos a seguir um contínuo em que se distribuem as sentenças analisadas nesta seção considerando, a maior ou menor força de proeminência do eixo enunciativo 2 sobre a configuração da FAdv.

⁶⁷ <http://goo.gl/tfleR>. Acesso: 20/06/2013.

⁶⁸ <http://goo.gl/zJLgk>. Acesso: 20/06/2013.



Contínuo +/- proeminência do eixo enunciativo 2 na FAdv

Como afirmamos, o escalonamento das FAdvS em um contínuo de maior e menor proeminência do eixo enunciativo 2, utiliza como critério a avaliação do caráter difuso ou concentrado da proeminência. Nesse ponto estabelecemos um diálogo com a caracterização dos constituintes adverbiais opcionais, chamados de satélites, apresentada por Dik et al (1990). Dentro do quadro teórico de uma gramática funcionalista, esses autores partem da concepção de que a sentença é “uma unidade hierarquicamente estruturada constituída por algumas camadas de complexidade crescente”, e os satélites são considerados “como acréscimos opcionais a uma camada específica da estrutura hierárquica da sentença”⁶⁹ (DIK et al, 1990, p. 25, tradução nossa). De acordo com a camada sobre a qual os satélites têm escopo, eles são classificados em quatro tipos: (i) satélites do predicado (*predicate satellites*);

⁶⁹ No original: [...] [the clause] as a hierarchically structured unit consisting of several layers of increasing complexity [...] [satellites] will be considered as optional additions to a specific layer in the hierarchical structure of the clause.

(ii) satélites da predicação (*predication satellites*); (iii) satélites proposicionais (*proposition satellites*); e (iv) satélites ilocucionários (*ilocutionary satelllites*) (HENGEVELD, 1989 apud DIK et al, 1990)⁷⁰. Os elementos adverbiais em destaque nas sentenças a seguir trazem um ilustrativo de cada um desses tipos de satélite.

- (68) a- Maria dançou **lindamente**. / Ela beijou sua mãe **na bochecha**.
 b- Maria dançou lindamente **ontem**. / Ela beijou sua mãe **na plataforma**.
 c- Maria **provavelmente** dançou lindamente ontem.
 d- **Francamente**, provavelmente Maria dançou lindamente ontem.⁷¹

Os elementos adverbiais em (68a), ‘lindamente’ e ‘na bochecha’, constituiriam satélites do predicado porque têm escopo apenas sobre a forma verbal com a qual se articulam. Já em (68b), teríamos satélites cujo escopo se estende a todo o predicado, por isso ‘ontem’ e ‘na plataforma’ seriam classificados como satélites da predicação. O elemento adverbial ‘provavelmente’, em (68c) exemplificaria um satélite que tem escopo sobre a proposição, já que materializa uma atitude do falante sobre o conteúdo do que diz. Diferentemente, a expressão ‘francamente’ representaria um satélite ilocucionário, que modifica o ato de fala.

O diálogo que estabelecemos com a estratificação descrita por Dik et al (1990) se dá justamente pela coincidência dos chamados satélites ilocucionários com as FAdvS alocadas no extremo mais elevado do contínuo de proeminência do eixo enunciativo 2. Essa coincidência deve-se ao fato de fazermos uso do critério da proeminência concentrada e da proeminência difusa. As FAdvS cujo escopo se dá unicamente sobre o próprio dizer, i.e., que apresentam proeminência concentrada no eixo enunciativo 2, tornam mais evidente a incidência do locutor e, por isso, são alocadas no extremo indicativo de maior proeminência.

As demais FAdvS que são alocadas na escala de proeminência do eixo enunciativo 2 abaixo do nível extremo, de maior proeminência, apresentam proeminência difusa, já que se dividem entre os eixos enunciativo 2 e temático-referencial. Essas FAdvS não apresentam correspondência direta entre as outras três camadas descritas pela gramática funcional. Entretanto, na medida em que as camadas referentes ao predicado, à predicação e à proposição carregam um compromisso com o eixo temático-referencial que fundamentalmente perpassa a sentença, as FAdvS que teriam escopo sobre essas camadas,

⁷⁰ Hengeveld, K. (1989) Layers and operators in functional grammar. *Journal of Linguistics* 25, p. 127-157.

⁷¹ Essas sentenças foram apresentadas em Dik et al (1990) para exemplificar a sua explanação.

estariam distribuídas em uma zona inferior àquela das FAdv de proeminência concentrada. Para essas FAdv, que não apresentam proeminência concentrada no eixo enunciativo 2, utilizamos o critério da força de proeminência a fim de determinar sua distribuição no contínuo. No quadro a seguir, representamos a força de proeminência por meio de uma sequência de asteriscos (* * * * *) e designamos por “processo” a referência constituída pelo predicado.

FAdv	Proeminência concentrada: eixo enunciativo 2	
<i>Sinceramente</i>	* * * * *	
FAdv	Proeminência difusa	
	Eixo enunciativo 2	Eixo temático-referencial
<i>Absurdo</i>	* * * * (avaliação da referência constituída na sentença como um todo)	*
<i>em desespero de causa</i>	* * * (interpretação da causa do processo)	* *
<i>Lindamente</i>	* * * (apreciação do modo do processo)	* *
<i>Sinceramente</i>	* * (avaliação do modo do processo)	* * *
<i>em cima da bucha</i>	* * (avaliação do modo do processo)	* * *
<i>muito, muito</i>	* (julgamento de intensidade)	* * * *

Representação da força de proeminência do eixo enunciativo 2 na FAdv

4.2.2 Considerando a proeminência do eixo temático-referencial

Como dissemos no início deste capítulo, o eixo temático-referencial atravessa fundamentalmente toda a constituição da sentença, tendo em vista que todo dizer se mobiliza em função do objeto desse dizer. Assim, falar em proeminência do eixo temático enunciativo-referencial em um dos lugares sintáticos não passa por uma verificação se o lugar sintático guarda um compromisso com esse eixo, mas por uma análise de como esse lugar se configura

na constituição temático-referencial da sentença. Esse é, portanto, o empreendimento que nos propomos a fazer em relação ao lugar de adjunto adverbial.

Alguns trabalhos desenvolvidos até então no campo da sintaxe de bases enunciativas têm analisado a configuração da referência no âmbito dos lugares de sujeito gramatical e de objeto, considerando o investimento de cada um desses lugares para a determinação do modo de enunciação da sentença em que eles se inserem.

Segundo o modo de enunciação em que estão configuradas, as sentenças se distribuem em um contínuo margeado por extremos que descrevem uma referência mais especificadora, de um lado, e que descrevem uma referência mais generalizadora, chegando até a genericidade proverbial, de outro. Nessa perspectiva, os lugares de sujeito gramatical e de objeto assumem uma identidade interveniente e compatível com o modo de enunciação da sentença em que estão inseridos. Assim, os trabalhos que procuram caracterizar esses lugares sintáticos estabelecem, por exemplo, uma relação explicativa entre a configuração de uma sentença em modo de enunciação proverbial, como “Quem avisa amigo é”, e a configuração de um sujeito perfil, cuja FN está encabeçada pelo pronome relativo ‘quem/aquele que’. Da mesma forma, a configuração referencial de uma sentença em modo de enunciação mais especificador, como “A Petrina do apto 501 do prédio 1001 da Paulista viu todo o confronto entre policiais e manifestantes” pode ser explicada pelo restrito escopo de referência da FN ‘A Petrina do apto 501 do prédio 1001 da Paulista’, que ocupa o lugar de sujeito gramatical. No caso da configuração do lugar de objeto, a relação entre o escopo de referência no lugar sintático e o modo de enunciação da sentença parece ser menos determinante. Ainda assim, são pertinentes análises que avaliam, por exemplo, como contribui a matriz de apontamento sustentada pela não ocupação do lugar de objeto em “Quem planta colhe” para a configuração dessa sentença em um modo de enunciação proverbial.

Além de analisar, como demonstramos, a sintonia entre a amplitude da referência que se constrói no escopo do lugar e no âmbito maior da sentença, outra tendência consiste em selecionar uma determinada faixa do contínuo dos modos de enunciação, ao invés de percorrer todo o contínuo, e observar as diversas repercussões que a referência constituída no âmbito do lugar sintático podem projetar para a configuração referencial das sentenças que estão situadas na faixa do contínuo que foi delimitada para análise. Ladeira (2010), como vimos, investe no escalonamento da referência indeterminada configurada diferentemente

segundo o tipo de projeção que se constrói pelas diversas matrizes de apontamento instaladas no lugar de sujeito gramatical.

O recurso metodológico representado no contínuo dos modos de enunciação parece não se aplicar ao lugar de adjunto adverbial do mesmo modo que o empregamos para a análise dos lugares de sujeito e de objeto. Em outras palavras, a relação entre a matriz de apontamento que se instala no lugar de adjunto adverbial e a referência constituída na sentença como um todo tende a ser diversa da relação que se estabelece entre a matriz de referência do lugar de objeto e a configuração do modo de enunciação da sentença. E, principalmente, tende a ser diversa da relação de determinação que se estabelece entre a matriz de referência no escopo do lugar de sujeito e a configuração do modo de enunciação da sentença. A fim de darmos visibilidade a essa questão, comparemos as sentenças em (69).

- (69) a- Lívia paga muitos impostos **no Brasil**
 b- Pague seus impostos corretamente **no Brasil** e não seja surpreendido pelo leão.
 c- Aquele que paga impostos **no Brasil** merece recompensa social.
 d- Quem paga merece recompensa.

As sentenças (69a) a (69d) se distribuem no contínuo dos modos de enunciação, indo da constituição de uma referência mais específica à constituição de uma referência mais genérica, de natureza proverbial, exatamente na ordem em que estão listadas. A distribuição das sentenças na escala dos modos de enunciação, como temos dito, estaria relacionada à natureza da matriz de apontamento que se constitui no escopo do lugar de sujeito. O lugar de objeto, por sua vez, embora seja menos proeminente do que o lugar de sujeito na configuração do modo de enunciação da sentença, mostra-se interveniente na determinação do direcionamento referencial da sentença. Em (69a) a (69c), a FN ‘impostos’ constitui um recorte na memória de dizeres do verbo ‘pagar’, produzindo um direcionamento que atualiza o sentido de *pagar* como “dar o preço estipulado por (coisa vendida ou serviço feito)” ou ainda “descontar (do que se há de entregar) a parte que é devida”⁷². Se a ocupação do lugar de objeto fosse outra, teríamos proporcionalmente outro direcionamento para a referência atualizada pelo verbo ‘pagar’, que tem em seu arcabouço sentidos como “sofrer

⁷² Definições extraídas do verbete ‘pagar’ do *Dicionário Priberam de Língua Portuguesa*. (<http://goo.gl/iiKGC>. Acesso: 20/06/2013).

as consequências (ex.: *pagar os erros*)”, “ser castigado em lugar de outrem (ex.: *paga o justo pelo pecador*)” ou ainda “satisfazer (uma dívida, um encargo)”⁷³. Se os exemplos em (69a) a (69c) mostram que a matriz de apontamento do lugar de objeto atua no sentido de determinar a direção da referência constituída na sentença, o silêncio sintático no lugar de objeto da sentença proverbial em (69d), configurando um amplo escopo de referência, deixa evidente que, além de atuar no direcionamento da referência, a configuração desse lugar sintático, em termos de amplitude e restrição de escopo, é também solidária ao modo de enunciação da sentença.

Os exemplos em (69) também mostram que a matriz de apontamento constituída no lugar de sujeito compatibiliza-se com o escopo de referência dessas sentenças, endossando o que os trabalhos acerca da relação de determinação entre o lugar de sujeito gramatical e a configuração do modo de enunciação da sentença já apontaram. Assim, no lugar de sujeito gramatical das sentenças em (69), temos, em (69a), sentença configurada em modo de enunciação restrito, a FN ‘Lívia’, cujo escopo de referência é de fato restrito; em (69b), sentença configurada em um modo de enunciação mediano, um sujeito projeção, que pode tanto representar o alocutário da enunciação em que essa sentença seria empregada como qualquer pessoa que se encaixe como destinatário desse conselho; e, por fim, em (69c) e (69d), que configuram um modo de enunciação mais generalizador, FNs encabeçadas pelas expressões ‘quem’ ou ‘aquele que’, que constituem um amplo perfil de referência. Ajustando-nos a esse padrão de análise, resta-nos questionar: qual seria a relação entre a constituição da matriz de apontamento no lugar de adjunto adverbial e a configuração do modo de enunciação da sentença?

Para responder a esse questionamento, parece-nos interessante comparar (69c) e (69d). De acordo com o que podemos verificar, a ocupação do lugar de adjunto adverbial não parece atuar na configuração do modo de enunciação das sentenças, já que uma sentença apresenta esse lugar sintático ocupado e outra não, a despeito de ambas estarem configuradas em um modo de enunciação proverbial. Além disso, (69c) abriga no lugar de adjunto adverbial a mesma FAdv, ‘no Brasil’, que as sentenças (69a) e (69b), estando essas últimas configuradas, respectivamente, em um modo de enunciação mais especificador e mediano. Diante dessas constatações, julgamos que seja procedente reformularmos a nossa questão. Perguntamo-nos,

⁷³ Cf. nota anterior.

então, como a matriz de apontamento no lugar de adjunto adverbial atua na constituição da referência no âmbito do predicado da sentença?

Novamente, vamos comparar as sentenças em (69c) e (69d). Analisando a referência apreendida nessas sentenças, já pudemos verificar que em (69c) temos um direcionamento da referência constituída no âmbito do predicado estabelecido pela articulação entre a forma verbal ‘paga’ e a FN ‘impostos’. Em contrapartida, esse direcionamento não se efetiva em (69d), que apresenta um vazio no lugar de objeto. Além dessa diferença quanto ao direcionamento, podemos observar que a referência constituída no predicado da sentença (69c) assenta-se sobre um cenário, uma perspectiva de lugar que subsidia a referência constituída pela sentença como um todo. (69d), por sua vez, constitui um perfil de referência delimitada pela articulação entre os sentidos de *pagar* e *receber recompensa*. Entretanto, não contamos com um cenário em que essa sentença se ancora, não se produz uma delimitação para essa referência. Ou seja, podemos concluir que a FAdv ocupante do lugar de adjunto adverbial serve como subsidiária da referência constituída na sentença, estabelecendo um recorte na memória de sentidos sobre a qual se constrói um perfil de referência. Isso significa que a FAdv atua na instalação do que poderíamos chamar de cenário de referência da sentença, muito embora não pareça intervir na configuração do modo de enunciação dessa sentença.

Precisamos definir, então, o que entendemos por *cenário*, instância que parece determinar a proeminência do eixo temático-referencial no lugar de adjunto adverbial. O mecanismo de constituição da referência no âmbito da sentença recebe uma descrição interessante e, para nós, inspiradora nos conceitos de *cena* e *perspectiva* de Fillmore (1977). Vamos nos deter, de imediato, no conceito de *cena*. Para o autor, “os significados são relativos a cenas”, dentro de sua abordagem isso quer dizer que “nós escolhemos e entendemos uma expressão tendo ou ativando em nossas mentes cenas ou imagens ou memórias de experiências”⁷⁴ (FILLMORE, 1977, p. 74, tradução nossa). Nesse ponto de vista, avalia Neves (2002, p. 114), “a cena é uma entidade cognitiva”. Consideremos o pequeno texto em (70) de modo que possamos ilustrar como ele se constrói por uma confluência de cenas.

(70) Perguntaram pro ganhador do Big Brother:

⁷⁴ No original: [...] meanings are relativized o scenes [...] we choose and understand expressions by having or activating in our minds scenes or images or memories of experiences.

- E aí? O que você vai fazer com o seu milhão?
- Vou comprar um apartamento em Brasília.
- E com o resto?
- O resto eu financio pela Caixa!⁷⁵

Remontamos aqui, tal como o faz Fillmore (1977), a uma situação comercial. Essa situação constrói-se a partir do cruzamento de três cenas, que são trazidas a tona, cada qual, pela perspectiva que as sentenças carregam. A *perspectiva*, dentro do quadro teórico exposto por Fillmore (1977), seria o ângulo de visão a partir do qual a cena é ativada. Assim, a perspectiva da compra de um apartamento em Brasília, a perspectiva do recebimento de um prêmio em dinheiro feito por um programa de TV e, ainda, a perspectiva da requisição de um financiamento bancário consistem em espécies de holofotes que iluminam parcialmente a cena, repertório de imagens ou experiências que serve de alicerce para sustentar cada uma dessas perspectivas. Portanto, as sentenças que compõem (70) constituem perspectivas de referência sobrelevadas de repertórios cênicos que instauram, além do que se mostra em primeiro plano – a compra de um apartamento, o recebimento de um prêmio e o financiamento – uma referência a venda, a pagamento, a dinheiro, a vendedor, a comprador, a casa, a alto preço, a baixo preço, a empréstimo, a dívida, a custo.

A sequência (71), a seguir, explicita o esboço do repertório cênico sobre o qual se assenta a perspectiva constituída por “Vou comprar um apartamento em Brasília”, que retiramos do texto apresentado em (70).

- (71)
- a- Vou comprar um apartamento.
 - b- Vão vender um apartamento para mim.
 - c- Eu vou pagar por um apartamento.
 - d- Vão receber de mim por um apartamento.
 - e- Vou gastar com um apartamento.
 - f- Vão lucrar sobre mim com um apartamento.

Podemos observar que, para a abordagem de Fillmore (1977), a cena sobre a qual se ancora a perspectiva representada pela sentença “Vou comprar um apartamento em Brasília” constitui-se de todos os processos, representados por verbos distintos, inclusive, envolvidos em um

⁷⁵ <http://goo.gl/2pJyW>. Acesso: 24/06/2013.

evento de compra. Cada uma das sentenças em (71) parece trazer à tona, em relevo, um ângulo de visão sobre esse evento. Nas palavras de Fillmore (1981, p. 74),

quando nós compreendemos uma expressão linguística de qualquer tipo, montamos simultaneamente uma cena como pano de fundo e uma perspectiva sobre essa cena [...] a escolha de uma expressão particular dentro do repertório de expressões que ativam a cena de um evento comercial traz à mente a cena como um todo – o evento comercial como um todo – mas apresenta em primeiro plano – em perspectiva – apenas um aspecto ou seção dessa cena⁷⁶ (FILLMORE, 1977, p. 74, tradução nossa).

A ideia de haver um repertório que dá suporte a referência constituída pela unidade articulada que conforma a sentença deve nos auxiliar na compreensão da proeminência do lugar de adjunto adverbial no eixo temático-referencial. Naturalmente, precisamos arcar com a transposição desse conceito para o quadro teórico de uma semântica de bases enunciativas. Se para Fillmore (1977) a cena é uma espécie de entidade cognitiva, a nossa abordagem a compreende como uma espécie de entidade enunciativa, um *domínio referencial* instado pelo histórico de enunciações que os elementos articulados na constituição da sentença carregam.

A cena, de acordo com a abordagem que empreendemos neste trabalho, consiste em uma virtualidade sobre a qual se assenta a referência atual constituída no escopo da sentença. O conceito de cena enunciativa, cujas estratificações fundamentam o eixo enunciativo 2, distingue-se do que estamos propondo como entendimento para a cena como base de referência. É preciso marcar esse distanciamento conceitual porque, no estudo do eixo temático-referencial, mesmo que entendamos que a composição da referência leve em conta as condições sociopolíticas que determinam o acesso à palavra, estamos focalizando propriamente o repertório de sentidos, a base sobre a qual essas condições se investem.

Já que a designação “cena enunciativa” remete a uma noção distinta da que consideramos para lidar especificamente com o que é pertinente ao eixo temático-referencial, por uma questão de economia e precisão, chamaremos a cena que remete à construção de uma base sobre a qual se assenta a referência constituída na atualidade do dizer de *domínio referencial*.

⁷⁶ No original: [...] *whenever we understand a linguistic expression of whatever sort, we have simultaneously a background scene and a perspective on that scene [...] the choice of any particular expression from the repertory of expressions that activate the commercial event scene brings to mind the whole scene – the whole commercial event situation – but presents in the foreground – in perspective – only a particular aspect or section of that scene.*

Essa noção é apresentada por Dias (2013, no prelo), que parte do conceito de “referencial”, proposto por Foucault (2010, p. 103). Para esse autor,

um “referencial” [...] não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade.

Foucault (2013) fala em “enunciado”, transferindo essa percepção para o escopo da sentença, contraparte orgânica do enunciado e nível de expressão que nos interessa particularmente como unidade de análise neste trabalho, teríamos o domínio referencial como o repertório de base que conforma a contraparte virtual da atualidade de referência que se constitui sobre a articulação sintática da sentença. A instância de referência que se configura na atualidade do dizer é o que nós chamamos de *cenário*.

Devemos precisar como se dá a dinâmica entre virtualidade e atualidade aplicada à constituição da referência. A conformação do cenário é um acontecimento enunciativo e, como tal, não segue fixamente um roteiro de possibilidades, preestabelecido pelo domínio referencial sobre o qual se assenta. Antes, a construção de um cenário, “instala sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos” (GUIMARÃES, 2002, p.12). Isso deriva do postulado de que “o real a que o dizer se expõe ao falar dele” consiste, na verdade, em “uma materialidade histórica do real” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

A constituição da referência no âmbito da sentença não se efetiva, portanto, pela simples representação de uma exterioridade linguística. O apontamento para essa exterioridade consiste em um efeito perpassado pela instância enunciativa que interpreta o mundo a que o dizer se refere. A sentença, nesse sentido, precisa ancorar-se em “um ponto definido”, em “uma posição determinada” que delimite “um campo de coexistências” para constituir referência (FOUCAULT, 2010, p 112). Entretanto, ao mesmo tempo em que a referência efetivamente não se constitui a esmo, estando necessariamente delimitada pelo domínio referencial que lhe serve de alicerce, ela constrói um potencial de expansão dos seus limites. E

é a relação de uma sentença com outras sentenças que funciona como instância reguladora desse potencial de expansão.

As FAdvS, dentro dessa dinâmica, estariam engajadas na constituição da referência como peças de sustentação, ancoradas no domínio referencial que subjaz à constituição do cenário, ou seriam peças que sobrelevam da atualidade do dizer, dando especificidade a esse cenário? Essa questão parece resolver-se parcialmente pelo que entendemos por *domínio semântico memorável* do verbo.

O esboço que fizemos em (71) representa o repertório cênico ou, transpondo para a nossa terminologia, e trazendo com essa transposição uma perspectiva eivada de empreendimentos enunciativos, representa o domínio referencial da sentença “Vou comprar um apartamento em Brasília”. Tal esboço deixa entrever que o domínio referencial da sentença em questão se constrói em torno do evento apresentado pelo verbo ‘comprar’. A especificidade do lugar em que se dá o evento, *em Brasília*, não foi elencada como categoria de base na conformação desse domínio referencial. O domínio referencial sobre o qual se assenta um evento deve reduzir-se ao número mínimo de variáveis convocadas a participar da constituição desse evento, tendo em vista que o presente da enunciação se encarrega de investir sobre a constituição da atualidade desse evento os elementos instados a compor o cenário de referência. O que parece se colocar minimamente na constituição de um evento instalado em torno do verbo ‘comprar’ são as categorias que compõem o domínio semântico memorável desse verbo.

O conceito de domínio semântico memorável está inspirado no conceito de *domínio semântico de determinação* desenvolvido por Guimarães (2007). Esse autor afirma que “a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas”, ou seja, “as palavras significam segundo as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo” (GUIMARÃES, 2007, p. 79-80). Para explicitar essa noção, ele toma como exemplo a sentença que reproduzimos a seguir.

- (72) As casas e os barracos do bairro mostram que as residências urbanas tem uma grande diferença de qualidade.

Nessa sentença, temos as FNs ‘casas’, ‘barracos’ e ‘residências’ que compartilham do mesmo domínio semântico. A FN ‘residências’ retoma por reescrituração as outras e, na medida em

que na sentença em questão essas FNs constituem o sentido da palavra ‘residências’, o chamado domínio semântico de determinação (doravante DSD) dessa última FN é composto por ‘casas’ e ‘barracos’, como mostra o esquema:

casa – residência – barraco

Fonte: GUIMARÃES, 2007, p. 80.

Assim, define-se que “dizer qual é o sentido de uma palavra [em um enunciado] é poder estabelecer qual é o seu DSD” (GUIMARÃES, 2007, p. 80). O autor esclarece ainda qual é a relação entre o DSD de uma palavra e a referência por ela constituída:

O DSD caracteriza [...] a designação das palavras [...]. A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, que não é uma classificação das coisas existentes, é uma significação que acaba por identificar coisas, não enquanto existentes, mas enquanto significadas. (GUIMARÃES, 2007, p. 95)

Ou seja, o DSD de uma FN é o que configura a referência constituída por essa FN na atualidade do dizer em que ela é empregada. Essa referência se dá como a apreensão de objetos significados por esse dizer, significados pela enunciação. Apesar de a referência não se furtar ao efeito de apontamento para um mundo existente, ela se dá por um mecanismo enunciativo, em que as palavras funcionam como peças que apreendem um mundo significado.

O conceito de DSD é, para Guimarães (2007), um instrumento para explicar como o sentido de uma palavra, e a identidade que essa palavra confere a um mundo significado, constrói-se no presente da enunciação. Na medida em que o presente da enunciação, na instalação de sua temporalidade, produz um recorte na memória de dizeres e uma latência de futuro, podemos admitir que o DSD de uma palavra é construído na interface entre memória e atualidade e configura-se, sob o signo da regularidade, como um arcabouço memorável para enunciações futuras.

Conduzindo nossas reflexões por esse caminho, diríamos que as palavras são atravessadas por uma memória de enunciações que definem o seu sentido. Esse corpo memorável, que confere identidade de sentido às palavras e no qual a atualidade do dizer produz recortes de

pertinência, é o que chamamos aqui de *domínio semântico memorável* (doravante DSM). Assim, entendemos que o modo como se configura o domínio referencial do evento instalado pelo verbo ‘comprar’ e pelos outros verbos da língua está em consonância com o DSM que o verbo carrega.

A seguir, verificaremos uma sequência de exemplos a fim de investigar se as FAdv destacadas em cada uma das sentenças estariam engajadas no DSM do verbo a que se articulam ou se elas teriam insurgido da conformação do cenário, i.e., do recorte de referência que sobrepõe na atualidade de enunciação dessas sentenças. Em primeiro lugar, devemos rememorar que as FAdv são os elementos passíveis de ser substituídos por advérbios isolados. E, reforçando esse critério de delimitação das FAdv, assumimos que esses elementos, ocupantes do lugar de adjunto adverbial, respondem às seguintes perguntas: como?; quando?; onde?; por quê?.

Vejamos os exemplos (73) a (78) a seguir, o primeiro deles já utilizado em nosso capítulo inicial.

- (73) **Essa semana** iniciei a minha dieta maluca. [3]⁷⁷
- (74) Um engenheiro americano projetou um revólver de plástico, mas que atira balas de verdade. Calibre 38. E colocou o projeto **na internet**.⁷⁸
- (75) Quem age **com respeito** merece respeito.
- (76) Eles foram **ao parque**.
- (77) O parasita mora **ao lado**.⁷⁹
- (78) Eles estudam medicina **na UFMG**.

Para verificar o nível de agregação da FAdv ao DSM das formas verbais em (73) a (78), empregamos o teste de apagamento. Nesse caso, entretanto, o teste não se presta a observar se a sentença perde a sua aceitabilidade na língua ao ter a FAdv que originalmente a compõe subtraída. Verificamos a partir desse teste se o lugar ocupado pela FAdv demanda uma matriz de apontamento, configura um silêncio significativo, a partir da retirada dessa FAdv. A configuração de um silêncio sintático, de uma matriz de apontamento no escopo do lugar de

⁷⁷ Entre colchetes está a numeração recebida anteriormente pela sentença no presente texto.

⁷⁸ <http://goo.gl/BQ4SH>. Acesso: 26/06/2013.

⁷⁹ <http://goo.gl/tmABR>. Acesso: 26/06/2013.

adjunto adverbial, indicaria que o DSM do verbo demanda a referência constituída pela FAdv, ou seja, indicaria que a FAdv está agregada ao DSM do verbo. Assim, consideremos as sentenças tal como as apresentamos a seguir, após o apagamento das FAdv.

- (73') [] Iniciei a minha dieta maluca.
 (74') Um engenheiro americano projetou um revólver de plástico, mas que atira balas de verdade. Calibre 38. E colocou o projeto [*onde*].
 (75') Quem age [] merece respeito.
 (76') Eles foram [*onde*].
 (77') O parasita mora [*onde*].
 (78') Eles estudam medicina [].

Notamos que a sentença (73') apresenta um cenário em que os elementos instados a construir a referência em torno do verbo 'iniciar' são apenas aqueles linguisticamente materializados na ocupação dos lugares de sujeito e de objeto, já que o apagamento da categoria de tempo expressa pela FAdv 'essa semana' não deixou vestígios na referência constituída pela sentença (73'). A sentença (74'), em contrapartida, demanda uma matriz de apontamento para a categoria de lugar no escopo do lugar de adjunto adverbial. Isso nos indica que a FAdv 'na internet' não é uma especificidade do cenário constituído pela atualidade do dizer que se materializa em (74), mas está arraigado ao DSM do verbo 'colocar'. A sentença (75'), por sua vez, não parece constituir matriz de apontamento no lugar da FAdv subtraída. Isso nos indica que a FAdv 'com respeito' está menos agregada ao DSM do verbo 'agir', na sentença (75). As sentenças (76') e (77'), em contrapartida, mostram que se produz matriz de apontamento nos respectivos lugares sintáticos de adjunto adverbial que originalmente estavam ocupados por uma categoria FAdv constituída pela categoria lugar. Por fim, a partir da observação de (78'), compreendemos que a FAdv 'na UFMG' não deixa em seu lugar uma matriz de apontamento ao ser eliminada da sentença. Isso significa que as FAdv em análise nas sentenças (76) e (77) estão mais agregadas ao DSM do verbos 'ir' e 'morar', respectivamente, enquanto a FAdv analisada em (78) está menos agregada ao DSM do verbo 'estudar'.

Ao investigarmos a agregação das FAdv ao DSM do verbo, com efeito realizamos um procedimento de análise cujo entendimento sobre a articulação dos elementos dentro da sentença segue uma orientação inversa daquela que se observa nos moldes da tradição gramatical. Assumimos, pois, essa orientação, distinta do que tradicionalmente se vê como direcionamento, segundo a qual "é o termo secundário que é o requerente e o termo primário

que é o requerido: um termo primário pode aparecer sem o termo secundário, mas não o inverso”⁸⁰(HJELMSLEV, 1939, p. 19, tradução nossa). Lidamos com essa inversão na medida em que partimos da FAdv, como elemento secundário, para chegar a uma explicação acerca da relação dessa FAdv com o verbo, tomando-o como elemento primário. Supomos que é a FAdv que requer a relação com o verbo para se configurar e não o inverso. Assim, procedemos nesta ordem: primeiramente, observamos uma sequência em que as FAdvs estão materializadas e, depois, efetuamos o apagamento delas, a fim de depreender se a instanciação dessas FAdvs na sentença explicar-se-ia pela agregação delas ao DSM do verbo. Essa inversão parece nos oferecer um ângulo de visão mais ajustado às especificidades do lugar de adjunto adverbial. Novamente, estabelecemos um diálogo com Fillmore (1977, p. 74) no intuito de explicar a nossa concepção a respeito desse ajustamento do método invertido ao estudo do lugar de adjunto adverbial. Nas palavras desse autor:

Os constituintes “circunstanciais” da sentença não precisam ser aspectos de cenas especificamente requeridos por um tipo de situação particular. Uma vez que todo evento acontece em um tempo, toda sentença que apresenta um evento pode conter um adverbial de tempo; uma vez que vários tipos de eventos acontecem em lugares específicos, sentenças que representam eventos como esses podem conter adverbiais locativos; e assim por diante.⁸¹

Ou seja, as categorias de referência apresentadas pelas FAdvs estariam submersas na constituição do cenário de qualquer sentença. Avaliar se as FAdvs constituem o DSM do verbo significa avaliar se as categorias de referência apresentadas por elas são instadas pelo domínio referencial da sentenças, i.e., pela memória histórica de sentidos sobre a qual se assenta o cenário instaurado pela atualidade do dizer materializado pela sentença, ou se elas sobrepõem da própria atualidade de constituição desse cenário. Vejamos mais alguns exemplos.

- (79) Pedro agiu **de má fé**.
 (79') Pedro agiu [*como/onde/porque/quando*].
 (79'') Finalmente, Pedro agiu [*como/onde/porque/quando*].
 (79''') Finalmente, Pedro agiu.

⁸⁰ No original: *c'est le terme secondaire qui est l'appelant et le terme primaire qui est l'appelé: un terme primaire peut apparaître sans terme secondaire, mais non inversement.*

⁸¹ No original: *The “circumstantial” constituents of a sentence need not be aspects of scenes that are specifically required by a particular type of situation. Since any event takes place in time, any event sentence can contain a time adverbial: since many kinds of events take place in specific locations, sentences representing such events can contain locative adverbials, and so on.*

(80) Pedro **sempre** age.

Excetuando a sentença (79’”), em que podemos entender o processo de agir no sentido de *tomar uma* atitude, as sentenças (79) a (80) nos mostram que o DSM do verbo ‘agir’ demanda uma matriz de apontamento no lugar de adjunto adverbial. Inversamente, por esse ângulo, devemos admitir que a FAdv constitui o cenário de referência dessa sentenças estando enraizada no DSM do verbo em questão. Observemos ainda um exemplo.

(81) Pedro não mora [], ele esconde.

Ao compararmos (77) e (77’), chegamos à conclusão que o DSM do verbo ‘morar’ demanda uma matriz de apontamento no lugar de adjunto adverbial associada à categoria de referência *lugar*. Em (80), temos uma sentença configurada em uma espécie de modo de enunciação conceitual em que os sentidos de ‘morar’ são confrontados com o sentido de ‘esconder’, criando um cenário para o conceito de *morar longe*. E nesse caso, o lugar de adjunto adverbial associado ao verbo ‘morar’ não constitui uma demanda de apontamento em seu escopo.

A partir dessa verificação e do confronto que estabelecemos entre (75’), “Quem age merece respeito”, e as demais sentenças construídas em torno do verbo ‘agir’, podemos constatar que o DSM estaria condensado na forma infinitiva do verbo, entretanto, esse DSM não emerge em estado bruto do infinitivo para a constituição do cenário de referência da sentença. Antes, o presente da enunciação produz um recorte no DSM do verbo, delimitando as pertinências da atualidade do dizer, i.e., as pertinências à constituição do cenário de referência da sentença. O contraste entre exemplos constituídos em torno do mesmo verbo nos leva a crer que o modo de enunciação em que se configura a sentença governaria o recorte no DSM do verbo para a constituição do cenário de referência da sentença.

Retomando a ideia apresentada por Fillmore (1977), de que as categorias de tempo e lugar estariam fundamentalmente submersas na constituição do cenário de referência das sentenças, somos levados a questionar se outras categorias materializadas por FAdv não estariam na mesma condição. Para entendermos esse ponto, consideremos a seguinte afirmação de Sousa Dias (1995, p. 98, grifo nosso):

o sentido é *neutro*: permanece estritamente o mesmo para proposições que se opõem sob todos os pontos de vista possíveis: seja sob o da

quantidade, ou o da qualidade, ou o da relação, ou o da modalidade (porque **todos os pontos de vista concernem apenas a referência, não o sentido**). O sentido é a dimensão virtual, ou evenemencial, de toda a enunciação [...]

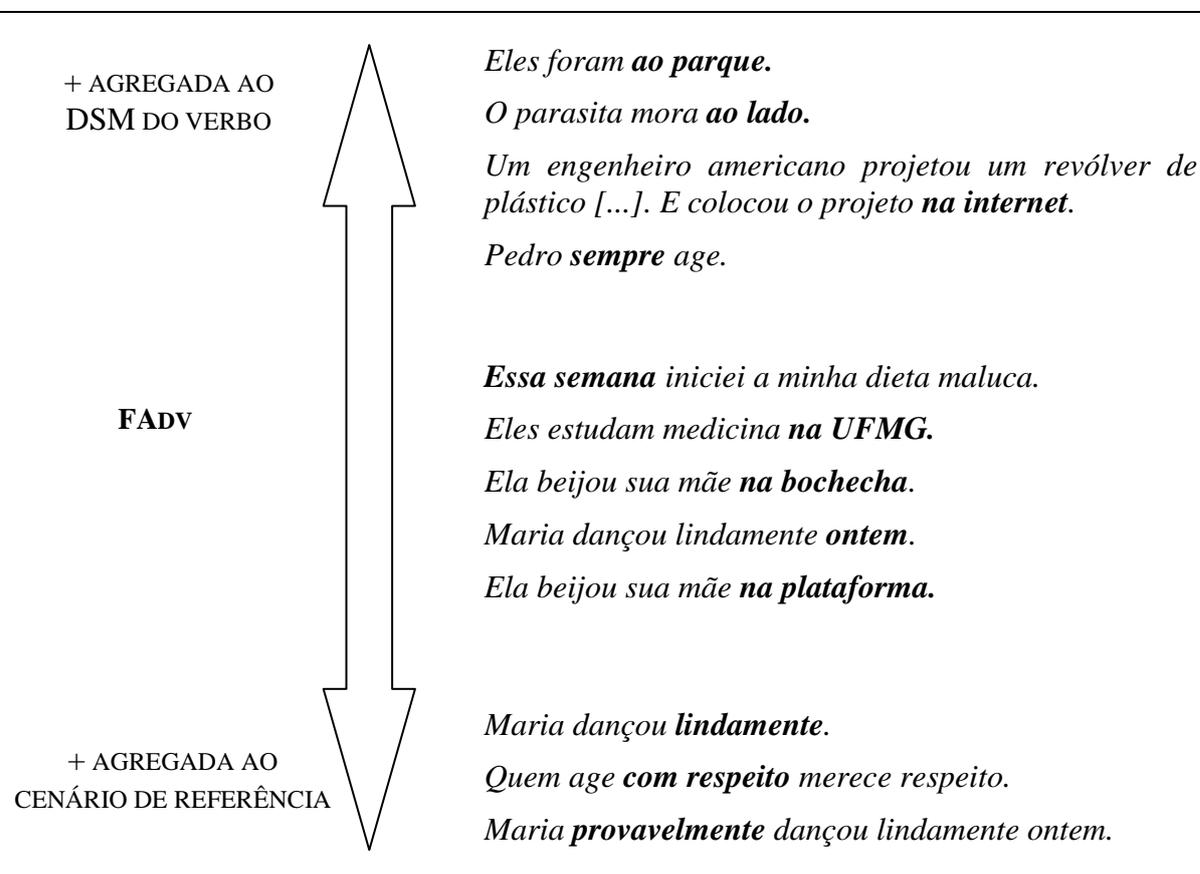
Ao falar do sentido, o autor remete à “dimensão não referente, inacessível sob forma proposicional”, às “idealidades virtuais” que se definem “por uma intrínseca multiplicidade e pela consistência dessa multiplicidade” e que estariam “num plano não de referência mas de imanência” (SOUSA DIAS, 1995, p. 98-99). Em suma, o sentido concerne à dimensão simbólica da língua, que se manteria relativamente estável em si mesma, pairando sobre a atualidade de todo dizer, sem se reduzir a ela. Em outros termos, o sentido seria a base de sustentação da sentença, constitutivo do domínio referencial e do DSM do verbo, que subjazem a atualidade da referência constituída enquanto cenário. Sousa Dias (1995) fala em pontos de vista possíveis que concernem à referência, logo, depreendemos que esses pontos de vista possíveis se instalam sobre o cenário constituído pela atualidade do dizer.

Quantidade, qualidade, relação ou modalidade seriam, segundo o autor, variáveis que revelam a inserção desse ponto de vista na constituição da referência. Parece evidente que as variáveis de quantidade e modalidade ganham materialidade linguística em FAdvs como ‘muito’, ‘pouco’, ‘bastante’ ou ‘bem’, ‘mal’, ‘lindamente’, entre outras. Já a variável qualidade materializar-se-ia de forma prototípica em expressões adjetivas, entretanto, admitimos que essa variável esteja também infiltrada nas FAdvs indicativas de quantidade, pois a gradação entre ‘demasiadamente’, ‘bastante’, ‘muito’, ‘suficientemente’ e ‘pouco’, por exemplo, podem ter o seu emprego associado a um julgamento qualitativo. Mas é nas FAdvs de modalidade que a variável qualidade parece, sobretudo, infiltrada, pois a modalização apresenta um teor avaliativo marcado, por exemplo, pela oposição entre ‘bem’ e ‘mal’ ou ‘lindamente’ e ‘estupidamente’.

A relação, por sua vez, também, está arregimentada por uma conformação eivada de traços de ponto de vista e seria o mecanismo de base para a constituição da referência na atualidade do dizer. A articulação sintática, congregação fundamental para a constituição da atualidade de referência na sentença, se efetiva pelo estabelecimento de relações, assim como a constituição da referência em perspectiva, cujas bases orgânicas estão na constituição das FAdvs e formações preposicionadas (FPreps), constituintes dos tradicionais complementos relativos ou

complementos oblíquos, os quais guardam proximidade estrutural e, em alguns casos, semântica com as FAdv.

Em resumo, podemos dizer que o processo de constituição de referência da sentença estaria ancorado em um domínio referencial que lhe dá sustentação, contudo, a transposição do domínio virtual para a atualidade da enunciação parece estar eivada de incursões creditadas ao ponto de vista que se lança sobre a constituição dessa referência. E na medida em que as FAdv transitam entre dar suporte linguístico às variáveis concernentes ao que Sousa Dias (1995) entende por ponto de vista e dar suporte à unidade de referência agregada ao DSM do verbo, compreendemos que os eixos enunciativo 2 e temático-referencial congregam-se em um único contínuo. Assim, revisitamos o contínuo de proeminência do eixo enunciativo 2, vislumbrando-o a partir do ângulo temático-referencial. Desta vez, as FAdv são distribuídas em um contínuo que se estende entre um extremo margeado pela maior agregação ao DSM do verbo e outro extremo margeado pela maior agregação ao cenário de referência da sentença, o que quer dizer maior agregação ao mecanismo próprio de inserção de ponto de vista na constituição desse cenário. Vejamos:



Contínuo +/- agregação ao DSM do verbo e +/- agregação ao cenário de referência da sentença

Como podemos observar, no extremo superior estão alocadas as FAdvs que produzem, inclusive, silêncio sintático. Já no extremo inferior, estão situadas as FAdvs que insurgem da própria constituição do cenário, demarcando ponto de vista. Na zona intermediária, aderindo à abordagem de Fillmore (1977), estão posicionadas as FAdvs de categoria tempo ou lugar que, independentemente da agregação ao DSM do verbo, potencialmente submergem na constituição de qualquer cenário de referência. Enfim, a zona intermediária está reservada a estas últimas uma vez que elas não se enquadram no DSM do verbo, muito embora também não estejam ancoradas na inserção de pontos de vista ao cenário de referência.

4.3 DA DISPOSIÇÃO MIGRATÓRIA DO LUGAR DE ADJUNTO ADVERBIAL: A CONSTITUIÇÃO DA BASE DE REFERÊNCIA DA SENTENÇA

No primeiro capítulo deste trabalho, a configuração do lugar de adjunto adverbial foi colocada em questão na medida em que observamos que esse lugar não constituiria silêncio sintático. Posteriormente os desdobramentos de nossa reflexão nos levaram a estabelecer um recorte, voltando o nosso olhar para as FAdvs. Isso nos fez agregar em nosso escopo de análise elementos que a tradição categoriza como complemento relativo, oblíquo ou complemento circunstancial (argumentos obrigatórios), já que o critério de identificação da FAdv seria a possibilidade de substituir essa formação por uma unidade adverbial. Assim, entraram em nosso escopo formações como ‘colocar o livro **na estante**’ ou ‘ir **ao cabeleireiro**’, pois ambas podem ser substituídas por um advérbio dêitico como ‘ali’ ou ‘lá’. Introduzindo esses elementos no grupo das FAdvs, o lugar de adjunto adverbial passa ao estatuto de lugar sintático também propício a realizar matriz de apontamento *in absentia*, já que ‘na estante’ e ‘ao cabeleireiro’, por exemplo, estariam agregadas, respectivamente, ao DSM dos verbos ‘colocar’ e ‘ir’ nas sentenças que apresentamos aqui. Nos casos em que essa matriz de apontamento não se efetiva em silêncio sintático, consideramos que as categorias materializadas pelas FAdvs permanecem em estado latente no cenário de referência constituído pela sentença, potencialmente emergindo como lugar ou tempo, enraizadas na própria constituição do cenário em que se apresentam, ou como ponto de vista, enraizadas na perspectiva que o locutor investe sobre a referência constituída na atualidade do dizer.

Ao chegarmos nesse ponto da discussão, uma questão ainda nos instiga a refletir. Esta diz respeito às FAdvs que sofrem apagamento da preposição, como mostramos nos pares de exemplos em (82) e (83).

- (82) **Esse ano**, o Sol está em Touro enquanto Saturno reside no poderoso Escorpião.⁸² (**Nesse ano**)
- (83) Não houve sessões do festival em cinemas comerciais **esse ano**, ao menos em São Paulo.⁸³ (**nesse ano**)

Inicialmente, indagamos se a alternância entre as formações com e sem preposição estariam efetivamente ocupando o mesmo lugar sintático. Como podemos observar a partir das amostras em (82) e (83), o uso da FAdv sem cabeça parece se dar indiferentemente da posição em que ela ocorre na ordenação da sentença. Tanto em posição inicial quanto em posição final, encontramos ocorrências desse tipo de FAdv, lembrando que a marcação de início e fim de sentença se dá de forma clara nos exemplos em questão, pois eles foram extraídos de texto escrito. A nossa hipótese inicial é que esse fato linguístico concorreria para o fortalecimento do conceito de lugar sintático aplicado aos adjuntos adverbiais. Esse entendimento se explica na medida em que o apagamento da preposição, indicando a perda de um índice funcional, leva-nos a crer que o lugar sintático sustenta a articulação de adjunto adverbial por si só. Essas ocorrências na escrita poderiam ser apenas um reflexo da baixa qualidade auditiva da consoante nasal /n/ que, em posição inicial da palavra, parece ter a sua percepção comprometida. Confirmando-se essa hipótese, uma oposição entre ‘nesse ano’ e ‘esse ano’ tornar-se-ia rarefeita.

Outros exemplos levam-nos, entretanto, à percepção de um fato sintático que apresenta disparidade com a hipótese que levantamos. A fim de dar prosseguimento à discussão, retomemos em (84) a transcrição de um diálogo com o qual trabalhamos anteriormente.

- (84) L1 – olha... **na feira**... nós não achamos muita graça não...
 L2 – ah... falando em feira... é porque:::.... a mamãe amanhã vai **na:: Casa Cor**...
 L1 – não... **Casa Cor** não...
 L2 – **Casa Cor** não... **Grupo Corpo**...
 L1 – ah... **Grupo Corpo**... vai ter... uma apresentação... [59]

No diálogo em questão, temos duas ocorrências de FAdv's plenas, i.e., encabeçadas pela preposição que lhes serve de índice funcional, indicando o exercício da ocupação do lugar de adjunto adverbial. Nas três últimas falas, diferentemente, encontramos em condição de

⁸² <http://goo.gl/4Fzmp>. Acesso: 20 de junho de 2013.

⁸³ <http://goo.gl/yuxmV>. Acesso: 20/06/2013.

ressonância⁸⁴ três formações desprovidas de preposição. Dentre essas, a última ocorrência, que seria um adjunto adnominal, é a que precisamente nos chama a atenção. Podemos notar pela organização sintática da última fala de L1 que a formação ‘Grupo Corpo’ seria uma alternante da formação preposicionada ‘do Grupo Corpo’. A migração dessa formação para a posição inicial da sentença, tornando-a adjacente da forma verbal ‘vai ter’ produz um efeito de que ‘Grupo Corpo’ estaria ocupando o lugar de sujeito da sentença. Vejamos como esse fenômeno, com relação às FAdvS, parece produtivo na língua.

- (85) a- Chove muito **em Viçosa**.
 b- **Viçosa** chove muito.
- (86) a- **Em janeiro** chove muito.
 b- **Janeiro** chove muito.
- (87) a- **Nessa cidade** tem muito engarrafamento.
 b- **Essa cidade** tem muito engarrafamento.

Nas sentenças (85a), (86a) e (87a), verificamos que a FAdv encabeçada por preposição nitidamente ocupa o lugar de adjunto adverbial. Nesses exemplos, as sentenças estariam organizadas da seguinte forma: a FAdv ocupa o lugar de adjunto adverbial em posição inicial, em seguida, apresenta-se a forma verbal e, por fim, o elemento sujeito. Em (85a) e (86a) o sujeito apresentar-se-ia em convergência⁸⁵ com o verbo ‘chover’. Aderimos, como já explicitado em outros pontos deste trabalho, a uma perspectiva que considera a inexistência de orações sem sujeito no português. Segundo o nosso ponto de vista, cabe ao lugar de sujeito trazer à sentença anterioridade de predicação, servindo de base de referência que lança sobre o verbo as coordenadas de enunciação que o retiram do estado infinitivo. Assim, vislumbramos que o elemento ‘chuva’ seria o sujeito do verbo ‘chover’ que, por apresentar a mesma base lexical desse verbo, convergiria com ele em uma base única, dispensando materialidade lexical independente. Entretanto, nos casos em que o verbo ‘chover’ apresenta outro elemento sujeito, distinto da sua base lexical, esse sujeito apresenta-se expresso em uma unidade lexical independente, como se dá em “Choveu granizo”.

⁸⁴ O trabalho de Da Matta (2005), do qual extraímos esse diálogo, faz justamente uma análise de estruturas ressonantes.

⁸⁵ Dias (2002) faz alguns apontamentos sobre a noção de convergência sintática e Pereira (2008) apresenta um trabalho sobre a convergência dos lugares de sujeito e de objeto em verbos como ‘ter’ (sentido de *existir*), ‘haver’ e ‘existir’.

Para explicar a distribuição dos lugares sintáticos em (87a), também aderimos à abordagem que considera a inoperância de orações sem sujeito no português. Nessa linha, há duas propostas de explicação para (87a). Ambas concordam em afirmar que o sujeito de (87a) seria ‘muito engarrafamento’, contudo, uma delas entende que não há objeto direto nessa oração (GARCIA, 1997)⁸⁶ e outra compreende que convergem, na mesma FN, as funções de sujeito e de objeto (PEREIRA, 2008). Considerando a hipótese da convergência, diríamos que, estando o sujeito gramatical convergente com a forma verbal ou com o elemento objeto, encontramos na sentença uma predisposição ao desmembramento desse sujeito em uma unidade independente. Parece uma tendência natural do funcionamento da sintaxe da língua que cada unidade de referência tenha a sua contraparte material específica, apesar da discrepância entre as dimensões simbólica e material da língua. E, de fato, verificamos essa tendência nas sentenças em (85b), (86b) e (87b), cujas respectivas formações ‘Viçosa’, ‘Janeiro’ e ‘Essa cidade’, tendo perdido o distintivo funcional, tornam-se unidades de referência disponíveis para serem alçadas pelo lugar de sujeito. Ou seja, ao perderem a preposição, traço formal que devotava a elas a condição de constituintes de referência em perspectiva, tais formações migram para o lugar de sujeito gramatical. Bechara (1976) admite a conformação resultante dessa migração, reconhecendo que expressões adverbiais de “base nominal” como ‘hoje’ e ‘aqui’ possam exercer o papel de sujeito, o que se verifica, por exemplo, em “*Hoje é segunda-feira*” e “*Aqui é ótimo para a saúde*”.

Enfim, iniciamos esta seção com uma questão e a concluímos com duas considerações que julgamos de suma importância nas mãos. A primeira delas já nos parece suficientemente clara e não integra o ponto principal deste trabalho: a urgência do lugar de sujeito gramatical na constituição da sentença. Trata-se do lugar sintático que definitivamente guarda um compromisso singular com o eixo enunciativo 1, i.e., com o eixo responsável pela instalação da sentença. Assim, se o arranjo sintático concorre para a constituição da sentença, naturalmente ele concorre para a sedimentação de uma anterioridade de predicação. E essa sedimentação parece ser o primeiro ponto na escala de prioridades do efeito de completude que se quer alcançar na constituição da sentença. Nesse sentido, a urgência de se delimitar o lugar de sujeito parece comandar a cessão de uma aparente FAdv sem preposição do lugar de adjunto adverbial, secundário para a instalação da sentença.

⁸⁶ Cf. http://www.filologia.org.br/anais/anais_204.html. Acesso: 27/06/ 2013.

A segunda consideração versa sobre o papel do lugar de adjunto adverbial como suporte para a constituição de uma base de referência necessária ao efeito de completude da sentença. Vejamos a trinca de exemplos a seguir.

- (88) a- (?) Viaja-se à praia.
 b- **No Brasil**, viaja-se à praia.
 c- Viaja-se **muito nas férias**.

Identificamos em (88a) uma sentença cujo efeito de completude está comprometido, ao passo que essa demanda se satisfaz em (88b) e (88c). O que distingue a primeira sentença das duas seguintes é a ocupação dos lugares de adjunto adverbial, delimitando um cenário na constituição da referência da sentença. Podemos notar que esse cenário mostra-se defasado em (88a) porque combinam nessa sentença a constituição de uma referência indefinida no escopo do lugar de sujeito e a ausência de um elemento ocupante do lugar de adjunto adverbial investindo na sentença categoria de tempo ou lugar. Admitimos que a defasagem se deva a essas razões porque tão logo um desses pontos seja reconfigurado a sentença parece alcançar efeito de completude. Os próprios exemplos (88b) e (88c) nos mostram isso pela ocupação do lugar de adjunto adverbial, enquanto uma sentença como “Ele viaja à praia” confirma a saturação pelo investimento de um recorte de referência no lugar de sujeito. Enfim, verificamos que o lugar de adjunto adverbial, ao atuar na constituição do cenário de referência da sentença, serve de ponto de ancoragem para o efeito de completude dessa sentença, dando subsídio ao lugar de sujeito nas condições em que este último produz um recorte de referência pouco delimitado.

4.4 SÍNTESE

A investigação que desenvolvemos neste capítulo procurou delinear traços distintivos do lugar de adjunto adverbial considerando os suportes teórico e metodológico de uma sintaxe de bases enunciativas. Verificamos que esse lugar sintático seria base de referência para uma gama de variáveis que dariam suporte à constituição do cenário de referência da sentença. Essas variáveis parecem configurar desde a inserção mostrada da perspectiva do locutor no seu próprio dizer até as categorias de tempo e lugar. Diríamos, portanto, que a perspectiva de uma sintaxe única entenderia que não apenas um lugar, mas um feixe de lugares de adjunto adverbial estaria submerso na constituição da sentença, potencialmente emergindo como

subsidiários da constituição de um cenário de referência. O compromisso do lugar de adjunto com a constituição da base de referência da sentença seria corroborado pelo comportamento migratório desse lugar sintático em sentenças cuja anterioridade de predicação estaria comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho sobre o lugar de adjunto adverbial trouxe no seu encaixo uma série de questionamentos, não apenas sobre a constituição desse lugar como um fato linguístico a ser analisado, mas também no que diz respeito ao modo como uma perspectiva teórica que lida com a configuração sintática da língua atravessada por fatores de ordem enunciativa compreenderia, ou melhor, acomodaria em sua malha explicativa as especificidades desse lugar sintático. De imediato, lidamos com o problema da pluralidade relacionada à pertinência categorial dos elementos passíveis de ocupar o lugar sintático em questão, pois a heterogeneidade traz consigo a difícil demanda de dividir em categorias distintas ou unir em uma única categoria elementos que apresentam maior ou menor grau de distinção.

Em um primeiro momento, enfrentamos o desafio recortando o nosso foco: restringimo-nos aos grupos preposicionais (GPreps) encabeçados pela preposição ‘em’. E o fizemos por uma questão procedimental, pois investigar um GPrep específico parecia metodologicamente mais objetivo e eficaz do que procurar por todos os elementos que a tradição gramatical entende como compatíveis com a sintaxe dos adjuntos adverbiais. Esse recorte mostrou suas inadequações na medida em que nos colocava diante da tarefa de explicar a configuração sintática do GPrep ‘na estante’ tanto nas ocorrências “Pedro arrumou um espaço para este livro na estante” e “Pedro colocou o livro na estante”, como na ocorrência “Pedro estava pensando na estante da sala, que está muito cheia”. Tal tarefa teria mostrado sua nobreza se não fosse a persistência em nosso intuito de investir em uma explicação a respeito do lugar sintático de adjunto adverbial e não em uma investigação sobre uma configuração específica da ocupação desse lugar sintático em contraste com a ocupação de outro lugar, cuja configuração parece se mostrar adjacente. Nesse sentido, o desenvolvimento da noção de formação adverbial (FAdv) foi crucial para o redimensionamento do nosso recorte.

A conformação desse lugar sintático no esteio de uma sintaxe de bases enunciativa colocou-nos diante de uma ferramenta que é a metodologia dos contínuos. A eficácia explicativa dessa metodologia está enraizada no caráter difuso que reconhecemos no objeto de estudos delimitado por uma sintaxe que coloca a materialidade da língua em uma relação transversal com a sua dimensão enunciativa. Contudo, neste trabalho, foi preciso mobilizar essa ferramenta para além do que já tínhamos sedimentado no entendimento dos modos de

enunciação. A configuração do lugar de adjunto adverbial não coloca em escala a amplitude e restrição do escopo de referência da sentença, como o fazem os lugares de sujeito e de objeto. Desta vez, para o estudo do lugar de adjunto adverbial, o contínuo produziu uma dimensão explicativa diversa, concernente a outro ângulo de visão. Estabelecemos uma escala para explicitar a maior ou menor força do investimento do locutor no dizer, na medida em que o lugar de adjunto adverbial estaria configurado em proeminência enunciativa. Já no âmbito da constituição temático-referencial da sentença, esse lugar sintático mostrou duas possibilidades de enraizamento, as quais também apresentam uma zona intermediária, de confluência. Assim, submetemos a configuração da referência do lugar de adjunto adverbial a uma escala margeada em um extremo pela maior agregação da FAdv ao domínio semântico memorável (DSM) do verbo e em outro pela representação de uma maior agregação ao cenário de referência da sentença. Nesse sentido, pontuamos que a instância de projeção do lugar de adjunto estaria vinculada ao eixo que o sustenta em proeminência – sendo para algumas FAdv o eixo enunciativo de incidência do locutor e para outras, que parecem integrar a maioria delas, o eixo temático-referencial.

Não encontramos na configuração do lugar de adjunto adverbial uma regularidade marcante que associasse à configuração desse lugar diretamente à configuração do modo de enunciação da sentença. O cenário de constituição de referência da sentença parece agregar elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial de forma mais profícua nos casos em que a sentença apresenta-se em um modo de enunciação mais especificador, já que a amplitude de referência coloca o cenário em condição menos vinculada a variáveis expressas na ocupação do lugar de adjunto. Ou seja, a referência em perspectiva constituída pelas FAdv funda-se de maneira elementar na constituição do cenário de referência da sentença, mas não se investe de maneira definitiva na configuração do modo de enunciação dessa sentença.

Por fim, a alternância entre FNs aparentes e FAdv na ocupação do lugar sintático em questão, como vemos em “Esse ano/Nesse ano comecei o curso de alemão” mostra-se desprovida de repercussões para a configuração sintático-enunciativa da sentença. Uma vez que essa alternância se efetiva entre FAdv encabeçadas por preposição ‘em’ fundidas com um artigo definido ou com um pronome relativo acoplado às FNs correspondentes, entendemos que a tênue distinção auditiva e gráfica possa levar a uma rarefação do distintivo que essas formações carregam como potencial de referência. Isso se efetiva, entretanto, apenas nas sentenças em que o lugar de sujeito da sentença em questão apresenta-se ocupado

ou em sentenças cuja delimitação desse lugar se dá de forma clarividente. Nos casos em que o lugar de sujeito produziria uma referência em projeção indefinida ou em convergência, como em “Essa cidade/Nessa cidade chove muito”, o elemento que estaria ocupando o lugar de adjunto adverbial – hipótese de ocupação que montamos a partir da categoria referencial compatível com esse lugar – realiza um movimento migratório, preenchendo o lugar de sujeito a fim de garantir a anterioridade de predicação da sentença.

Enfim, diríamos que o lugar de adjunto adverbial congrega especificidade ao cenário de referência constituído no âmbito da sentença. Essa seria a sua regularidade, associada à regularidade de oferta de um espaço de incidência mostrada do locutor. Esse compromisso com a constituição de um cenário de referência efetiva-se ainda pelo potencial migratório manifesto pelos elementos ocupantes desse lugar. O caráter subsidiário para a constituição de um cenário de referência apresentado pelos elementos ocupantes do lugar de adjunto adverbial pode explicar a inadvertência desse lugar ao silêncio sintático, tendo em vista que o subsídio só é instado à composição efetiva da sentença em casos de especificidade ou investimento migratório para o lugar responsável pela instalação da sentença, i.e., para o lugar de sujeito gramatical.

As perspectivas de continuidade desse trabalho nos parecem multifacetadas. Ainda há muito o que estudar sobre o lugar de adjunto adverbial no campo da sintaxe de bases enunciativas. Privilegiamos em nossa abordagem o estabelecimento dos alicerces teóricos e metodológicos para a inserção do lugar sintático de adjunto adverbial no espaço de um modelo de sintaxe de bases enunciativas. Acreditamos ter logrado atingir esse objetivo geral, avançando também no sentido de explicitar algumas especificidades do lugar em si mesmo, no exercício do olhar que considera a transversalidade enunciativa. Outros recortes de análise que pretendam trabalhar com a adjunção verbal dentro dessa perspectiva sintática poderiam aplicar nossas reflexões de base.

REFERÊNCIAS

- ALÉONG, Stanley (2001). Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, p. 145-174.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1992.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- _____. *Lições de português pela análise sintática*. 10 ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- BENVENISTE, Émile (1974). O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.
- _____. (1966). As relações de tempo no verbo francês. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5 ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 127-140; 260-276.
- BERRENDONNER, Alain. Pour une macro-syntaxe. In: *Travaux de linguistique*, Paris, n 21, p. 25-36, 1990.
- CANÇADO, Márcia (2009). Argumentos: complementos e adjuntos. In: *Alfa*. v. 1. São Paulo, n. 53, p. 35-59.
- _____. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. *A Questão da referência: das teorias clássicas à dispersão de discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003, p.115-162.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- DA MATTA, Beatriz Augusto (2005). *Ressonâncias léxico-estruturais no discurso conversacional em português*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. 302 p. (<http://goo.gl/GZ4vM>. Acesso: 29/11/2012.)
- DALMASCHIO, Luciani (2008). *Enunciação e sintaxe: modos de enunciação genéricos na ocupação do lugar de objeto*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG. 103 p. (<http://www.lettras.ufmg.br/poslin/defesas/1183M.pdf>)
- DIAS, Luiz Francisco (2013). Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. In: *Letras*. Santa Maria, n. 46, no prelo.

_____ (2010). Articulação sintática e trajeto temático: a norma culta em debate. In: ABREU, Sabrina (org.) *Reflexões linguísticas e redação no vestibular*. Porto Alegre, UFRGS Editora, p. 35-48.

_____ (2009). Enunciação e regularidade sintática. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. v. 1. Campinas, n. 51, p. 7-30.

_____ (2007). Énonciation et grammaire: le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). *Un dialogue atlantique: production des sciences du langage au Brésil*. Lyons: ENS Éditions, p. 79-89.

_____ (2006a). Novas perspectivas no ensino de gramática na escola. In: OLIVEIRA, S. E. de; SANTOS, J.F. dos (Orgs.). *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes/CELLIP.

_____ (2006b). Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua. In: *Letras*. n. 33. Santa Maria, p. 51-67.

_____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: MARINHO, J.H.C.; SARAIVA, M.E.F. (Orgs.) *Estudos da língua em uso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2005, p.101-122.

_____. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *Relações entre pragmática e enunciação*. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, 2002, p.47-63.

DIK, Simon et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J.; BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Eds.). *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

DUCROT, Oswald. Referente. In: *Enciclopédia Einaudi*. v.2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p.418-438.

FILLMORE, Charles J. "The case for case" reopened. In: COLE, P. & SADOCK, J. M. (Ed.). *Syntax & Semantics: grammatical relations*. v. 8. London: Academic Press, 1977, p. 59-81.

FLORES, Waldir do Nascimento. A enunciação e os níveis de análise linguística. In: *Anais do SITED*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010, p. 396-402.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREGE, Gottlob (1892). Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. brasileira. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 59-86.

GUIMARÃES, Eduardo (2009). A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. v. 1. Campinas, n. 51, p. 49-68.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes, 2007, p. 71-121.

_____. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (Orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p. 113-146.

_____. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002, p. 11-31.

_____. (1990). Para uma história de evidências e argumentos. In: *40ª Reunião anual da SBPC (USP), 1990. Boletim da Abralin*. v.10. São Paulo, p. 95-101.

_____. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p.71-79.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita*. Língua, Sujeito e Discurso. Trad. de Maria Fautá Pereira de Castro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 11-34.

HJELMSLEV, Louis (1939). *Acta Linguistica*, v. 1 (1). *La notion de rection*, p. 10-23.

KATO, Mary A.; NASCIMENTO, Milton do (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. vol. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves (2009). *Sentenças proverbiais: um estudo sintático-semântico de bases enunciativas*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 93 p. (<http://www.letras.ufmg.br/poslin/defesas/1278M.pdf>)

LADEIRA, Emiliania da Consolação (2010). *O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 96 p.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T. (1991). *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 229 p.

MILÁN-RAMOS, José Guillermo; BALDINI, Lauro José Siqueira. Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n.38, p.59-70, jan/jun.2000.

MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, p. 357-408.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al. *Gramática da língua portuguesa*. 7 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

MONDADA, L.; DUBOIS, L. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.M.; RODRIGUES, B.B.; CIULLA, A. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

_____. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes*. São Paulo: Editora Cortez, 1989, p. 35-38.

PECHÊUX, Michel. Sobre a (des) construção das teorias linguísticas. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas, n. 2, 1998, p. 7-32.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos*, Lisboa, n.6, p. 4-20, 2005.

RAJAGOPALAN, Kanavilli. Evidências e argumentos: reflexões sobre a construção de teorias linguísticas. In: *40ª Reunião anual da SBPC (USP), 1990. Boletim da Abralín*. v.10. São Paulo, 1990, p. 79-88.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da (1972). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 46 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SAUSURRE, Ferdinand de (1916). *Curso de linguística geral*. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SOUSA DIAS. *Lógica do acontecimento: Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 89-112.

TRASK, Robert Lawrence (2004). *Dicionário de linguagem e linguística*. 2 ed. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2006.